



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MONTES CLAROS
UNIMONTES**

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO SOCIAL

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

**UM ALIMENTO POLÍTICO E UMA POLÍTICA QUE ALIMENTA:
o ativismo do *Slow Food* no Brasil.**

MARIA JOÃO ALVES RIBEIRO

Montes Claros, MG
Março de 2019



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MONTES CLAROS
UNIMONTES**

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO SOCIAL

**UM ALIMENTO POLÍTICO E UMA POLÍTICA QUE ALIMENTA:
o ativismo do *Slow Food* no Brasil.**

Maria João Alves Ribeiro

Sob a Orientação do Professor
Antônio Dimas Cardoso

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do **grau de Mestre em Desenvolvimento Social**, no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Social, na linha de pesquisa Relações Socioeconômicas e Estado.

Montes Claros, MG
Março de 2019

R484a Ribeiro, Maria João Alves.
Um alimento político e uma política que alimenta [manuscrito] : o ativismo do *Slow Food* no Brasil / Maria João Alves Ribeiro. – Montes Claros, 2019.
149 f.

Bibliografia: f. 132-136.
Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Montes Claros - Unimontes, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Social/PPGDS, 2019.

Orientador: Prof. Dr. Antônio Dimas Cardoso.

1. *Slow Food*. 2. Ativismo alimentar. 3. Movimento social. 4. Políticas alimentares. 5. Alimento. I. Cardoso, Antônio Dimas. II. Universidade Estadual de Montes Claros. III. Título. IV. Título: O ativismo do *Slow Food* no Brasil.

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MONTES CLAROS
UNIMONTES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO
SOCIAL**

UM ALIMENTO POLÍTICO E UMA POLÍTICA QUE ALIMENTA:
o ativismo do *Slow Food* no Brasil.

Maria João Alves Ribeiro

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de **Mestre em Desenvolvimento Social**, no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Social, na linha de pesquisa Relações Socioeconômicas e Estado.

Dissertação aprovada em: 22/03/2019

Prof. Dr. Antônio Dimas Cardoso – PPGDS - UNIMONTES
(Orientador)

Prof. Dr. Rômulo Soares Barbosa – PPGDS - UNIMONTES

Prof. Dr. Daniel Coelho de Oliveira – CCSA – UNIMONTES

Prof. Dr. Casimiro Manuel Marques Balsa - FCSH – UNL/Portugal

Montes Claros, MG
Março de 2019

*Não pode me entender
Quem nunca sentiu o cheiro
De terra molhada
Quando a chuvarada
Molha as terras do gerais.
Não pode entender
Quem nunca matou a fome
Com raiz de macaxeira
E a fruta ananás.*

**“Ponte Cigana”
Grupo Agreste**

AGRADECIMENTOS

Dois anos de um bonito caminho se passaram. Desconstruir e voltar a construir resume um ininterrupto ciclo de crescimento pessoal e intelectual cheio de experiências, umas mais felizes, outras mais desafiantes. Por graça, partilhei esta aventura com pessoas de luz, às quais me dirijo:

Agradeço ao professor Antônio Dimas Cardoso pela sua orientação cuidada, pelo carinho e amizade. Por acreditar em mim desde o primeiro momento. Muito aprendi e cresci a seu lado! Agradeço aos professores Rômulo Barbosa, Daniel Oliveira e Casimiro Balsa pela participação nas bancas de qualificação e defesa, contribuindo para o enriquecimento deste trabalho.

Agradeço à Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) pela Bolsa de Pós-graduação *stricto sensu*, que tornou possível a realização do curso e da pesquisa.

Agradeço a todos os colegas, professores e funcionários do PPGDS, por me terem acolhido tão bem, por toda a amizade e aprendizagens que me proporcionaram.

Agradeço ao Marcelo, à Larissa e a todos aqueles com quem me cruzei em eventos e encontros do *Slow Food* e que, com toda a disponibilidade e atenção, contribuíram para a construção desta dissertação.

Um agradecimento especial a Larissa, Bárbara e Taynan por me acolherem em vosso coração. À Marta e ao Lucas, meus irmãos de ‘orientação’, que têm tornado esta jornada acadêmica muito mais leve e divertida. A Daniel, Janine Adriana, Dária e Lúcio, ao Jansen, Janine Morais, Breno, Shirley, Jonas, Beatriz, Vânia, Jéssica e Amanda, por tanto carinho. À Júlia, pela amizade sincera e por tantos momentos partilhados! À Inês, por ser presença de Deus na minha vida e à Rita, minha irmã de coração! Ao Pedro, por tanto abraço-casa e incentivo no meu caminho! E à minha família brasileira e de alma, Lucas, Dayana e André, por tanto amor e momentos especiais vividos!

Agradeço aos meus pais e ao meu irmão, por tudo o que sou hoje, por todas as oportunidades que me dão, por estarem sempre a meu lado e me incentivarem a seguir os meus sonhos! E a toda a minha família, tios e primos, por fazerem de ‘casa’ o lugar onde sempre quero voltar! À cidade de Montes Claros, que me abraçou pela segunda vez e me adotou como ‘filha da terra’!

RESUMO

RIBEIRO, Maria João Alves. Um alimento político e uma política que alimenta: o ativismo do *Slow Food* no Brasil. **Dissertação** (Mestrado em Desenvolvimento Social). Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Social (PPGDS), Universidade Estadual de Montes Claros, Montes Claros – MG/Brasil, 2019.137 p.

O ‘ativismo alimentar’ refere-se a uma forma de resistência identitária que percebe o alimento como potencial para promover mudanças sociais. O movimento social *Slow Food* enquadra-se nesse tipo de luta social, questionando a lógica do sistema agroalimentar atual. Originário da Itália, onde surge pela forte crítica ao conceito de *fast food*, está atualmente presente em 160 países, sustentando-se nos pilares da biodiversidade alimentar e da educação do gosto. Em 2003, estabelece acordo de cooperação com o governo brasileiro, onde desenvolve projetos voltados para a agricultura familiar, trabalhando no apoio à produção e comercialização de produtos locais, sob princípios de qualidade, sustentabilidade e justiça. No entanto, a implementação dos seus projetos em território brasileiro tem sido marcada por muitos obstáculos derivados tanto da conjuntura política tanto da própria forma de organização e dinamização interna do movimento. Num contexto de privatização das práticas políticas, a pesquisa busca perceber a relação e contribuição das formas de ativismo alimentar por via de movimentos sociais para a construção de políticas públicas para a alimentação no contexto sócio-político brasileiro, tendo como objeto de análise o *Slow Food*. Para isso, optou-se por uma pesquisa empírica baseada em análise de conteúdo, observação participante em eventos e entrevistas a membros do *Slow Food* Brasil. Os resultados demonstram que o *Slow Food* apresenta na sua essência um caráter ativista pouco reivindicativo, com propostas baseadas em alternativas ao sistema convencional de produção, apoio técnico a produtores, ações de conscientização, educação alimentar e estímulo a práticas de consumo político. As contrariedades do contexto brasileiro tanto desafiam a construção da cidadania alimentar quanto carecem de um tipo de ativismo mais entusiástico. Até recentemente o movimento não se havia posicionado enquanto lugar de reflexão política e social, devido à sua dependência operativa e financeira, acabando por ser absorvido pela mesma lógica de mercado convencional e típica da organização social moderna. Tal situação impede-o de perceber as desigualdades sociais como primeiros obstáculos à garantia do direito à alimentação. Apesar de tudo, percebe-se um movimento com forte potencial para a mudança do sistema agroalimentar. Para isso, faz-se necessária a sua repolitização através da reinvenção de estratégias de ativismo alimentar, que busquem justiça social e coloquem o Estado como ator essencial à garantia do acesso digno e universal do alimento ‘bom, limpo e justo’.

Palavras chave: *Slow Food*; Ativismo alimentar; Movimento Social; Políticas Alimentares; Alimento.

ABSTRACT

RIBEIRO, Maria João Alves. A political food and a policy that feeds: the *Slow Food* activism in Brazil. **Master Thesis** (Master in Social Development). Postgraduate Program in Social Development (PPGDS), State University of Montes Claros, Montes Claros - MG / Brazil, 2019. 137 p.

'Food activism' refers to a form of identity resistance that perceives food as potential to promote social change. The *Slow Food* social movement fits into this type of social struggle, questioning the logic of the current agrifood system. Originally from Italy, where it borns from the strong criticism on the fast food concept, it is currently present in 160 countries, based on the pillars of food biodiversity and taste education. In 2003, it establishes a cooperation agreement with the Brazilian government, aiming to develop projects targeted at family agriculture and working to support the production and marketing of local products, under principles of quality, sustainability and justice. However, the implementation of its projects in Brazilian territory has been marked by many obstacles, derived both from the political conjuncture and from the very form of organization and internal dynamization of the movement. In a context of privatization of political practices, the research seeks to understand the relationship and contribution of forms of food activism through social movements for the construction of public policies for food in the Brazilian socio-political context, having *Slow Food* as object of analysis. For that, we opted for an empirical research based on content analysis, participant observation in events and interviews to members of *Slow Food* Brazil. The results show that *Slow Food* presents in its essence an activist character with little claim, with proposals based on alternatives to the conventional production system, technical support to producers, actions of awareness, food education and stimulation of practices of political consumption. The setbacks on the Brazilian context both challenge the construction of food citizenship and lack of a more enthusiastic activism. Until recently, the movement had not positioned itself as a place for political and social reflection, due to its operational and financial dependence, being absorbed by the same conventional market logic, typical of modern social organization. This situation prevents it from perceiving social inequalities as the first obstacles to guaranteeing the right to food. Nevertheless, it is perceived as a movement with a strong potential for the change of the agrifood system. To this end, it is necessary to re-politicize it through the reinvention of food activism strategies, which seek social justice and place the State as an essential actor in guaranteeing decent and universal access to 'good, clean and fair' food.

Keywords: *Slow Food*; Food activism; Social movements; Food politics; Food.

LISTA DE SIGLAS

ASUR/IPA	Alimentação Saudável em Áreas Urbanas e Rurais – Instituto Agrônômico de Pernambuco
BM	Banco Mundial
CAA	Centro de Agricultura Alternativa
CAC	Comissão do <i>Codex Alimentarius</i>
CAISAN	Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional
CGIAR	Grupo Consultivo em Pesquisa Agrícola Internacional
CIA	<i>Confederazione Italiana Agricoltori</i>
CNSAN	Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional
CODEVASF	Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
CONSEA	Conselho Nacional para a Segurança Alimentar e Nutricional
COOPERCUC	Cooperativa de Agropecuária Familiar de Canudos, Uauá e Curaçá.
CPDA/UFRRJ	Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
DHAA	Direito Humano à Alimentação Adequada
EMATER	Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural
ENEC	Encontro Nacional de Estudos do Consumo
FAO	Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura
FIAN	Organização pelo Direito Humano à Alimentação e à Nutrição Adequadas
FIDA	Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola da ONU.
FIOCRUZ	Fundação Oswaldo Cruz
FMI	Fundo Monetário Internacional
GT	Grupo de Trabalho
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDENE	Instituto de Desenvolvimento do Norte e Nordeste de Minas Gerais

IFPRI	Instituto de Pesquisa em Política Alimentar Internacional
IPHAN	Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
LGBTTTS	Lésbicas, <i>Gays</i> , Bissexuais, Travestis, Transexuais, Trangêneros e Simpatizantes.
LOSAN	Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional
MDA	Ministério do Desenvolvimento Agrário
MDS	Ministério do Desenvolvimento Social
MDSA	Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário
MST	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
NMS	Novos Movimentos Sociais
ODS	Objetivos Globais do Desenvolvimento Sustentável
OGM	Organismos Geneticamente Modificados
OMC	Organização Mundial do Comércio
OMS	Organização Mundial de Saúde
ONG	Organização Não Governamental
ONU	Organização das Nações Unidas
OPAS/OMS	Organização Pan-Americana da Saúde
PAA	Programa de Aquisição de Alimentos à Agricultura Familiar
PFZ	Programa Fome Zero
PLANSAN	Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional
PLC	Projeto de Lei da Câmara
PMA	Programa Mundial de Alimentos
PNAE	Programa Nacional de Alimentação Escolar
RBPSSAN	Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional
SA	Segurança Alimentar
SAN	Segurança Alimentar e Nutricional
SEAD	Secretaria Especial de Agricultura Familiar e Desenvolvimento Agrário
SISAN	Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional
SYFN	<i>Slow Food Youth Network</i>
TCF	<i>The Citizens Foundation</i>
UERJ	Universidade do Estado do Rio de Janeiro

UFRJ	Universidade Federal do Rio de Janeiro
UFSC	Universidade Federal de Santa Catarina
UNICEF	Fundo Internacional de Emergência para a Infância das Nações Unidas
UNIRIO	Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro
USP	Universidade de São Paulo

LISTA DE FIGURAS E TABELAS

Figura 1	Estrutura organizacional da Associação <i>Slow Food</i> Internacional.....	17
Tabela 1	Tipologia de intervenções políticas de atores da sociedade civil no campo da alimentação.....	39

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	1
CAPÍTULO I - O ALIMENTO COMO OBJETO DE LUTA POLÍTICA.....	10
1. O ativismo alimentar ‘em movimento’	12
1.1. O movimento <i>Slow Food</i> no mundo	14
1.2. O <i>Slow Food</i> chegou ao Brasil.....	18
2. A organização social moderna na produção das práticas	20
2.1. Práticas de ‘proximidade’ para a (re)organização social	22
2.2. A mudança social das práticas: penso logo pratico ou pratico logo penso?	29
3. À ‘mesa’ com os movimentos sociais e o Estado.....	33
4. Como o alimento se tornou político.	43
5. O alimento político é mesmo para todos?	49
CAPÍTULO II - A ARTICULAÇÃO ENTRE ATIVISMO E POLÍTICAS ALIMENTARES...	54
1. <i>Food politics</i> : para abrir o apetite.	55
2. As políticas alimentares internacionais: um cardápio mundial.	60
3. A construção da Política de SAN no Brasil: quando o pão chegou à mesa.	63
4. A política alimentar no Brasil de hoje: um prato doce ou amargo?	72
5. A participação social na construção da Política de SAN: um lanche partilhado?	76
6. O ativismo alimentar no Brasil: o prato da resistência.	83
CAPÍTULO III – O ATIVISMO POLÍTICO DO <i>SLOW FOOD</i> NO BRASIL	89
1. O <i>Slow Food</i> no Brasil: quem fez as honras da mesa.....	90
2. A criação da Associação <i>Slow Food</i> Brasil: um café para despertar.....	94
3. A parceria <i>Slow Food</i> /governo: o joio e o trigo.	100
4. A ‘politização’ de um movimento (a)político.	103
5. A organização interna do movimento: nem à mesa a gente se entende.	104
6. O ativismo <i>Slow Food</i> : um movimento com ou sem ‘movimento’?	106
7. Uma filosofia italiana em solo brasileiro.....	112
8. O projeto “Alimentos bons, limpos e justos” a nível local: uma omelete com poucos OVOS.....	116
9. O <i>Slow Food</i> Brasil hoje: de pão velho se faz rabanadas.....	119
CONSIDERAÇÕES FINAIS	122
REFERÊNCIAS	132

INTRODUÇÃO

Discutir sobre comida é pensar sobre sabores e saberes. E comer é abrir casa e coração para aproximá-los! Discutir sobre o alimento que se transformou em comida é remeter ao estado mais simples da conexão entre Homem e natureza! Trata-se de uma conversa um pouco mais longa que nos transporta a ideias como tradição, família e laços de amizade que se solidificam em torno da mesa e que vibram ao sabor do prato.

Mas, discutir sobre comida não se trata apenas de observar o que entra no organismo e o que lhe confere os nutrientes necessários ao seu bom funcionamento. É, mais do que isso, sobre o que sai desse corpo! É sobre o investimento pessoal que leva mãos à terra; é sobre a energia de trazer da terra às mãos e, com essas mãos, alimentar bocas, criar momentos e produzir sentidos! Mais do que questões políticas e econômicas, a alimentação põe a descoberto a estrutura da vida cotidiana, do mais íntimo ao que é compartilhado. É, portanto, sobre percorrer com o alimento a sua história e as histórias daqueles que se relacionam com ele desde a produção ao consumo.

Na atualidade, é possível observar a diversidade de práticas alimentares, seja pelo pedido num restaurante, pela cesta do supermercado ou pelo divulgado na mídia. Contudo, conhecer o que dá origem a essas práticas, isto é, como as pessoas as significam e se percebem através delas, torna-se tarefa mais difícil.

A alimentação como objeto de discussão e entendimento de fatos sociais do cotidiano recebe crédito em diversos trabalhos antropológicos, ao constituir-se como parte inerente da experiência humana que se materializa em hábitos, costumes, rituais, etiquetas de comportamento. Todavia, é recente a expansão da produção científica a respeito dessa temática, que emergiu na tentativa de construção de um campo teórico que expresse a relação pluri e transdisciplinar do alimento na sociedade moderna, capaz de entender as novas relações criadas ao seu entorno, nas quais surgem os novos ‘comedores’¹.

¹ A expressão “comedor” provém da palavra francesa *mangeur*, isto é, o homem que come. A sua utilização surgiu a partir da publicação *Le mangeur du 19^{ème}* de Jean-Paul Aron (1976). O sociólogo Claude Fischler (2001) utiliza este termo em substituição ao termo “consumidores”, pois não considera a comida um simples bem de consumo. Para o autor, a introdução da comida no organismo transforma-se numa parte do corpo do sujeito, perpassando o valor simbólico do que se come, para além do valor biológico. Jean-Pierre Poulain (2013) utiliza este termo na sua obra *Les mangeurs et l'espace social alimentaire*, para se referir à situação de ansiedade sobre os riscos no consumo de alimentos gerada nos consumidores a partir do excesso de regras e informações alimentares. Ele trata esses consumidores como ‘os comedores modernos’.

A partir da década de 1990, principalmente com o advento de um novo mercado mundial de alimentos, com novos alimentos e novos sistemas de distribuição, deu-se o crescente interesse da antropologia pela alimentação, temática até então desprezada pela academia dada a sua relação com a atividade doméstica da mulher e com a produção rural agrícola (MINTZ, 2001). No ano de 1990, Claude Fischler colocou a escola francesa como precursora da Sociologia da Alimentação, com a sua tese *L'Homnivore. Le goût, La cuisine et Le corps*. Progressivamente, a temática foi ganhando adeptos nas Ciências Sociais, disseminando os estudos nas suas diversas áreas do conhecimento.

Se a alimentação e o ato de comer já haviam sofrido transformações acompanhadas pelo ritmo de mudanças na sociedade, com a sua politização e transporte do campo da escolha individual para um comportamento com impactos diretos na sociedade em geral, a mudança nas práticas alimentares foi, nas últimas décadas, acelerada e estimulada em diversos sentidos (por exemplo, segundo lógicas de saudabilidade, sustentabilidade, praticidade, entre outras).

Hoje em dia, a potencialidade do alimento para a transformação social é expressa em diversos espaços, por diversos meios e das mais variadas formas. *Slogans* como “A transformação começa à mesa”, “A revolução está no prato” ou “Nós somos o que comemos” são manifestações claras desse fenômeno que tem por trás diversos movimentos sociais. O *Slow Food* e o *Fair Trade* são exemplos desses movimentos que, com um ideal de desenvolvimento comum, se dedicam a manter vivas em sociedade, importantes lutas e discussões, intensificadas pelas incertezas sobre a garantia de um alimento de qualidade, sem riscos para a saúde e para o meio ambiente.

Perpassando diversos campos disciplinares e, portanto, discutindo o alimento sobre diferentes perspectivas, os debates que se têm levantado na sociedade em torno do ato de comer apresentam alguns aspectos em comum. Acima de tudo, defendem a alimentação de qualidade como um direito inerente ao ser humano, denunciam a lógica capitalista de produção agroalimentar, chamam a atenção para a necessidade de cadeias alimentares ambientalmente sustentáveis, promotoras de saúde e de justiça social, valorizam o resgate de práticas tradicionais, promovem a decolonialização da cultura alimentar e, dessa forma, resgatam o alimento de um olhar meramente mercadológico. São essas pautas que constroem a afirmação “pensar o comer como ato político” (MENASCHE, 2014, p.31).

Terá a alimentação, realmente, um caráter político, um potencial escondido (ou esquecido) para a mudança que se sonha no mundo?

Está claro que debater sobre alimentação e observar a dinâmica do sistema agroalimentar na sociedade atual está intimamente ligado à ideia de desenvolvimento como parte inerente do ser humano, que o permite criar e reinventar o cotidiano, na busca pelo sentido de vida, pelo que o faz feliz e realizado. Trata-se de um investimento tanto individual quanto coletivo sendo a “boa sociedade”, de acordo com Ignacy Sachs (2008), aquela que possibilita essa expressão livre do ‘eu’ sujeito e, da mesma forma, valoriza o seu tempo e lhe concede oportunidades para a garantia da sua subsistência material e emocional, através da constituição de redes afetivas próximas.

Na mesma linha de pensamento, Gabriel Cohn (2016) propõe a ideia de desenvolvimento como “processo civilizador”, isto é, um modelo de desenvolvimento capaz de “tornar ‘humana’ a vida social”, não meramente baseada na dimensão econômica dos processos sociais. Para Sachs e Cohn, o desenvolvimento é, portanto, um conceito multidimensional, profundo e complexo, percebido pela possibilidade de se estabelecerem relações sociais colaborativas, e não mais competitivas, entre indivíduos e grupos culturalmente diversos. Atualmente, a cadeia alimentar produtiva, esvaziada pelo sistema perverso da acumulação e pela modernidade impessoal, clama pelo retorno às suas origens, por uma reconexão com o meio, carece de relações próximas, recíprocas, socialmente justas e responsáveis. Reclama por mais afeto, mais envolvimento, por mais solidariedade.

No contexto nacional, o fenômeno da politização da alimentação tem-se percebido pelo crescimento e diferenciação das práticas políticas alimentares, que vão desde grupos de consumo responsável, redes de produtores e consumidores e movimentos sociais alimentares, até ao uso de estratégias de consumo político na escolha alimentar, como o boicote. Entre as formas coletivamente organizadas de “resistência identitária”, onde o alimento é protagonista (POULAIN, 2013, p. 32), deparamos com os movimentos do *Slow Food*, do Vegetarianismo, do Comércio Justo, da Economia Solidária, da Agroecologia ou da Agricultura Familiar, que ocupando o espaço público, contestam o sistema agroalimentar global, produtor de desigualdades sociais e de graves danos ambientais, e reivindicam a ação do poder público sobre tal *desordem*. Usa-se do termo ‘ativismo alimentar’ para designar a luta desses sujeitos que percebem o campo alimentar como terreno fértil para promover mudanças sociais.

Contudo, as formas não institucionalizadas ganharam recentemente mais adeptos, ao contrário das formas institucionalizadas. A que se deve esta transformação de práticas de participação política da sociedade civil?

Portilho, Castañeda, e Castro (2011) alegam a crise de legitimidade das instituições estatais formais e sua ausência de pronunciamento ou regulação legislativa sobre as questões alimentares como principal motivo para a privatização das práticas políticas. Será que então as ações políticas sob a forma de movimentos sociais deixaram de fazer sentido? Será que os indivíduos perceberam uma falta de efetividade nas suas ações e que, por isso, dão atualmente preferência a outro tipo de comportamentos políticos alimentares?

Para compreender este fenômeno, especialmente no contexto brasileiro, consideramos optar como objeto de análise um movimento de ativismo alimentar com presença e atuação no país. O movimento social *Slow Food* foi o escolhido, ao intervir em contexto brasileiro junto de produtores e consumidores, na procura de transformações nas práticas alimentares, recorrendo ao discurso ético.

O *Slow Food* surgiu em Itália, em 1986, por iniciativa do jornalista Carlo Petrini, motivado pela forte crítica ao conceito de *fast food*. Promove um novo olhar sobre a gastronomia, sustentando-se nos pilares da biodiversidade alimentar e da educação do gosto alimentar (SLOW FOOD, 2013). No Brasil, esta organização adquire relevância como movimento de ativismo alimentar, ao envolver-se em diversas iniciativas locais e nacionais, principalmente com renomados *chefs* da cozinha brasileira, com os quais luta por uma ‘alimentação de verdade’ para todos. Estabelece relação direta com produtores, no apoio à produção e comercialização de produtos locais, sob princípios de qualidade, sustentabilidade e justiça.

Esta organização, presente em mais de 160 países, possui acordos de Cooperação Internacional com a Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação (FAO) e vários governos em todo o mundo, inclusive com o governo brasileiro.

A produção acadêmica, entre pesquisadores estrangeiros, sobre a politização da alimentação e suas interfaces dentro de um sistema de relações de poder, tem sido vasta. Já no contexto acadêmico brasileiro, há ainda uma carência de reflexões sobre essas práticas, alerta Portilho (2011), inclusive sobre a relação entre atores políticos no campo da alimentação. Sobre o movimento *Slow Food*, o mesmo parece acontecer. Se a nível internacional, o movimento tem recebido atenção por parte de alguns pesquisadores, ainda que na maioria de forma meramente descritiva, como refere Oliveira (2014), no Brasil poucos estudos se têm dedicado ao movimento dentro da academia.

Ao longo da história do Brasil, movimentos sociais e práticas de participação política da sociedade civil fortaleceram-se maioritariamente em épocas de crise e insatisfação com as

políticas liberais. Relativamente ao ativismo alimentar, a sua expansão ocorreu primeiramente num período de estímulo à cooperação internacional, que possibilitou um maior diálogo com organismos internacionais.

Na altura do governo do presidente Luís Inácio Lula da Silva (2003-2011), as políticas públicas para a alimentação receberam uma atenção institucional nunca antes vista na história da política brasileira. A abertura do governo às propostas da sociedade civil fortaleceu essa dinâmica. Face à ampliação das políticas sociais e à capacidade do governo em interagir e responder a demandas de diversos atores organizados, a participação política como força reivindicadora de direitos entrou num estado de letargia e movimentos sociais no geral, incluindo o *Slow Food*, embarcaram nessa dinâmica. Socialmente reconhecidos e ouvidos, poucos foram os que se aperceberam do risco que estavam correndo.

O *Slow Food* e o Brasil já se haviam conhecido antes, mas foi só em 2003 que o acordo de cooperação foi firmado. Desse acordo emergiram diversas oportunidades para o movimento que viu, de forma rápida, os grupos *Slow Food* a nível local se disseminarem por todo o país. Com o financiamento da Fundação *Slow Food* Internacional e o apoio do governo, ações e projetos foram desenvolvidos. No entanto, o movimento aspirava por mais autonomia da estrutura central em Itália, procurando criar um *Slow Food* realmente com identificação brasileira. E assim aconteceu com a formalização da Associação *Slow Food* Brasil, que trocou a dependência externa pela dependência do governo. O projeto ‘Alimentos bons, limpos e justos’², desenvolvido em cooperação com o MDA a partir de 2015, representou a maior intervenção do movimento a nível nacional desde o seu surgimento.

Com a destituição do governo de Dilma Rousseff e do Ministério do Desenvolvimento Agrário, as questões alimentares perderam de novo importância dentro do governo. E, ainda que tenha sido dada continuidade ao projeto ‘Alimentos bons, limpos e justos’ do *Slow Food*, como é fácil perceber, o seu desenvolvimento aconteceu inteiramente sob uma conjuntura política instável até ao seu término, em julho de 2018.

Desde a mudança de governo, em 2016, movimentos sociais, organizações, associações e redes articuladas de atores, em confronto com a força política, perceberam necessidade de desenvolver novos mecanismos de pressão e contestação. Contudo, após mais

² O projeto “Alimentos bons, limpos e justos” visa o fortalecimento da agricultura familiar através das diretrizes, mecanismos e ações do *Slow Food*. Promove a produção artesanal, o estabelecimento de padrões de produção sustentáveis, justos e de qualidade e a preservação de alimentos em risco de desaparecimento através da sua valorização. No Brasil, a sua atuação é fruto de um segundo acordo de Cooperação Internacional assinado com o governo brasileiro, através da Secretaria Especial de Agricultura Familiar e Desenvolvimento Agrário (SEAD) (SLOW FOOD BRASIL, 2017).

de uma década habituados à atitude de cooperação do governo, adquirir de novo autonomia e sair à luta tem acontecido vagarosamente e à custa de muita reflexão política.

A nossa questão central está na confluência entre estas duas temáticas: políticas públicas para a alimentação e movimentos sociais de ativismo alimentar. De que forma a participação social por via de coletivos organizados incentiva à discussão e construção das políticas públicas alimentares, promotoras do *Direito Humano à Alimentação Adequada*?

Ao empreender uma análise sobre o campo institucional, onde interagem diferentes atores com suas características e lógicas de atuação diversas, torna-se objetivo principal da presente dissertação analisar a relação entre ativismo alimentar e políticas públicas para a alimentação no contexto sócio-político brasileiro, a partir da análise do movimento *Slow Food*.

Diversas questões permeiam esta reflexão: quais os limites e as possibilidades do ativismo alimentar no contexto nacional? Que mudanças esses movimentos sociais podem gerar no panorama socioeconômico brasileiro e qual a sua capacidade de pressão política? Estão promovendo um modelo de desenvolvimento justo, sustentável e humano? Que lugar ocupa o *Slow Food* em todo esse questionamento?

Pretendemos que a nossa reflexão sobre ativismo alimentar, ao envolver a discussão sobre políticas públicas, movimentos sociais, politização da alimentação, num contexto de modernidade reflexiva, seja então entendida mais através dos sentidos do que das práticas efetivamente engendradas. Mais pelo simbólico por trás dessas práticas e existente no interstício das redes de atores sociais, do que da superficialidade das ações que se constroem e desmancham no tempo.

A pesquisa de caráter qualitativa e sem fins estatísticos foi realizada em dois momentos: primeiro, optou-se pelo recurso à pesquisa bibliográfica e documental e, num segundo momento, pela coleta de dados primários, através de análise de conteúdo, entrevistas a membros do *Slow Food* Brasil e observação direta em eventos científicos e encontros do movimento ou sua rede parceira.

Em pesquisa bibliográfica contemplaram-se estudos acadêmicos recentes que analisam o movimento *Slow Food* em diferentes perspectivas. A análise de conteúdo incidiu fundamentalmente sobre documentos, cartilhas e publicações do *Slow Food* Brasil e do *Slow Food* Internacional. Essas análises permitiram uma compreensão mais técnica e descritiva sobre a filosofia, princípios, debates e modos do movimento operar.

A observação direta foi realizada no X Congresso Português de Sociologia³, ocorrido na cidade da Covilhã, Portugal, entre os dias 10 e 12 de julho de 2018; no III Congresso Espanhol de Sociologia da Alimentação⁴, em Gijón, Espanha, entre 26 e 28 de setembro de 2018; e no IX Encontro Nacional de Estudos do Consumo⁵, realizado na cidade do Rio de Janeiro/RJ, Brasil, nos dias 21, 22 e 23 de novembro de 2018.

A participação em eventos científicos ofereceu a oportunidade de alargar a perspectiva sobre o campo de estudo da alimentação. Pelo fato dessas participações terem ocorrido em distintos países e regiões foi possível ampliar a visão sobre as diferentes formas da academia tratar a mesma temática, em função do contexto de vida dos próprios pesquisadores. Inclusive pela forma como o próprio movimento *Slow Food* é percebido e estudado nesses diferentes contextos. Conversas informais com participantes destes eventos, entre os quais membros do *Slow Food* do Brasil, enriqueceram a reflexão sobre o movimento.

Para além dos eventos acadêmicos, estive presente no evento *Terra Madre Salone del Gusto 2018*⁶, encontro internacional do movimento *Slow Food*, ocorrido em Turim, na Itália, entre os dias 22 e 24 de setembro de 2018. No Brasil, participei da Oficina de Ecogastronomia *Slow Food*⁷, realizada com jovens do Assentamento Estrela do Norte, em Montes Claros, entre os dias 4 a 8 de setembro de 2017; e do I Seminário Frutos do Cerrado⁸, realizado a 8 de novembro de 2018, também em Montes Claros (MG), que congregou um conjunto de

³ A observação derivou essencialmente da participação no grupo de trabalho em “Sociologia do Consumo”, coordenado por Mônica Truninger (ICS-ULisboa), Susana Henriques (U. Aberta/CIES-IUL) e Marta Rosales (ICS-ULisboa), onde a temática alimentar foi mais abordada.

⁴ O congresso, de caráter internacional, pretendeu alcançar uma discussão interdisciplinar ao acolher investigadores, profissionais e estudantes a iniciarem-se na temática da alimentação, vindos de diversos campos de estudo. Teve como objetivo abordar os problemas sociais que afetam e poderão vir a influenciar ainda mais a alimentação no futuro.

⁵ O encontro é uma das principais atividades organizadas pelo Grupo de Estudos do Consumo, coordenado pelas professoras Lívia Barbosa (PUC-Rio) e Fátima Portilho (CPDA/UFRRJ) e constituído por um grupo diverso de pesquisadores e estudantes brasileiros e estrangeiros de diversas instituições. O IX ENEC teve como tema “Consumo e gênero: repensando o consumo a partir da produção da diferença”.

⁶ O Encontro Terra Madre acontece de dois em dois anos na cidade de Turim, em Itália, onde reúne membros do *Slow Food* de todo o mundo, dando aos produtores a oportunidade de expor os seus produtos e trocarem experiências e saberes com a rede internacional.

⁷ A oficina foi promovida no âmbito do projeto “Alimentos Bons, Limpos e Justos”. Contou com a participação de 50 jovens que durante três dias abordaram temáticas como comida, agroecologia e comunicação. Foram desenvolvidas atividades como preparação de pratos a partir de alimentos produzidos no próprio assentamento, conscientizando para a importância da alimentação local e orgânica e para a importância da juventude rural para o futuro da agricultura familiar. Este foi o primeiro momento em que tive contato direto com as ações do *Slow Food*.

⁸ O Seminário teve como tema “Oportunidades e Desafios para a Comercialização”. A realização esteve a cargo do Núcleo do Pequi, do Instituto de Desenvolvimento do Norte de Minas Gerais (IDENE), da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e da Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba (CODEVASF), com o apoio da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Minas Gerais (FETAEMG), da Associação Mineira de Supermercados (AMIS), da Central do Cerrado, do Conselho Diretor Pró-Pequi, do Serviço Nacional de Aprendizagem Rural de Minas Gerais (SENAR-MG) e da Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB).

empreendimentos parceiros do *Slow Food* do Norte de Minas Gerais e produtores associados do *Slow Food*.

Estabelecer contato direto com eventos, ações e membros da rede *Slow Food* no mundo, aproximou a pesquisadora, das práticas do movimento, dos impactos de suas ações, das contradições, dos obstáculos e das potencialidades que perpassam o movimento.

Foram ainda realizadas duas entrevistas semi-estruturadas a membros do *Slow Food* do Brasil: uma, a um facilitador regional do movimento (região Sudeste do Brasil); e, outra, a uma interlocutora local (Montes Claros).

Trabalhamos a partir do pressuposto de que, o *Slow Food*, enquanto movimento de diálogo político, de atuação em rede, de defesa do alimento de qualidade e do *Direito Humano à Alimentação*, tem a capacidade para provocar a mudança do sistema agroalimentar a partir da intervenção junto da esfera estatal no que refere a políticas públicas no campo da alimentação.

Ao longo de toda a reflexão, o foco foi buscar aprendizagens, exemplos, aspectos de diferentes contextos, que colhi a partir da observação nos congressos e eventos em que participei. Acredito que tais contribuições tiveram a capacidade de enriquecer e facilitar a compreensão, ao estabelecer ligação entre reflexão teórica e ação prática.

Dessa forma, a dissertação encontra-se dividida em três capítulos: (1) O alimento como objeto de luta política (2) A articulação entre ativismo e políticas alimentares (3) O ativismo político do *Slow Food* no Brasil.

O **capítulo I** procura, inicialmente, contextualizar o objeto de estudo, apresentando historicamente como nasceu esse movimento que faz do alimento o centro da sua intervenção social e luta política. Expõe-se, brevemente, a forma como se organiza, como chegou ao Brasil e como tem atuado neste contexto. É também objetivo deste capítulo compreender como as mudanças globais e os desafios da organização social moderna têm afetado a mudança de práticas e o comportamento do próprio sujeito na relação consigo, com o outro e com tudo o que produz. Como é que esse sujeito tem superado tais desafios? A organização em coletivos parece ter sido um dos caminhos encontrados. Nesses espaços, o sujeito faz a força ao unir-se ao um outro ávido por uma sociedade justa e democrática. Mas, até mesmo essas formas de organização estão sujeitas a desafios. Serão eles assim tão eficazes na luta democrática? Ou deverá o cidadão procurar novas formas de participação política? As mesmas questões se colocam aos movimentos sociais de ativismo alimentar. As suas estratégias de intervenção têm sido capazes de enfrentar o sistema agroalimentar atual,

dominado por grandes forças como a indústria alimentar ou os *lobbies* do agronegócio? Serão eles capazes de provocar reais mudanças nas políticas alimentares e garantir, dessa forma, a melhoria da segurança alimentar e nutricional da população?

Se o primeiro capítulo foi dedicado à temática do ativismo alimentar nos movimentos sociais, no **capítulo II** é colocado em discussão o debate sobre o alimento enquanto objeto para a formulação de políticas alimentares, instrumentos essenciais para a garantia da segurança alimentar e nutricional da população. Mas, o que são, na prática, políticas alimentares? Como surgiu a necessidade de formulação dessas políticas no contexto internacional? E como o poder público brasileiro se posiciona nesse campo político? A sociedade civil organizada tem contribuído para a construção das políticas alimentares no Brasil? A preocupação será, portanto, encontrar caminhos que nos conduzam a essas respostas. O último ponto deste capítulo toca uma parte central da dissertação: como se percebe na prática o ativismo alimentar no Brasil?

Por fim, no **capítulo III**, o objetivo é analisar ações do *Slow Food* através dos eventos e das entrevistas com membros do movimento no Brasil. Ao discutir sobre a rede *Slow Food* e a sua capacidade de articulação com as políticas alimentares no Brasil, partimos daquela que tem sido a sua atuação desde 2003 no contexto nacional. O campo político que encontrou foi *o crème de la crème* para a sua expansão. Contudo, o contexto esfriou e vários obstáculos se colocaram no caminho. Mas não foi só isso. A organização interna do movimento no Brasil também denunciava algumas dificuldades. Fazendo uma retrospectiva dos quase 15 anos de atuação nacional, de que forma as suas estratégias de intervenção têm sido relevantes para a promoção das políticas alimentares que promovam, segundo a sua filosofia, um alimento ‘bom, limpo e justo’ para todos? Ou de que forma vislumbram uma mudança de estratégias para que tal articulação seja potencializada?

O *Slow Food* encontrou no alimento o argumento para a revolução do sistema. Um alimento que não precisaria de qualificações caso fosse respeitada a sua essência. Uma luta que não seria necessária caso todos tivessem acesso digno a esse alimento. O sujeito hoje procura proximidade e afeto. O retorno à sua essência. O alimento verdadeiro parece mostrar-lhe esse caminho. Que a discussão que se segue possa também conduzir-nos, com prazer, a essa mesa da partilha!

CAPÍTULO I

O ALIMENTO COMO OBJETO DE LUTA POLÍTICA

Sem alimento não poderíamos viver. Ele supre uma das primeiras necessidades básicas do ser humano. O alimento constitui o nosso corpo, fortalece-nos, faz parte de nós. E, simplesmente por isso, diz respeito à forma como a sociedade se organiza.

O alimento é também cultural. É cheio de simbolismos e práticas com diferentes significados de povo para povo, de lugar para lugar. Nunca um frango caipira terá o mesmo significado consumido na cidade, nem um quentão servido no Carnaval terá o mesmo sabor daquele servido nas festas juninas. Sujeito, sociedade, cultura e alimento se interrelacionam e se modificam reciprocamente. Assim, perceber a cultura como processo em constante construção, fruto da ressignificação ou conservação de tradições, costumes, práticas e comportamentos, coloca o sujeito em interação com a estrutura, no centro da organização social e da decisão política.

Num mundo globalizado de disputas e conflitos, o sujeito em relação é um sujeito sempre à procura de significados que dêem sentido às suas escolhas, às suas ações e, portanto, ao seu modo de estar no mundo (POULAIN, 2013)⁹.

Slow Food é sobre mudança. É intervenção para a mudança. Que transformação um movimento internacional que fala de “alimentos bons, limpos e justos” quer ver no mundo?

O capítulo I será dedicado à contextualização do objeto de estudo, o *Slow Food*, enquanto movimento de ativismo alimentar internacional presente no Brasil, reprodutor de uma filosofia, discurso e forma de intervenção singular na busca pela garantia de um “alimento bom, limpo e justo para todos”. No entanto, compreender como se organiza a sociedade, como é a sua dinâmica neste tempo especial que estamos vivendo, é essencial para também perceber a ação do movimento e a sua relação com as políticas públicas alimentares. Dessa maneira, neste capítulo pretende-se estabelecer um diálogo entre esses aspectos. Haverá vinculação possível entre eles?

Perceber a construção e mudança nas práticas alimentares¹⁰ e relacionar esse processo com o conceito de reflexividade de Anthony Giddens foi entendido como o primeiro passo

⁹ “Para ser um alimento, além das três primeiras características de qualidade, um produto natural deve poder ser o objeto de projeções de significados por parte do comedor. Ele deve poder tornar-se significativo, inscrever-se numa rede de comunicações, numa constelação imaginária, numa visão de mundo” (POULAIN, 2013, p. 240).

para o melhor compreender a influência da sociedade moderna no sujeito produtor e reproduzidor de práticas, no sujeito que almeja a mudança individual e provocar a mudança ao organizar-se coletivamente.

Georg Simmel (2005a) considera existir uma interdependência entre sujeitos e entre sujeito/objeto, interdependência essa que origina o que, em geral, chamamos de sociedade. Contudo, o crescimento da divisão do trabalho deu origem a uma relação alienada entre o indivíduo e o objeto reificado, observável pela padronização dos produtos e pela distância entre produtor e consumidor, implicada nas trocas. Tudo se tornou mercadoria, sem mediação direta. A partir dos manuais de boas maneiras e etiquetas, Norbert Elias mostra-nos que tais alterações na estrutura social tiveram forte influência nas mudanças no comportamento e nas emoções dos sujeitos, que se percebe na forma como se relacionam com tudo o que é do mundo.

Mas, a inquietude é condição inata ao ser humano. E é essa inquietude que o faz procurar formas de se adaptar ao inesperado, respostas para alcançar uma *vida boa* em condições novas. Na teoria sociológica de Alain Touraine encontramos um sujeito que responde a esses desafios da organização social moderna, ao reconhecer-se, a si e ao outro, como sujeito livre, capaz de ressignificar práticas e de constituir-se sujeito atuante, reivindicador de direitos, na defesa de si e do coletivo, em busca de uma construção democrática de sociedade. No entanto, a ressignificação ou mudança de práticas não é um processo tão simples assim. Allan Warde, pertencente à segunda geração de autores da Teoria Social das Práticas, chega à conclusão que práticas derivam do engajamento e envolvimento constante em modos de ser, estar ou fazer que, enraizados no sujeito, viram hábitos. Sem o acesso à experimentação de novas práticas, os sentidos que as orientam não são pessoalmente compreendidos. Partindo do princípio que são os sentidos que guiam os comportamentos, se estes não tocam o íntimo da vida humana, a mudança não acontecerá. Mas, teremos todos nós acesso a condições que nos permitirão a adoção de novas práticas? Dar preferência a um ‘alimento bom, limpo e justo’ está disponível para todos?

Certamente que não! A reivindicação pública, de forma individual ou em coletivos organizados, apresenta o diagnóstico de que algo não está bem. Gohn, Melluci e Scherer-Warren apresentam-nos os movimentos sociais como mecanismos de luta por direitos e reconhecimento, essenciais ao projeto democrático. De diferenciadas e criativas formas

¹⁰ Práticas alimentares constituem as manifestações expressas pelos sujeitos relativamente a todas as ações que envolvem o alimento, seja no ato de produzir, comprar, preparar ou comer. Enquanto as representações alimentares se apresentam como as razões que fundamentam essas ações, estando suportadas por símbolos construídos a partir da história de cada sujeito (POULAIN; PROENÇA, 2003).

denunciam as desigualdades e injustiças sociais. No entanto, na sociedade brasileira, Touraine (1989) e Ribeiro (2012) identificam a predominância do velho sistema de privilégios como um dos principais obstáculos à eficaz mobilização da sociedade civil e à participação social junto dos órgãos de poder público. Terão os movimentos sociais prazo de vida determinado? Ou estão apenas carentes de novas e inventivas estratégias de mobilização?

O movimento de ativismo alimentar encontra igualmente os seus limites de atuação. Guiados pela defesa do *Direito Humano à Alimentação Adequada* e pelo recente fenômeno de ‘politização da alimentação’, esses movimentos sociais fazem-se visíveis a partir do campo das alternativas alimentares, de manifestações públicas em forma de protestos, campanhas ou denúncias. São imersos em reflexões teóricas em torno de conceitos como consumo político, cidadania alimentar, justiça alimentar, entre outras. Que obstáculos se têm colocado aos projetos políticos desses movimentos e, conseqüentemente, dificultado a mudança do sistema agroalimentar? Qual o alcance de tais grupos ativistas sobre a mudança das políticas alimentares? Para Julie Guthman (2017), a luta por um alimento ‘bom, limpo e justo’ para todos vai além de iniciativas sustentáveis ou alternativas de acesso restrito a poucos e o Estado é ator essencial nesse processo. Parece que tem escapado diversos aspetos na luta política dos movimentos alimentares que possibilitem realmente a mudança global do sistema alimentar.

1. O ativismo alimentar ‘em movimento’

O *Slow Food*, movimento social de ativismo alimentar, tem como filosofia a promoção do alimento “bom, limpo e justo” para todos. Segundo o movimento, um alimento bom implica “uma dieta de alimentos frescos e sazonais, que satisfaça os sentidos e seja parte da cultura local”, de possível acesso a todos. Um alimento “limpo” exige uma “produção e consumo de alimentos que não prejudiquem o meio ambiente, o bem-estar animal ou a saúde humana”. E um alimento “justo” sugere uma “prática de preços que sejam acessíveis para quem consome e condições de remuneração que sejam justas para quem produz”. Por isto, valoriza a agricultura familiar como “fonte de herança alimentar” (*SLOW FOOD INTERNACIONAL*, 2018).¹¹

¹¹ ‘A nossa Filosofia’. Disponível em: <https://www.slowfood.com/pt-pt/quem-somos/a-nossa-filosofia/>. Acesso: 20 abril 2018.

Nos anos de 60 e 70 do século XX, no contexto de uma Itália politicamente ineficiente e com um elevado nível de corrupção e num contexto europeu e mundial de grande fervor social, movimentos de esquerda emergiram com propostas alternativas à gestão política da época, reivindicando a melhoria da qualidade de vida para todos e incentivando à ação das pessoas por meio da constituição de organizações e associações mais autônomas (ANDREWS, 2008).

Nesse contexto, se destacaram Carlo Petrini, Azio Citi e Giovanni Ravinale, três jovens ativistas de esquerda e intensamente contagiados pela efervescência política da época. Essa imensa vontade em revitalizar o lugar onde haviam crescido fê-los assumir um compromisso político mais sério, filiando-se ao Partido de União Proletária (*Partito di Unità Proletaria*–PDUP). As suas raízes culturais, intensamente ligadas à agricultura, à pecuária e à culinária e a crença no poder da comunidade levaram esses jovens a empreender inúmeros projetos locais. Entre eles está um periódico (*In Campo Rosso*) e uma estação de rádio independente (*Radio Bra Onde Rosse*), uma cooperativa de apoio às classes camponesa e operária (*Cooperativa Libreria la Torre*) e um pequeno mercado de venda de alimentos locais (*Spaccio di Unità Popolare*) (ANDREWS, 2008).

Um desses três jovens, Carlo Petrini, após ter sido eleito como vereador da região de Bra, pequena vila localizada na região de Piemonte (norte da Itália) e sua comunidade de origem, começou junto com os amigos a construir uma política assente na promoção e preservação da cultura regional, suas tradições agrícolas, vinícolas e culinárias. A partir daí, assumindo o caráter de expressão ativista, diversas associações seguiram o exemplo, dedicando-se à defesa do patrimônio cultural italiano e fortalecendo a rede, inclusive em diferentes regiões de Itália (ANDREWS, 2008).

Nesse período de aceso debate público, em que o resgate das tradições locais se apresentava como elemento importante à qualidade de vida dos cidadãos, a dimensão cultural do alimento ganhou novo ânimo, num contexto europeu em que o foco das políticas alimentares se voltava majoritariamente para a produtividade, disponibilidade e acesso aos alimentos. Esse contexto foi, passo e passo, criando as condições favoráveis à fundação do movimento *Slow Food*.

O ano de 1986 foi decisivo. Acontecimentos que importam registrar são a eleição de Carlo Petrini para a presidência da Federação Arcigola, federação cultural e recreativa de esquerda, e a morte de 19 pessoas causada pela adulteração de um vinho da região de Piemonte, que gerou desconfiança dos consumidores a nível internacional não só sobre os

vinhos regionais como de toda a Itália. Nessa década, o elevado crescimento industrial, a expansão do consumo privado e o entretenimento fácil proclamado pela mídia, situações incentivadas pelas políticas neoliberais, repercutiram na alimentação a nível global. A abertura de novas cadeias de restaurantes introduziu diferentes práticas no ato de comer, não pertencentes à cultura nacional nem ao sistema alimentar habitual dos italianos. Dessa trajetória histórica acontece, no mesmo ano de 1986, o evento mais conhecido que marcou o início do *Slow Food*: uma manifestação contra a abertura do primeiro *McDonalds*, em Roma, momento no qual foi feito uso do termo “*slow food*”, pela primeira vez (ANDREWS, 2008).

O movimento emergiu num clima de medo sobre as consequências de uma modernidade escassa de valores tradicionais, que prezavam as relações próximas e o tempo de lazer, que até então haviam conservado a produção agrícola familiar e estimado a alimentação daí derivada e própria da cultura italiana. O *Slow Food* emergiu como resistência ao movimento industrial, de urbanização, de mudança dos ritmos de vida que ameaçava o prazer das coisas simples, o tempo de qualidade, as relações baseadas na reciprocidade e na solidariedade e as tradições culturais.

Apesar da existência do movimento enquanto associação desde 1986, foi apenas a 10 de dezembro de 1989 que ocorreu em Paris, a fundação oficial da Associação Internacional *Slow Food*, com a assinatura do seu manifesto¹², por membros de delegações de vários países, como uma crítica ao difundido padrão de vida acelerado. Hoje, é reconhecida como Organização Não-Governamental sem fins lucrativos e Carlo Petrini, seu fundador, ocupa o cargo de presidência da Associação (ANDREWS, 2008).

1.1. O movimento *Slow Food* no mundo

A filosofia da Associação *Slow Food* é retrato claro daquilo que move a sua luta a nível internacional:

Somos Co-produtores e não simples consumidores, pois tendo informação sobre como nosso alimento é produzido e apoiando efetivamente os produtores, nos tornamos parceiros no processo de produção (*SLOW FOOD BRASIL*, 2007).¹³

E esse alimento é promovido pelo *Slow Food* segundo três princípios: ele deve ser ‘bom’, isto é, de boa qualidade e que possibilite “desenvolver o prazer do gosto”; deve ser

¹² O Manifesto *Slow Food* foi escrito por Folco Portinari, em 1989, e constitui o documento base de diretrizes do movimento, no qual se estabelecem os valores inerentes à filosofia do movimento (ANDREWS, 2008). Manifesto disponível em: <http://www.slowfoodbrasil.com/slowfood/manifesto>.

¹³ ‘Filosofia *Slow Food*’. Publicado a 04 julho 2007. Disponível em: <http://www.slowfoodbrasil.com/slowfood/filosofia>. Acesso a: 20 abril 2018.

‘limpo’, ou seja, produzido segundo “os princípios da agroecologia, do respeito ao bem-estar animal e da saúde humana”; e deve ser justo, respondendo a produções que remuneram de forma justa os agricultores e produtores artesanais e, da mesma forma, ofertados a preços justos e transparentes. Este é o “alimento bom, limpo e justo” a que todos devem ter acesso.

Com sede internacional em Bra, na Itália e presente em mais de 160 países ao redor do mundo, o movimento conduz um tipo de ativismo movido pela luta contra a agricultura industrial, de qualidade questionável. Para a organização, este tipo de indústria olha o alimento apenas sob a ótica da satisfação de necessidades biológicas e com interesses econômicos sobre a sua venda. Dessa forma, a sua intervenção ocorre com foco na preservação de alimentos, produtos alimentares e espécies vegetais e animais (MAKUTA, 2018).

Desde a sua fundação, o *Slow Food* veio amadurecendo o seu discurso e mobilização em torno do alimento, construindo uma rede heterogênea de “pessoas apaixonadas por alimentos bons, limpos e justos” espalhadas pelo mundo. Fazem parte *chefs*, jovens, ativistas, agricultores, pescadores, especialistas, professores, entre tantos outros que se identificam com a sua filosofia (*SLOW FOOD INTERNACIONAL*, 2018).¹⁴

Em 1990 ocorre, na cidade de Veneza, o primeiro Congresso do *Slow Food* Internacional e, após alguns anos, o primeiro “*Salone del Gusto*”, o mais importante evento internacional do movimento. De caráter bienal, este evento que acontece até hoje na cidade de Turim, em Itália, apresenta-se sobre os moldes de uma feira de produtos alimentares artesanais, expostos por pequenos produtores locais, responsáveis pela produção e confecção desses produtos segundo um padrão de qualidade estabelecido pelo movimento. Atualmente, é realizado em conjunto com o encontro internacional *Terra Madre*, que reúne produtores vindos de diferentes países do mundo (IRVING; CERIANI, 2013).

Desde então, o *Slow Food* foi expandido a rede de parceiros com os quais partilha os mesmos princípios. Instituições internacionais como a Organização das Nações Unidas para a Agricultura e a Alimentação (FAO) e governos de todo o mundo têm reconhecido a potencialidade da Associação no caminho de conquista de direitos no campo da alimentação, agricultura e meio ambiente (*SLOW FOOD BRASIL*, 2013).¹⁵

O *Slow Food* acredita que a cooperação e o desenvolvimento através da comida são importantes agentes de mudanças. Por isso, todos os seus projetos, eventos e campanhas

¹⁴ ‘Nossa Rede’. Disponível em: <https://www.slowfood.com/pt-pt/nossa-rede/>. Acesso a: 20 abril 2018.

¹⁵ ‘FAO e *Slow Food* assinam acordo de cooperação’. Publicado a 21 maio 2013. Disponível em: <https://www.slowfoodbrasil.com/textos/slow-food-na-midia/667-fao-e-slow-food-assinam-acordo-de-cooperacao>. Acesso: 20 abril 2018.

construídos ao longo da trajetória do movimento são motivados pelo respeito aos contextos geográficos, culturais, sociais, econômicos e políticos das diferentes comunidades, pela conservação da cultura das comunidades, pela promoção da agricultura familiar e pelo resgate dos conhecimentos e métodos tradicionais (IRVING; CERIANI, 2013).

Servem de exemplos, o *Cheese*, um evento internacional dedicado ao “leite em todas as suas formas” e à produção artesanal de seus derivados. A Universidade de Ciências Gastronômicas, em Pollenzo, na Itália, que acolhe estudantes do mundo inteiro para estudos em gastronomia, produção e segurança alimentar. O “Manifesto de defesa dos queijos de leite cru” e a campanha *Slow Cheese*, que acompanha a luta por legislação que valorize as formas de produção artesanal de produtos com leite cru, desmistificando os perigos desse produto. A Aliança entre cozinheiros, projeto que tem dado visibilidade aos produtos das *Fortalezas*¹⁶ locais do *Slow Food*, ao fazer uso dos mesmos em restaurantes. O evento *Terra Madre Day*, que ocorre todos os anos, no dia 10 de dezembro, nos diversos países do mundo em que o movimento está presente, e é dedicado exclusivamente à promoção do alimento “bom, limpo e justo”. O projeto *Mercados da Terra*, estabelecendo uma rede mundial de feiras de agricultores. Ou ainda o *Hortas na África*, que prevê a criação de hortas em espaços como escolas, aldeias ou periferias de cidades, para produção de alimentos para refeições escolares e como instrumento de educação alimentar.

No entanto, o projeto “Alimentos bons, limpos e justos” é o projeto do *Slow Food* com maior ampliação internacional e intersetorial. Ou seja, direciona-se a um vasto conjunto de desafios que afetam hoje a cadeia de produção do alimento, partindo do necessário fortalecimento da agricultura familiar. Pressupõe a identificação de *Comunidades do Alimento*, isto é, grupos de produtores que se identificam com os produtos da sociobiodiversidade e com a cultura alimentar de um território em específico¹⁷. O *Slow Food* apoia e estimula estes grupos à produção artesanal e ao uso dos produtos locais, tanto como forma de preservação das espécies e dos modos tradicionais, manutenção do sustento das famílias e promoção da alimentação ‘boa, limpa e justa’.

¹⁶ O termo *Fortaleza* ou *Presidium* é utilizado para denominar uma Comunidade do Alimento comprometida com as diretrizes de produção estabelecidas pelo *Slow Food* para o desenvolvimento de um produto (MAKUTA, 2018).

¹⁷ A primeira vez que o termo foi usado foi em 2004, no primeiro evento *Terra Madre*, para manifestar um novo tipo de economia local, na qual os membros se comprometem com uma produção pequena, de qualidade e sustentável, com respeito à biodiversidade, à terra, à tradição e às culturas locais. Engloba um conjunto diverso de atividades e profissões comprometidas com a cadeia alimentar de produção, desde pescadores, extrativistas, guardiões de sementes, entre outros (MAKUTA, 2018).

Ao nível local, o *Slow Food* reúne-se em grupos conhecidos por Convívios¹⁸ (*convivium* do italiano), um núcleo local que segue a filosofia do *Slow Food* e a transmite através de eventos e atividades organizados na sua comunidade, tais como: refeições compartilhadas e degustações, visitas a produtores e fazendas locais, palestras, debates, apresentação de filmes, festivais, entre outros (IRVING; CERIANI, 2013). Essas atividades resultam do engajamento e envolvimento dos associados *Slow Food*, definidos pela associação com uma “rede internacional de pessoas que pensam da mesma forma” (*SLOW FOOD INTERNACIONAL*, 2018).¹⁹

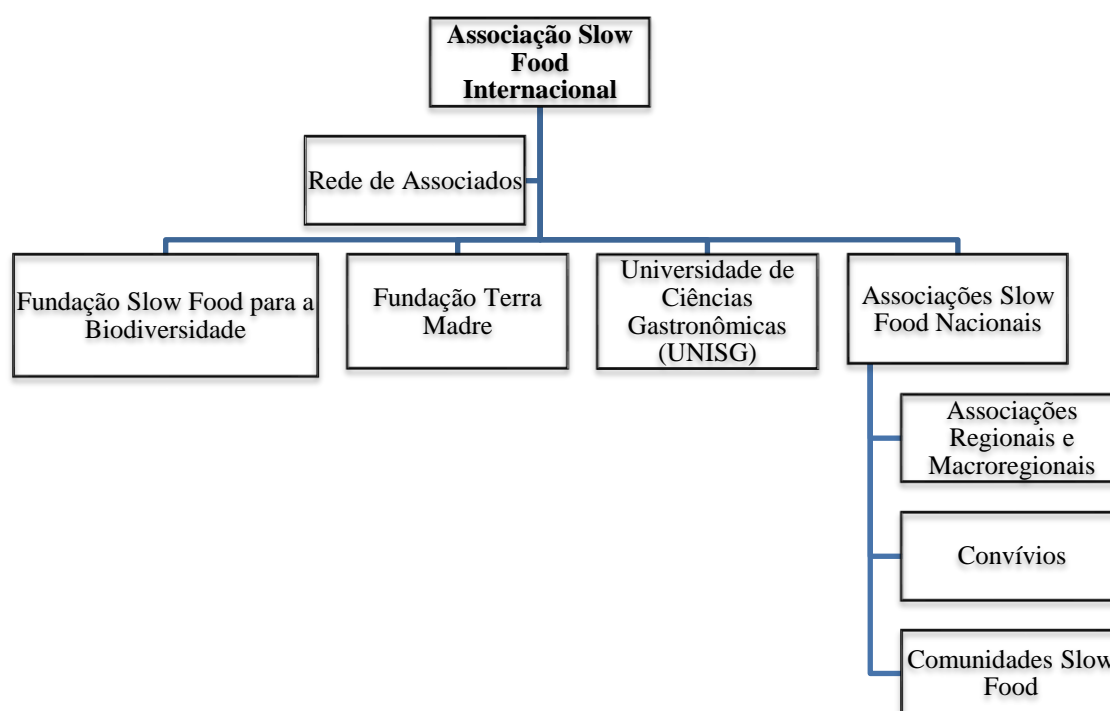


Figura 1 – Estrutura organizacional da Associação *Slow Food* Internacional (elaboração da autora com base em informação da Associação)²⁰

Para além da estrutura base, a organização criou outros órgãos para auxiliarem no desenvolvimento dos seus projetos ao redor do mundo. Por exemplo, a Fundação *Slow Food* para a Biodiversidade, fundada em 2003, é o órgão responsável pela gestão de cotas dos associados *Slow Food*, doações de ativistas, contribuições de órgãos públicos e patrocínios de empresas do setor privado, incluindo da indústria alimentícia. Projetos direcionados aos

¹⁸ Atualmente existem mais de 1500 Convívios e 2400 Comunidades do Alimento espalhados pelo mundo (MAKUTA, 2018).

¹⁹ ‘Rede de associados’. Disponível em: <https://www.slowfood.com/pt-pt/nossa-rede/rede-de-associados/>. Acesso a 20 abril 2018.

²⁰ ‘A nossa estrutura’. Disponível em: <https://www.slowfood.com/pt-pt/quem-somos/a-nossa-estrutura/>. Acesso a: 21 abril 2018

países menos desenvolvidos, onde milhões de pessoas ainda lutam diariamente contra a fome e a desnutrição, são aqueles que recebem maior financiamento da Fundação. A Fundação Terra Madre, fundada em 2004, dedica-se ao crescimento da rede global e da articulação entre os diferentes grupos constituintes do movimento.²¹

Ainda que as diretrizes da organização a nível internacional orientem os projetos nacionais, cada associação nacional é autônoma e responsável pela coordenação das atividades no país em questão, tal como veremos, em seguida, no caso do Brasil.

1.2. O *Slow Food* chegou ao Brasil

O surgimento do *Slow Food* no Brasil está registrado, maioritariamente, em pesquisas científicas sobre o movimento (OLIVEIRA, 2014; GENTILE, 2016), as quais nos informam sobre os primeiros indícios de uma cooperação com o governo brasileiro. A chefe de cozinha Margarida Nogueira conheceu pessoalmente a rede do *Slow Food* em 1999, numa viagem a Itália, apesar do seu contato prévio com os valores e os projetos do movimento via *Internet*. Após essa viagem, em 2000, criou na cidade do Rio de Janeiro, o primeiro *Convívio* nacional

Na época em que descobri o *Slow Food*, que foi em 1996, eu estava junto com um grupo, fazendo uma pesquisa sobre a gastronomia, a culinária brasileira em vista dos 500 anos do descobrimento. E pesquisando na internet, vi o *Slow Food*, li e achei que tinha a ver com todo mundo. Todo lugar tem sua história, todas as pessoas precisam comer e todos têm suas tradições alimentares. Isso é preciso preservar porque com a globalização vem se perdendo pouco a pouco (NOGUEIRA, 2011).²²

Contudo, só em 2003, através da premiação “*Slow Food* para a Biodiversidade”, do trabalho do povo *Krahôns* com o milho *pôhypey*, o movimento ganhou destaque em espaço brasileiro.²³ Os objetivos e modo como os seus projetos eram desenhados encaixaram perfeitamente na forma como o novo governo se começou a colocar face às políticas de Segurança Alimentar e políticas agrícolas nacionais. Assim, nesse mesmo ano, o Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, recebeu uma comitiva de técnicos de organizações

²¹ Para além disso, a Associação tem ramificado a sua atuação através da fundação de outras pequenas redes, tais como, a rede Jovem *Slow Food* (*Slow Food Youth Network - SFYN*), a rede de associados (atualmente com mais de 100 mil membros); a rede *Terra Madre*, com mais de 2 mil comunidades envolvidas na pequena produção, sustentável e de qualidade; e a rede *Indigenous Terra Madre*, responsável pela articulação em rede com outras organizações do mundo dedicadas à causa do povo indígena.

²² Entrevista concedida por Margarida Nogueira à Rádio Câmara, publicada a 14 de março de 2011. Disponível em: <[http://www2.camara.leg.br/camaranoticias/radio/materias/REPORTAGEM-ESPECIAL/394186--COMO-O-SLOW-FOOD-ATUA-NO-BRASIL--\(1014\).html](http://www2.camara.leg.br/camaranoticias/radio/materias/REPORTAGEM-ESPECIAL/394186--COMO-O-SLOW-FOOD-ATUA-NO-BRASIL--(1014).html)>. Acesso em: 21 abril 2018.

²³ Para uma explicação mais detalhada sobre a história do *Slow Food* e sua constituição no Brasil, consultar a tese de Chiara Gentile: GENTILE, C. *Slow food* na Itália e no Brasil: história, projetos e processos de valorização dos recursos locais. 2016. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Sustentável) - Universidade de Brasília, Brasília, 2016. 412 p.

da sociedade civil e de projetos do governo italiano, com a proposta de apoio ao programa *Fome Zero*, à época em fase de estruturação. A proposta foi bem acolhida e, como resultado, em agosto de 2004, foi assinado o acordo de Cooperação Internacional, entre o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) e a Fundação *Slow Food* para a Biodiversidade.

Em outubro desse mesmo ano (2004), a realização do primeiro *Terra Madre* na cidade de Turim, em Itália, marcou um momento importante na história do *Slow Food* Brasil, com a participação de um grupo constituído por 150 brasileiros, entre os quais produtores e técnicos (OLIVEIRA, 2014).

Desde esse ano, os projetos do movimento foram se expandindo também no Brasil²⁴, com o aumento do número de *Fortalezas* e o número de ativistas associados, e os eventos multiplicando-se. Em 2005 acontece o primeiro grande evento do *Slow Food* Brasil, em Belo Horizonte, onde se inaugurou o Salão das Comunidades do Alimento. Em 2007, em simultâneo com a Feira Nacional da Agricultura Familiar e Reforma Agrária, é realizada no Distrito Federal, em Brasília, a primeira edição regional do *Terra Madre Brasil*, com o apoio do MDA; e, em 2010, a segunda edição. Entre as atividades desenvolvidas durante estes dias estão *workshops*, seminários, debates e conferências, oficinas do gosto, feiras e exposições de produtos da agricultura familiar e da culinária tradicional, tudo orientado segundo a filosofia do movimento.

No final de 2013, o Brasil constitui a sua própria Associação Nacional *Slow Food*, o que lhe confere um certo grau de autonomia relativamente à estrutura internacional da organização, principalmente, em termos de independência econômica e de estratégias de intervenção no contexto nacional (OLIVEIRA, 2014).

A gestão do projeto “Alimentos bons, limpos e justos”, o maior projeto de intervenção investido pela Associação *Slow Food* Brasil, foi assumido conjuntamente com a Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e apoiado por uma vasta rede de universidades nacionais, com financiamento majoritário da Secretaria Especial de Agricultura Familiar e Desenvolvimento Agrário (SEAD), do governo Federal (*SLOW FOOD BRASIL*, 2017).²⁵

O projeto finalizou em junho de 2018, após diversos obstáculos que se colocaram à sua efetivação, principalmente relativos à situação política que se vem vivendo no Brasil desde a destituição do governo Dilma, em 2015.

²⁴ Segundo o registrado em documentos da Associação, atualmente, no Brasil, existem cerca de 60 *Convívios* e mais de 200 *Comunidades do Alimento*, espalhadas pelas cinco macrorregiões (MAKUTA, 2018).

²⁵ ‘Projeto Alimentos Bons, Limpos e Justos’. Publicado a 22 junho 2017. Disponível em: <https://www.slowfoodbrasil.com/arca-do-gosto/produtos-do-brasil/146-sobre-o-slow-food/1199-projeto>. Acesso a 2 maio 2018.

Desde o término das atividades, a Associação *Slow Food* no Brasil passa por um momento de reflexão interna sobre o que tem desenvolvido e o que poderá vir a desenvolver na nova conjuntura sociopolítica nacional. Recuperando as forças e reinventando-se para fazer do alimento um mote para a mudança social.

2. A organização social moderna na produção das práticas

Das relações de interdependência dos indivíduos e das suas trocas recíprocas constitui-se, para Simmel (2005a), o chamado “mundo de relações”. Ainda que tais interações não correspondam a interesses comuns, pelo menos num momento inicial, o encontro (ou conflito) entre pontos de vista distintos pode gerar novos mecanismos de superação dessa divergência e, conseqüentemente, novas consciências individuais e sociais.

Na transição para a modernidade, em que o modo de produção capitalista ganhou amplo espaço, o tipo e a forma de relações entre os indivíduos também se transformaram, bem como os hábitos e comportamentos. Nessa transição, começamos a perceber mais facilmente a sociedade também como fruto da relação sujeito/objeto (SIMMEL, 2005a). A massificação da produção conduziu à massificação do consumo. O sujeito deixou de ambicionar o acesso apenas ao necessário, mas a tudo aquilo que lhe despertasse curiosidade. As novas relações de produção e consumo dão a entender uma relação alienada entre o indivíduo e o objeto. Com a produção em massa, a coloração subjetiva do produto desapareceu. Os produtos de consumo são padronizados, neutros e impessoais. Eles não tocam mais a alma do homem. Os objetos foram esvaziados de conteúdo, de puro significado.

A diferenciação do consumo exigiu ainda uma moeda de troca mais eficaz. Nesse processo, foi retirada a essência valorativa e simbólica dos produtos, colocando-os no mesmo patamar qualitativo, de significado. A modernidade tornou-se tempo e espaço da civilização do ‘ter’, sobreposta à civilização do ‘ser’. Da materialidade sobre a individualidade. Da primazia do objeto sobre o ‘eu’ subjetivo, sua vontade ou desejo autêntico.

Em contraposição às sociedades tradicionais, de vínculos estreitos, o dinheiro veio possibilitar a participação na vida social, com maior ou menor envolvimento dependente da contribuição individual de cada um. Portanto, veio definir os espaços que estão acessíveis a cada grupo e, portanto, tornar claro o tanto que um indivíduo está socialmente integrado (SIMMEL, 2005a).

No sistema de produção capitalista, o produto final já não é reflexo do sujeito trabalhador, já não é mais parte dele, como ocorria na produção artesanal. A obra criada é estranha ao seu criador. E o trabalho de criação não é mais fonte de realização pessoal, mas meio de manter vivo o seu corpo físico.

A este produto falta, em função de seu caráter fragmentário, a essência do que é próprio do plano da alma, que de outro modo é facilmente perceptível no produto do trabalho, quando este aparece como obra de um único homem. (SIMMEL, 2005b, p. 51).

Assim, a relação pessoal que ligava outrora o produtor e o consumidor teve, necessariamente, de se romper quando o crescimento da divisão do trabalho veio intercalar tantos e tantos intermediários entre eles.

O trabalho destinado ao freguês, que dominou a oficina medieval e que apenas no último século experimentou seu rápido declínio, permitia ao consumidor ter uma relação pessoal com a mercadoria. Uma vez que ela era especialmente preparada para ele, uma vez que ela representava, por assim dizer, uma influência recíproca entre ele e o produtor, ela intimamente lhe pertencia também, em alguma medida de modo semelhante, como pertencia ao produtor. (SIMMEL, 2005b, p. 56).

Dialéticas como ‘moderno ou tradicional’, ‘cidade ou campo’, ‘químico ou orgânico’, ‘razão ou sentimento’, ‘*slow food* ou *fast food*’, sugerem-nos a passagem de um momento histórico para outro e a necessária adaptação do homem a uma outra forma de vida. A oposição relacional entre formas de vida explícita nesses termos desafia aos sujeitos a adoção de novos modos de se colocar no mundo. Principalmente, modos emocionalmente defensivos. Sem eles, viver numa sociedade complexa de estímulos multidirecionados pode conduzir a situações de isolamento, de incapacidade de se integrar na dinâmica social ou de estranhamento. Adotar condutas emocionais e comportamentais que protejam o sujeito de constrangimentos externos, como a escolha racional, a fuga ao envolvimento relacional, a neutralidade de posicionamento pessoal, são formas mais fáceis de encaixar-se na relação espaço/tempo e sentir-se alinhado com a consciência social (SIMMEL, 1976). O risco para o sujeito nessa busca de aceitação coletiva é a perda da sua essência e liberdade interior, o distanciamento de relações significativas ao submeter-se à ordem geral.

Na verdade, o que distancia os sujeitos não é propriamente o dinheiro, mas o desinteresse entre eles (SIMMEL, 2001). A preocupação social fica restrita a certas dimensões permitidas pelo coletivo. Pois, experimentar os constrangimentos do outro, toca a própria fragilidade interior. Experimentar a miséria do mundo abre um quadro de desumanidade difícil de enfrentar. Conduz a um questionamento mais profundo sobre o mundo. Coloca em causa o sentido da vida. Destrói o padrão de vida de sucesso comum a

todos, tão almejado e reconhecido. Descobre um espaço interior egoísta no qual o outro não tem lugar.

O estranhamento tomou conta do sujeito. A atitude de indiferença perante a alegria ou a tristeza do mundo tornou as inclinações humanas inconscientemente segregacionistas.

Hoje, a ilusão de se viver qualquer situação via consumo destrói a semente original que dá fruto à cultura, à relação afetiva entre o sujeito e a sua obra de criação e à solidariedade entre os homens. Sem essa ligação sentimental ao meio que o envolve, o sujeito vive voltado para dentro de si, sem vislumbrar caminhos de mudança coletiva. Como chama a atenção Touraine (1999), esse estado de cegueira acomoda os sujeitos unicamente às possibilidades por si enxergadas, sem que consiga integrar a diferença. Esse é o desafio da sociedade na atualidade. Se algum projeto pretende realmente a mudança, a mitigação da segregação na participação de qualquer aspecto da vida social, desde a política ao consumo, torna-se caminho imperativo a seguir. Afinal, existirá outra forma possível de ‘viver juntos’? Felizmente, o sujeito naturalmente insatisfeito com um mundo, continua à procura de si, num caminho que o leva ao outro.

2.1. Práticas de ‘proximidade’ para a (re)organização social

Presencia-se um momento ambíguo. Por um lado, não ocorreu um rompimento total com o tradicional, e, por outro, o estímulo às potencialidades individuais não eliminou possíveis crises morais. Parece que o ser humano continua insatisfeito. Vive, segundo a ideia weberiana, o “desencantamento do mundo”. Feliz com a sua individualidade criativa, com a apropriação da sua própria vida, ele enfrenta novos constrangimentos da sociedade moderna. Começa a observar-se a reinvenção das formas tradicionais de vida (GIDDENS, 1996), a busca das relações de proximidade afetiva, a procura espiritual como forma de reconexão pessoal e com o meio.

Na verdade, algo não mudou: as necessidades primárias do ser humano. São elas que, segundo Elias (1980), guiam os indivíduos ao encontro entre si e que os unem através de uma multiplicidade de relações distintas. São elas que sustentam o sujeito enquanto ser coletivo e lhe mostram a teia de interdependência no qual está, automaticamente, envolvido.

Os manuais de boas maneiras (ELIAS, 1993; 1994) contam-nos a história sobre as mudanças ocorridas nas regras de comportamento, na forma de expressão dos sentimentos, nos costumes e na moral dos indivíduos, ao longo da virada dos tempos para a modernidade.

Formas de comportamento típicas das elites foram sendo apropriadas pela maioria dos grupos, dissolvendo as fronteiras de distinção entre classes.

Tal como para Simmel, segundo Elias (1980) as relações sociais são produto humano e resultado das condições contextuais da época histórica. Sob a lógica de regulação social dominante, desenhada de cima para baixo, os hábitos comportamentais são primeiramente assumidos pelas elites e passados posteriormente às classes menos abastadas. Tais transformações estão intimamente ligadas às dinâmicas das classes sociais, que procuram incansavelmente formas originais de se distanciarem, distinguirem e serem reconhecidas.

A mobilidade crescente entre distintos espaços sociais e a circulação entre grupos diferenciados nos quais são gerados novos laços de interdependência, exige aprender novas disciplinas, controles de comportamento, novas formas de se encaixar, gestos, linguagem, formas de agir. É a situação de dependência que ocasiona isso. Novas formas de consumir, gostos, de habitar, de comer. Não se trata de comportamentos mais ou menos racionais, mais ou menos lógicos. Mas de comportamentos necessários face às demandas dos novos contextos sociais.

Como seres sociais por natureza e inevitavelmente dependentes uns dos outros, os indivíduos expressam na relação social, por meio de símbolos e significados, as suas preferências, a sua cultura e formas de poder, aquilo que os diferencia dos demais. Não é apenas entre grupos mais e menos abastados que a diferenciação se percebe, mas entre grupos com culturas diferentes, afiliações políticas distintas, originários de diversos lugares.

A interação entre pessoas é que estabelece o código de conduta comportamental e emocional da 'boa sociedade'. O medo do não reconhecimento social e da perda de *status* são identificados por Elias (1993) como das maiores forças de autocontrole social. O que era constrangimento no passado, enraizou-se em cada indivíduo ou grupo como algo natural. Na verdade, é apenas parte do socialmente aceite. Daí, formas de coerção antigas não são de forma fácil percebidas como tais, na atualidade. Portanto, a própria desigualdade social ou os sistemas meritocráticos não são mais vistos como formas socialmente excludentes.

Só se percebermos a força irresistível com a qual uma estrutura social determinada, uma forma particular de entrelaçamento social, orienta-se, impelida por suas tensões, para uma mudança específica e, assim, para outras formas de entrelaçamento, é que poderemos compreender como essas mudanças surgem na mentalidade humana, na modelação do maleável aparato psicológico, como se pode observar repetidas vezes na história humana, desde os tempos mais remotos até o presente (ELIAS, 1993, p. 195).

O desejo pela construção de identidade pessoal, reconhecimento e autenticidade cresceu levando à emancipação das emoções e à flexibilização dos comportamentos. Este

momento corresponde a uma fase em que emoções reprimidas até então encontraram lugar na consciência (isto é, no pensamento dominante) e nas normas sociais (séc. XX). Mudanças internas ao sujeito, como formas mais livres de expressão, autonomia e realização pessoal, correspondem a mudanças nas relações entre pessoas, e vice-versa. Ainda, se por um lado, modelos bem definidos de comportamentos e emoções configuram a hierarquização social, modificações nesses modelos conduzem a alterações na organização da sociedade como um todo e nos níveis de poder aos quais está submetida.

As formas tradicionais de agir e expressar sentimentos deixaram de fazer sentido enquanto modos reguladores e de proteção dos indivíduos em interação. Novos riscos surgem. São hoje indispensáveis novas formas de controle social. O desejo de participação, reconhecimento e autonomia sugere meios mais flexíveis. Meios que permitam ao indivíduo encontrar-se harmoniosamente interligado com o meio, e ao mesmo tempo, criar o seu espaço pessoal. Menos rigidez por um lado tem demandado de uns indivíduos sobre os outros, mais consciência sobre as escolhas individuais. Giddens (1996, p.15) chama a esse processo “o desenvolvimento da reflexividade social” responsável pela reconfiguração do espaço entre conhecimento social e controle.

Novos atores surgem. Expandem-se as redes de interdependência. Multiplicam-se as promessas de mudança, ampliam-se as possibilidades de um mundo historicamente regulado pelo Estado, pela Igreja e pelo mercado. A escola, organizações não-governamentais, movimentos sociais ou associações, geram nos indivíduos novas expectativas advindas de um também novo tipo de conhecimento. Assim, produzem também novos mecanismos de controle.

Como vimos, com o passar do tempo tais mecanismos externos convertem-se em consciência pessoal, deixando de ser tão necessários quanto antes, dado o crescente nível de autocontrole. É fruto de um processo de inculturação, de educação dos saberes, dos modos e das emoções. Atuando individualmente, cada sujeito parte de inúmeras redes, gera uma cadeia de ações que, universalmente aceites num dado período de tempo, constroem a ‘civilização’. Mais do que uma uniformização dos comportamentos ou emoções, a dita ‘civilização’ permite o aumento de identificação entre as pessoas, um sentimento de pertencimento a um lugar ou grupo, o reconhecimento de uns pelos outros.

O processo de mudança ocorre ainda que em dinâmica idêntica de época para época e de geração para geração, a partir de diferentes motivações ou sentidos. Hoje, um sujeito bom não é mais o que apresenta boas maneiras à mesa ou que guarda a melhor comida para os

convidados. Hoje é o que se preocupa em adquirir bens que não provocaram danos ao ambiente, que recicla ou consome alimentos saudáveis e locais. Que assume práticas sustentáveis e que pressiona os outros ao seu redor a assumir essa conduta. Ainda que de forma distinta e talvez mais flexível, a regulação comportamental e emocional continua a fazer parte das relações e da organização social. Campanhas alimentares, denúncias aos produtos ultra-processados, instrumentos como o cálculo das pegadas ecológicas ou estatísticas sobre o desmatamento associado ao consumo de carne ou à exploração humana em plantações do agronegócio, são as formas atuais de impactar afetivamente e, em consequência, gerar mudanças.

No entanto, algo é mais semelhante do que parece. Para Elias, em qualquer lugar ou tempo, os indivíduos tornam-se civilizados quando as necessidades e interesses de cada um coexistirem com as necessidades e os interesses do coletivo e, assim, funcionarem em equilíbrio. Na verdade, numa lógica de interdependência, a sociedade não seria um espaço de harmonia e bom convívio, de seres felizes e pessoalmente realizados, se as vontades e anseios pessoais não estivessem em sintonia com as regras de vida em sociedade.

Os desejos e ações de cada indivíduo se encontram de forma mais ou menos agradável. É esse encontro e os posteriores ajustes ao todo que conduz a um produto final de comportamento social amplamente aceite, fortalecendo o coletivo ou sociedade como um único corpo. É essa unificação que constrói a imagem que um grupo pretende passar para o exterior. Por exemplo, cada país se distingue pela sua forma de estar à mesa ou pelos alimentos que produz. Um movimento social coloca-se publicamente com a sua ideologia e projetos de grupo, frutos de um acordo entre os membros. Qualquer comportamento, prática ou expressão é, ainda que aparentemente banal ou inconsciente, fruto de um longo processo de lutas e acordos.

Em sociedade, a posição e função de cada indivíduo influenciam a forma como ocorre a regulação social. Como vimos, a tomada de consciência que conduz ao autocontrole e, portanto, a um estado de ‘normalização’ comportamental é mais ou menos acessível dependendo das condições de vida das pessoas. Renda, educação, saúde ou acesso a lazer são alguns dos fatores que favorecem ou não a integração de todos, de forma igual e digna, em sociedade. Transformações políticas e econômicas são também elementos importantes para a estabilidade da organização social.

Se em condições de modernidade o indivíduo se constituiu como a expressão materializada do racionalismo do mundo, em consonância com as instituições formais, a

desmodernização marca esse momento posterior, caracterizado por mudanças e incertezas sobre o rumo da vida em sociedade. Incertezas essas que, vindo do íntimo de cada sujeito, se manifestam no coletivo, em forma de medos, inseguranças, patologias, desencantamentos.

O debate sobre a questão alimentar, também ela exposta às mudanças da sociedade, desafia-nos a lançar um novo olhar sobre esse ‘desencantamento’ produzido pelas condições da modernidade. Mais do que propor um religar dos campos instrumental e simbólico, que de forma isolada, se apresentam insuficientes para organizar funcionalmente a sociedade, Touraine (1999) coloca o sujeito não apenas como consumidor ou discípulo de preceitos culturais que lhe dão uma identidade. O sujeito é, acima de tudo, o equilíbrio entre esses dois campos, e reconhece-se a partir das suas resistências, ideias próprias e do reconhecimento de si, dos outros e de si pelos outros, o que nega essa ideia de indivíduo como vítima de um mercado demonizador ou de leis comunitárias, como se totalmente isento de vontades próprias, desejos e resistências.

Entre forças contrárias que procuram conduzir indivíduos de forma padronizada, num só caminho e num só sentido, Touraine (1999) encontra no sujeito um “espaço de liberdade pública”, um espaço de procura interior, de autorrealização e afirmação do ‘eu’ pessoal, de expressão da consciência por si mesmo criada.

Só conseguiremos viver juntos se reconhecermos que a nossa tarefa comum é combinar ação instrumental e identidade cultural, logo, se cada um de nós se construir como Sujeito e nos dermos leis, instituições e formas de organização social cujo objetivo principal é proteger a nossa exigência de viver como Sujeitos da nossa própria existência (TOURAINÉ, 1999, p. 214).

Este é o princípio essencial para combinar as duas faces da existência humana. Ação que se orienta pela capacidade dos indivíduos se encontrarem e viverem como sujeitos e não através da criação de uma distinção identitária manifestada quando do encontro com outras culturas. A resposta à procura de identidade está, resumidamente, no próprio ser do sujeito. Esse é capaz de encontrar, por exemplo, no simples ato de comer, na condição de autor da sua própria escolha alimentar, uma busca de singularidade, de individualidade, de oportunidade para experimentar o seu processo de autoconhecimento.

A necessidade de participação política, mencionada por Touraine, consiste num aprofundamento do campo político nos diversos espaços de interação social, restituindo ao sujeito o seu papel de cidadão, depositando a confiança no sujeito. Contudo são, atualmente, os movimentos sociais, os principais atores de luta política, quer pela sua capacidade de ressignificar práticas, necessidades e hábitos como de reivindicar direitos. Mais do que disputar projetos culturais ou mesmo novos sentidos para o mundo, os movimentos sociais

devem, segundo Castells (2002), conviver num caminho de construção da democracia, ou seja, num esforço pela defesa do sujeito, enquanto membro do coletivo.

Portanto, perceber a alimentação como modo dos sujeitos se significarem e se apropriarem do alimento no seu cotidiano. E perceber a Segurança Alimentar e Nutricional como compromisso coletivo de assegurar ao indivíduo uma alimentação suficiente e de qualidade, os meios dignos para o seu acesso e o respeito dos seus valores e cultura. Estas são consideradas pautas importantes para os movimentos sociais, enquanto compreensão da sociedade como alvo de construção conjunta.

Na política brasileira, os Conselhos de políticas públicas são exemplo da superação de mecanismos históricos de concentração de poder. Constituem-se como espaços distribuídos pelos municípios brasileiros onde a sociedade civil encontra possibilidade de participar do processo decisório político, defendendo os interesses dos cidadãos e contribuindo para a construção de políticas públicas locais, para além de possuir maior controle sobre os gastos dos recursos públicos. A gestão municipal e a construção democrática e cidadã do projeto de desenvolvimento local torna-se um processo partilhado, mais horizontal e efetivo quando é dada voz a sujeitos conhecedores das problemáticas locais mais prementes.

Que a sociedade civil está atuante e visível nos dias de hoje é fato. No entanto, não está livre das intenções da hegemonia capitalista nem do sistema de privilégios instaurado. A alienação e a fragmentação característica da sociedade de massas podem e são uma realidade de qualquer grupo social, perceptível na própria desorganização e polarização das classes no seu interior. A sociedade civil está vulnerável a essa mesma segmentação, às relações de interesses e jogos de poder. O desejo por reconhecimento coexistindo com o conforto de uma classe socioeconomicamente favorecida tanto inibe a participação como conduz à despolitização de questões sociais das minorias.

Assim, um conjunto largo de forças sociais apresenta-se, há algumas décadas, preocupadas com os efeitos sociais da globalização capitalista, organizando-se internacionalmente em redes que remam na contracorrente dessa lógica excludente. Essas redes propõem novas formas de organização social, reivindicam a atuação dos governos, contestam ações de empresas privadas. De ação heterogênea e difusa, procuram ganhar visibilidade pública, procurando a consolidação da democracia e a revitalização da cidadania.

A voz global é capaz de adentrar a arena política decisória, através da soma das suas forças. A impotência das pequenas lutas desaparece quando o estabelecimento de redes assume uma grande luta, de interesses coletivos. O fortalecimento dessas lutas e a

probabilidade de conquistas sociais cresce no momento em que, assentes nos direitos universais e fundados em projetos políticos sustentáveis, éticos e inclusivos, se alargam as possibilidades de relação entre sociedade e Estado e entre setores, num processo de interdependência e pertencimento entre os múltiplos e diferenciados atores dessas redes.

Na prática, o que essas ações idealizam é um sujeito social consciente da sua própria exclusão, ‘emancipado’ e protegido pelas organizações e movimentos sociais ao qual se associam. A intervenção de uma das produtoras da *Fortaleza Slow Food* do Pequi do Norte de Minas, durante o seminário de Frutos do Cerrado, é claro exemplo disso.

A nós que estamos aqui defendendo o nosso Cerrado, que em muitos lugares que nós vamos por aí é o único lugar que está mais preservado. Existe uma lei que protege o nosso bioma. A Lei Pró-Pequi e ambiental. Ultimamente, essa lei teve algo que autoriza o corte do buriti. Como vocês vêem isso? O que é que vocês fizeram para isso não acontecer? Porque aconteceu com o pequi e foi acionado. Alguém foi lá e deu um basta. Mas a gente vê que as leis têm brechas, que lá na frente alguém vai lá e derruba o nosso Cerrado. O que é que vocês estão fazendo com isso? ²⁶

Por detrás desta intervenção revela-se a existência de redes articuladas de organizações, movimentos sociais e órgãos públicos que, nos últimos dez anos, têm procurado engajar politicamente os pequenos produtores rurais e agricultores familiares e conscientizar para a necessidade de lutar constantemente pelos próprios direitos desses grupos.

Por outro lado, tornando-se representantes organizados da causa da agricultura familiar, movimentos sociais, associações, instituições públicas ou cooperativas, dando a conhecer a essas populações os seus direitos e a sua potencialidade de fazer a mudança, tornam-se também responsáveis por fazer tal mediação com a política pública.

Diversas outras questões, para além da disponibilidade de espaços de venda, afetam o processo de comercialização e, portanto, devem ser tidas em conta nas pautas de funções e luta política das organizações.

Sou da comunidade de Fazenda Larga, um município de Januária. Vejo a apresentação dos três ali, eu gostei muito, mas até agora a preocupação é só com vendas com tudo mais, sem saber o que está acontecendo é que tem muitas coisas... os besouros estão acabando com o Pequi, no caso. Tem várias regiões que eu conheço que não existe mais pequi. Tinham muitos pequi e hoje acabou tudo. E hoje através do pequi morrer, as águas também estão acabando, então isso aí é uma preocupação para a gente. Eu estou aqui representando a minha comunidade...²⁷

²⁶ Trecho da intervenção de uma produtora do município de Januária/MG, pertencente à *Fortaleza Slow Food* do Pequi do Norte de Minas, no seminário ‘Frutos do Cerrado’, em 08 de novembro de 2018, assistida e gravada pela autora.

²⁷ Trecho da intervenção de um produtor do município de Januária/MG, no seminário ‘Frutos do Cerrado’, em 08 de novembro de 2018, assistida e gravada pela autora.

Percebe-se, nesta fala, uma articulação com os produtores, agricultores e agroextrativistas não tão próxima das suas preocupações reais. Acontece que o desaparecimento de uma espécie gera a quebra da cadeia de produção e, portanto, de comercialização dos produtos de si derivados. Diminuição da renda familiar e do alimento para consumo próprio desses produtores são consequências inevitáveis.

Acionar o Ministério Público e o legislativo através de redes organizadas pode evitar que seja dada continuidade a situações como a descrita na citação anterior ou ainda garantir subsídios aos produtores afetados por tais desastres.

A intervenção para a mudança de práticas e consciências implica assim um trabalho paralelo de pressão política, controle social, de denúncia, exigindo medidas eficazes que garantam a proteção destas atividades e, principalmente, do sustento e segurança alimentar das famílias produtoras.

2.2. A mudança social das práticas: penso logo pratico ou pratico logo penso?

A ordem “pós-tradicional” vem colocar em questão valores como progresso e racionalidade, características do Iluminismo, devido à radicalização dos seus efeitos pelo processo de globalização. Esta nova ordem enfatiza o estímulo às potencialidades individuais enquanto instrumento de reinvenção e afirmação da identidade (GIDDENS, 1994).

Tal como vimos em Simmel, a construção do ‘eu’ sujeito torna-se, cada vez mais, um projeto pessoal, autorresponsável, em que a liberdade de expressão e construção de uma identidade própria e distinguível do coletivo é guiada pela maior possibilidade de escolha, num mundo mais aberto à diversidade. Segundo Giddens, “uma ordem pós-tradicional não é uma ordem na qual a tradição tenha desaparecido – longe disso. É uma ordem em que a tradição muda de *status*. As tradições devem explicar-se, tornarem-se abertas à interrogação ou ao discurso” (GIDDENS, 1994, p.39).

Nesse contexto, como percebemos a nova organização social no campo da alimentação? Ou, como pode a relação do sujeito com o alimento impor novas formas de organização em sociedade? Novos mecanismos de confiança e diálogo fizeram-se necessários. Por isso, o novo paradigma moderno traz a reflexividade para o centro da convivência em sociedade.

A capacidade de reconfigurar o processo de construção e percepção sobre o mundo, percebido na “apropriação reflexiva do conhecimento” é uma das principais características da

organização das relações sociais modernas e, entendida como estratégia para alcançar uma boa vida, no âmbito do individual, com conseqüente repercussão no coletivo (GIDDENS, 1991, p.26).

Recomendações nutricionais, selos de qualidade, de sustentabilidade ou de garantia de higiene alimentar, rótulos como ‘artesanal’ ou ‘caseiro’, ‘*light*’ ou ‘*diet*’, diretrizes de projetos sociais ou políticas públicas, são exemplos de como o campo da alimentação é facilmente permeado por novos modos de produção de práticas no sentido de organizar a maneira como se produz e se consome alimentos. Na ausência de comunicação direta entre pessoas, tais instrumentos servem de substituto à garantia de qualidade conferida em caso de copresença. A confiança foi depositada em sistemas artificiais de troca, em extensões indefinidas de tempo-espço, de conexões sem-lugar e sem-rosto (GIDDENS, 1991).

Contudo, a reflexividade social antecede, em condições de modernidade, as escolhas realizadas pelo sujeito-consumidor. Ele analisa o passado, o presente e o futuro, para que as suas tomadas de decisão, baseadas no conhecimento, sejam mais coerentes, racionais e planejadas e o resultado seja o cálculo sobre as probabilidades de risco decorrentes da escolha. Fazendo uso dessa reflexividade, as escolhas do indivíduo da sociedade moderna são mediadas segundo diversos critérios pessoais, construídos, principalmente, pela forma como o sujeito se vê e se coloca no mundo, mas também, pela forma como aceita como boas e dignas de confiança normas sociais ou pressupostos científicos.

O sujeito antes pensado como subordinado às condições impostas pela sociedade e, portanto, produzido e reproduzido por uma ordem geradora de comportamentos mecânicos, percebe-se como sujeito em reconstrução constante pela própria história, colocando a vida social em diálogo permanente entre presente e passado. Um sujeito que procura o seu lugar no mundo, que busca autorrealização e autoconhecimento, que inventa o seu próprio estilo de vida. Ele sente-se em condições ótimas de superar comportamentos e hábitos passados.

Não que esse indivíduo responsável por si mesmo e que assume a necessidade de se proteger a si próprio, face às incertezas do contexto, não gere ciladas ainda mais prejudiciais a si próprio. São exemplos os possíveis riscos à saúde gerados pelos agrotóxicos utilizados na agricultura moderna ou pelo excesso de hormônios utilizados na criação de animais, motivados pela necessidade de abastecer os mercados globais, face à (aparente) incerteza de fornecer alimento a toda a população mundial (GIDDENS, 1991). Outra situação com conseqüências incertas para o sujeito está relacionada à sua atitude individual na escolha de um produto disponibilizado numa superfície pública, dado o pressuposto que a simples oferta

é garantia de Segurança Alimentar. Ele apoia-se numa espécie de ideologia científica, capaz de gerar mudanças na forma como percebe e significa as suas práticas.

Na presença dessa capacidade reflexiva, ocorrem também situações em que os sujeitos, conscientes do conhecimento transmitido e, legitimando-o, atuam como se permanecessem na ausência dele. Observam-se duas atitudes contraditórias dos sujeitos reflexivos: se em determinadas circunstâncias levam ao extremo os efeitos do medo provocado por incertezas, por vezes ilusórias, gerando novos riscos, noutras situações, o conhecimento produzido por agentes considerados detentores de confiança, não é capaz de gerar mudança nas práticas.

Por que tal situação acontece? De que forma os sistemas de informação ou estratégias de conscientização cidadã podem gerar a adoção de novas práticas mais saudáveis e com menos impacto no meio circundante ao sujeito?

Na verdade, é possível perceber que o processo mais comum se dá na mudança de valores a partir das práticas, e não o contrário, tal como podemos verificar a partir da leitura feita por autores da segunda geração da Teoria Social das Práticas, como Elizabeth Shove e Alan Warde, este último aplicando tal reflexão ao campo de estudos sobre consumo alimentar (WARDE, 2005). Os autores vêm complementar a visão estruturalista de Giddens, alterando o enfoque dos valores, sentidos ou significados para focar nas práticas, enquanto unidade de análise. Como por exemplo, a situação comum de crianças que, ao levarem conhecimento da escola para casa, provocam a mudança de práticas dos pais (Encontro Nacional de Estudos do Consumo, 2018).

A Teoria Social das Práticas parece adequada à melhor compreensão do processo de mudança. Primeiro, supõe que a maioria dos comportamentos derivam do hábito, dos enraizamentos culturais e tradições. Ou seja, que nem todas as ações passam por um processo de deliberação consciente, mas que se baseiam em experiências anteriores idênticas, tal como Bourdieu esclareceu a partir do conceito de *habitus*. Essas práticas são, no entanto, condicionadas pelas condições materiais disponíveis, limitando a circulação dos sujeitos em diversos espaços sociais. Elas são mutáveis no tempo e adequadas a cada contexto. São ainda mais acedidas quanto maior a visibilidade e a aceitação da sociedade a tais práticas (WARDE, 2005).

A participação numa prática específica não é realizada da mesma forma por todos os indivíduos. Cada um carrega consigo diferentes formas de se envolver, entender ou proceder, que variam segundo diversos fatores, como acesso à educação, estrutura social e familiar,

contexto cultural, entre outros. A forma como o sujeito se apropria desses fatores externos e os reproduz nas práticas, a quantidade de práticas e o nível de envolvimento às mesmas resulta na diferenciação social (WARDE, 2005).

Dado que o engajamento e o conhecimento moldam a ação, a mudança das práticas implica mais do que mera sensibilização ou alerta.

Hábitos arraigados no tempo resistem a ser alterados se os mecanismos utilizados exigirem do indivíduo um esforço não coincidente com a sua forma de ser e estar no mundo. Por exemplo, a maioria das pessoas, conscientes do impacto negativo do uso de plástico para o meio ambiente, não irão substituir o hábito de pegar sacolas de plástico no supermercado, se isso implica um trabalho extra de carregar sacola de casa. A distribuição gratuita torna-se confortável para os indivíduos e um obstáculo à mudança dos seus hábitos.

A praticidade e a força do hábito são obstáculos à capacidade do sujeito estabelecer relação entre, por exemplo, o óleo de soja e o sistema de monocultura de soja que vem destruindo a floresta brasileira. O processo de conscientização e conversão de valores demanda experiência pessoal para que as probabilidades de mudança aumentem. Seriam necessárias políticas públicas que alterem a estrutura e facilitem a adoção de novas práticas, sustentáveis e progressivamente enraizadas no tempo.

Assim, considerar que todo o sujeito é consciente das suas escolhas sugere uma crença na mudança social do ponto de vista individual, desafeta a qualquer tipo de estímulo externo o que, num sistema de relações de interdependência e numa sociedade de acesso desigual às oportunidades, é uma suposição irreal.

Negar que a causa de práticas sociais insustentáveis não está relacionada a condições socioeconômicas desfavoráveis caracteriza um poder público empenhado na manutenção de paradigmas conservadores e em linha com os interesses do sistema produtivo capitalista.

As desigualdades e a mudança social constante colocam-se como obstáculos à solidariedade social. A prática da coerção ao invés de pressão política para construção de medidas limita a capacidade de ação dos movimentos sociais. O desigual acesso à comunicação restringe a participação universal. A crescente conexão entre local e global exige pensar sobre políticas públicas a um plano mundial. E, o poder dos meios de comunicação, da indústria e dos governos leva ao questionamento sobre que representação pública e organização societária os cidadãos almejam. Nesse contexto, o sistema democrático enfrenta o desafio de conectar esferas de valores muito diferenciados, no sentido de prevalecer e contribuir para a construção daquilo a que hoje chamamos de “sociedade”.

Como pode o sistema democrático prevalecer? Para Craig Calhoun²⁸, conferencista no X Congresso da Associação Português de Sociologia, algumas possibilidades se vislumbram, tais como: promover a organização coletiva; reconstruir as instituições e a confiança nas mesmas; renovar constantemente a democracia; capacitar para a participação e para a construção de um olhar crítico sobre o mundo e os seus processos; melhorar a regulação legal; entre outros.

Garantir o *Direito Humano à Alimentação Adequada* e, logo, justiça alimentar, passa por todos esses pré-requisitos. Logo, o movimento alimentar pode ser cocriador desse novo panorama societário democrático. O trabalho de conscientização dos seus associados possibilita a emancipação e o sentimento de suporte na luta individual pela garantia de um ‘alimento bom, limpo e justo’. Mas é a pressão política na exigência por melhor regulação alimentar que deve compor o centro da agenda dos movimentos sociais (X Congresso Português de Sociologia, 2018).

Dessa forma, a intervenção social sobre a mudança de práticas, sustentada e bem planeada, intervém indiretamente sobre a própria forma como a sociedade se organiza e como os sujeitos se relacionam entre si e com o meio. Inclusive, com o alimento, com a cadeia alimentar produtiva e com as diversas questões sociais nela implicada.

O próximo tópico destina-se à reflexão sobre a forma como Estado e movimentos sociais se têm relacionado historicamente no Brasil e, na sequência, colocar possibilidades ao fortalecimento dessa relação, dada a importância da construção das políticas públicas a diversas vozes, num processo que procura reconhecer em cada sujeito o seu papel de cidadão, com direito a uma vida digna e em comunidade.

3. À ‘mesa’ com os movimentos sociais e o Estado.

A comida tem a capacidade de reunir a diversidade à mesa e tornar qualquer conflito em diálogo saboroso e possível de entendimento.

Na contemporaneidade, a ação humana é percebida a partir da forma como os sujeitos se entendem. Ela transfigura o entendimento sobre si, sobre os outros e sobre o mundo.

²⁸ Craig J. Calhoun é professor de Ciências Sociais na *Arizona State University* e ex-diretor da *London School of Economics and Political Science* (LSE). As suas publicações abordam temas ligados à política, economia, impacto da tecnologia e mudança social. A conferência, intitulada de “The Public Sphere in crisis”, proferida na abertura do X Congresso Português de Sociologia, instiga procurar resposta à pergunta “Estará a esfera pública realmente em crise?”.

Constrói e vai construindo identidades e transparece aquilo que esses sujeitos querem fazer da sociedade onde se relacionam entre si. Falamos de sujeitos que se sentem co-construtores da realidade e que, por isso, concebem a política como espaço de diálogo e ação participativa.

Para Giddens (1991), esse processo está dependente do desenvolvimento da reflexividade do eu, no sentido de proporcionar um aumento da capacidade social de intervir e pelo acesso a experiências ou práticas que lhe possibilitem o desenvolvimento da reflexividade, numa dinâmica simbiótica. Dessa conscientização social e política fortalecida por sistemas de informação e conhecimento mais eficientes, surgem níveis de exigência maiores relativos à produção material, que reclamam por controle e regulação política mais rigorosa.

A complexificação dos novos tempos trouxe desafios. No entanto, foi perante esses desafios que emergiram ações políticas orientadas para a transformação da sociedade, e com muito mais potencial, dado o maior engajamento desses indivíduos. Encontrando-se em grupos sociais, aprendendo a lidar com as diferenças culturais, esses indivíduos pronunciavam-se publicamente sobre as preocupações que os afligem. Ainda que, possivelmente passageiras no tempo, isto é, temporárias, sendo as de hoje diferentes às de ontem e daquelas que irão preocupar as próximas gerações, servem como alerta ao poder político de que algo não está bem. De que algo reclama mudança. Contudo, como afirma Melucci (2007, p. 42), “a maneira pela qual o conflito se manifesta, no entanto, não é a da ação ‘efetiva’. O desafio vem pela inversão de códigos culturais e é por isso eminentemente ‘formal’”.

As ações participativas em sociedade possuem ainda um caráter educativo, de onde emergem novas aprendizagens, seja para os sujeitos envolvidos nessas ações, seja para os restantes atores envolvidos, tais como órgãos públicos, empresas, ONGs ou outros movimentos sociais, no caso de existir “negociações, diálogos ou confrontos” (GOHN, 2011, p.333). Dois aspectos contribuem para a geração de novos saberes: a rede de articulação e o contexto político-social de participação. Faremos uso da definição de movimentos sociais²⁹ da autora, que os descreve como “ações sociais coletivas de caráter sociopolítico e cultural que viabilizam formas distintas de a população se organizar e expressar suas demandas” (GOHN, 2008, p.335). De acordo com Gohn (2008), os movimentos sociais assumem diferentes estratégias de intervenção que vão desde ações de denúncia, ações de pressão direta, como marchas e negociações, a ações de pressão indireta, como boicotes ao consumo.

²⁹ Uma caracterização detalhada das principais características dos movimentos sociais, sua história no contexto latino-americano e sobre a atualidade desses movimentos pode ser encontrada em Gohn (2011, p. 336-337).

Diferenciados atores são protagonistas de tais ações. Do contexto de modernidade complexa, em que diferentes níveis de poder se confrontam, surgem novos atores, dando nova vida à atuação social (TOURAINÉ, 1992). Esta nova vaga de movimentos pode ser entendida pela teoria dos Novos Movimentos Sociais (NMS). São geralmente percebidos pela ênfase no caráter de autonomia e exercício da cidadania, portanto contrários à lógica paternalista e assistencialista do poder público. Mais do que reclamar por condições materiais de vida, estão assentes em processos de luta por direitos e afirmação de identidade coletiva e individual e no seu reconhecimento pela sociedade (DELLA PORTA; DIANI, 2006).

Alguns dos movimentos que ganharam espaço na sociedade civil são, por exemplo, os movimentos sociais de mulheres, negros e LGBTTTTS (lésbicas, *gays*, bissexuais, travestis, transexuais, transgêneros e simpatizantes), nos quais presenciamos a emergência de um novo tipo de cidadania. O “papel das subjetividades” é colocado em destaque, “sujeitos sociais de novo tipo e direitos de novo tipo” ganham visibilidade, e ocorre a “ampliação do espaço da política” (DAGNINO, 1994, p.104). Essa nova noção cidadã redireciona os processos de transformação social para o campo cultural, reconhecido na sua potencialidade para a construção democrática e essencial numa sociedade fortemente marcada pelas desigualdades sociais, como o Brasil.

Os movimentos populares da década de 1970, a maioria de base cristã e forças principais na luta contra os regimes militares, ainda que protagonistas das pautas alcançadas ao nível de direitos sociais perderam visibilidade nas décadas seguintes. Novas formas de organização social vieram sobrepor-se, tais como fóruns nacionais, constituição de movimentos sociais em redes articuladas, parcerias entre as organizações da sociedade civil e os órgãos públicos, entre outros (GOHN, 2011).

O panorama histórico dos movimentos sociais na América Latina, observado por Gohn (2008; 2011), com diversos exemplos do contexto brasileiro, permite perceber a importância do seu papel no passado para a construção democrática nacional presente. Fazendo frente a atos de corrupção, defendendo direitos constitucionais, reivindicando melhores condições no mercado de trabalho ou lutando por sistemas de proteção e cuidado dos mais vulneráveis, as ações coletivas foram obtendo significantes conquistas. Contudo, a autora menciona que, grande parte dessas ações atuavam “mais como grupos de pressão do que como movimentos sociais estruturados” (GOHN, 2011, p. 343).

Na América Latina, o início do século foi também marcado por essa emergência de movimentos sociais, quer na sua forma tradicional, embora reorganizados, quer sob nova

configuração ou sob a forma de redes nacionais ou transnacionais.³⁰ Uma novidade dos NMS é a profissionalização dos seus líderes, não só politicamente engajados, mas também intelectualmente formados, por vezes com graus superiores de ensino, o que os distingue dos movimentos populares. Distinguem-se ainda pela ênfase dada ao simbólico das causas e não tanto pelos problemas em si, optando por atrair adeptos pelo afeto e pelas crenças, pelas idealizações utópicas de um mundo à sua imagem, por vezes, com projetos de mudança inicialmente sem objetivos claros (GOHN, 2011).

Gohn (2011) observa, em algumas regiões da América Latina, a politização ocorrida em alguns âmbitos do movimento ambientalista. Prova disso é a organização de ações sobre a forma de assembleias, associadas a redes heterogêneas de atores sociais, de produtores a estudantes, ou ainda a parceria entre organizações ambientais e movimentos populares, como o caso do movimento da agricultura familiar no Brasil.³¹

A título de exemplo, o Núcleo do Pequi congrega diversas cooperativas na região do Cerrado mineiro³², constituindo uma rede entre entidades públicas (IDENE e CODEVASF) e organizações da sociedade civil (como o Centro de Agricultura Alternativa (CAA) – Montes Claros-MG) e ainda movimentos sociais (*Slow Food* e *Fair Trade*) promovendo encontros constantes entre estes parceiros e os agricultores dos diversos municípios. Como gestor da cadeia produtiva do pequi e outros frutos do Cerrado Mineiro, o Núcleo do Pequi atua na área do desenvolvimento rural e sustentável, com destaque no apoio à agricultura familiar através do “fortalecimento das iniciativas coletivas, da representação política de seus associados, da promoção da capacitação, do estímulo à comercialização, da articulação e proposição de políticas públicas” (Seminário Frutos do Cerrado, 2018).

O que se assiste atualmente é o resultado de um fenômeno de fortalecimento das ONGs e de enfraquecimento dos movimentos populares, ocorrido essencialmente nos anos de 1980. Na década seguinte, estas organizações passaram a assumir predominantemente o papel de executoras de políticas públicas, em parceria com o Estado. Neste cenário, para que os movimentos sociais continuassem a ter espaço de intervenção procuraram colaborar com o trabalho das ONGs, o que exigiu a revisão das suas práticas de atuação que, segundo Gohn

³⁰ Os movimentos transnacionais caracterizam-se pela comunicação via redes sociais *online* e pela atuação nos meios de comunicação social (exemplo, o movimento alter ou antiglobalização) e propõem um tipo de globalização alternativa à econômica, por meio de redes solidárias de cooperação (GOHN, 2011).

³¹ O movimento da agricultura familiar no Brasil organiza-se em cooperativas e núcleos e realiza intercâmbios constantes com ONGs e universidades, reuniões em assembleias e capacitações profissionalizantes.

³² Fazem parte do Núcleo do Pequi associações e cooperativas de 14 municípios da região, sendo eles: Montes Claros, Januária, Chapada Gaúcha, Buritizeiro, Rio Pardo de Minas, São João da Lagoa, Riacho dos Machados, Lontra, Japonvar, Várzea da Palma, Ponto Chique, Coração de Jesus, Arinos e Bonito de Minas.

(2011), foram de práticas reivindicativas a formas mais propositivas. Foi dessa forma que surgiram os atores hoje protagonistas da transformação social, aos quais chamamos de rede articulada.

No Brasil, o número de manifestações nas ruas diminuiu e a relação inverteu-se: as ONGs tomaram a dianteira na organização da população, no lugar dos movimentos. Esse processo se aprofundou quando surgiu outro ator social relevante no cenário do associativismo nacional: as fundações e organizações do terceiro setor, articuladas por empresas, bancos, redes do comércio e da indústria, ou por artistas famosos, que passaram a realizar os projetos junto à população, em parcerias com o Estado. Apoiados por recursos financeiros, privados e públicos (oriundos dos numerosos fundos públicos criados) e por equipes de profissionais competentes – previamente escolhidos não por suas ideologias, mas por suas experiências de trabalho –, essas organizações passaram a trabalhar de forma diferente de como os movimentos sociais atuavam até então (GOHN, 2011, p. 341).

Nesta altura, alguns movimentos sociais ou pautas reivindicativas da sociedade civil viram avanços devido ao maior estímulo dado pelas políticas públicas. Se, por um lado, alguns direitos passaram a ser garantidos, por outro, os movimentos perderam autonomia e mecanismos verticais de controle social tornaram-se predominantes. A participação social parece, assim, ganhar um corpo enquadrado em limites estabelecidos pelo próprio poder público. Ou seja, o seu movimento sofre uma transformação, do espontâneo, do inesperado, da novidade sempre surgida das inquietações dos sujeitos, para uma atuação de “fiscalização e controle das políticas públicas” (GOHN, 2011, p. 340).

Hoje, por exemplo, em Portugal, a mobilização da sociedade civil é percebida dessa forma, no meio acadêmico. Esta ocorre a partir de demandas dos ministérios de governo, que ao desenharem planos de intervenção nacional sobre determinada temática, suscitam a discussão no espaço público. É exemplo a construção da Política Alimentar que, segundo nos relata Virgínia Calado, investigadora no Instituto de Ciências Sociais, em Lisboa, tem sido constituída através de uma ação predominantemente ‘de cima para baixo’, ao invés de uma exigência da sociedade civil. Ou seja, as mudanças no sistema vão surgindo a partir de uma conscientização alimentar da sociedade difundida pelo poder público, ainda que com influência da governamentalidade global (de organismos como a FAO, a Via campesina, a Greenpeace, entre outros).

O diagnóstico social antes derivado das preocupações dos sujeitos comuns, hoje parte da visão do poder público. Tal situação traz controvérsias, pois a apropriação acrítica, num processo de fora para dentro, renega um estado de vigilância permanente às inquietações individuais. A estrutura política desenhada verticalmente facilita ainda o controle dos conflitos em sociedade, visto garantir um conjunto majoritário de sujeitos uniformemente conscientizados.

A relação entre movimentos sociais e Estado coloca, inevitavelmente, em debate, a questão da autonomia, princípio fundamental dos movimentos e guia da sua prática política. Essa orientação concedeu, desde sempre, aos movimentos sociais o papel de construtores de uma nova forma de cultura de ação, assente no conceito de política como participação no espaço público, superando os muros da institucionalidade.

Ainda que a autonomia e a independência do Estado, dos partidos políticos, representantes políticos e, ainda, do sistema de mercado, sejam princípios inerentes à maior parte dos discursos, os movimentos enfrentam o dilema entre a fidelidade estrita e a parceria com outro tipo de organizações. Esta procura acontece pela necessidade de dar mais força às suas lutas e torná-las mais eficientes. Por outro lado, correm o risco de serem cooptados pelos interesses institucionais ou ainda descredibilizados por uma parte da população descrente tanto na política representativa e seus órgãos, quanto no sistema de mercado. O perigo inerente de tais acordos é o desenvolvimento de práticas contrárias aos seus valores, que transmutam o sentido inicial das lutas políticas da sociedade civil.

Mas podemos observar tal fenômeno a partir de outra perspectiva: colocando os agentes externos com um papel importante no encaminhamento e articulação das lutas sociais assumidas pelos movimentos, na unificação dos movimentos sociais em torno de um projeto de mudança social e na contribuição para a constituição de uma posição crítica dos seus membros. É claro que tal intercâmbio exige a abertura mútua das partes para a construção de um diálogo e de um projeto de sociedade comum e cooperativo.

Segundo Touraine (1989), é preciso reconhecer que

(...) os movimentos sociais só se constituem e se integram entre si na medida em que estão em relação com forças políticas que não são de modo algum seus representantes, mas que apoiam sobre eles sua estratégia (TOURAINÉ, 1989, p.17).

Dessa forma, Scherer-Warren (2006) estabeleceu uma tipologia de enquadramento das diversas estratégias de intervenção política utilizadas por atores da sociedade civil em diferentes níveis organizacionais sobre o pressuposto de que a forma como o movimento se articula em rede influenciará a sua capacidade de mobilização e de conquistas políticas. Aplicando a sua tipologia ao contexto dos atores da sociedade civil organizada no campo alimentar, no Brasil, obtemos o observável na Tabela 1.

Tabela 1. Tipologia de intervenções políticas de atores da sociedade civil no campo da alimentação.

Níveis da Sociedade Civil Organizada	Forma de prática política	Estratégias políticas utilizadas	Exemplos
Organizacional	Entidades (ONGs) e movimentos sociais de base.	Projetos sociais e políticos locais ou nacionais; ações de conscientização; parcerias com atores locais; eventos temáticos por uma causa; cursos ou palestras; participação em eventos locais, etc.	Instituto Pólis; Organização pelo <i>Direito Humano à Alimentação</i> e à Nutrição Adequadas (FIAN); <i>Slow Food</i> ; MST.
Político articulatório	Fóruns e redes interorganizacionais.	Comunicação e diálogo entre coletivos (de diversas naturezas) e suas lutas; Formulação de propostas de políticas sociais; Participação nas políticas públicas; Construção dos ideários dos movimentos.	Fórum Brasileiro de Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional (FBSSAN); Aliança pela Alimentação Adequada e Saudável.
Mobilizatório	Marchas, campanhas, mutirões, manifestações, protestos setorializados e atos políticos.	Atuação direta no espaço público; Procura de visibilidade e reconhecimento junto à sociedade civil, aos governos e à mídia; Recurso a formas de pressão e reivindicação junto à esfera estatal.	Marcha Nacional pela Reforma Agrária; Campanhas #NoMeuBuleNÃO e #ChegadeAgrotóxicos. Boicote a produtos de marcas, como Nestlé, <i>McDonalds</i> .
Rede de movimentos sociais	Conjunto das práticas políticas formadas pelos três níveis anteriores.	Construção de uma lógica de movimento segundo um cariz identitário, com projeto de transformação social, cultural, política ou sistêmica.	Via Campesina; Movimento Nacional Quilombola.

Fonte: Autora (com base na tipologia de SCHERER-WARREN, 2006).

Discutir sobre movimentos sociais na atualidade brasileira encaminha-nos, de maneira inevitável, para a discussão sobre a democracia. Ao longo da história do Brasil, os movimentos sociais e práticas políticas emergentes da sociedade civil fortaleceram-se essencialmente em épocas de crise e insatisfação com as políticas liberais, essencial à construção de uma democracia forte. Assistimos a um desses momentos, por exemplo, no primeiro governo de Lula, no qual o MDA promoveu a criação de um espaço público para construção conjunta de políticas, o que aproximou os movimentos sociais. Com a crise

posterior, e a consequente destituição do MDA e outros instrumentos institucionais, estes últimos perderam espaço de participação junto a órgãos de poder.

A proximidade dos movimentos sociais rurais com o poder executivo, principalmente durante o governo Lula, deu ênfase a uma série de contrariedades, amplamente debatidas.³³ O princípio de autonomia dos movimentos sociais foi colocado em causa. As políticas neoliberais progressivamente adotadas por esse governo tornam ambígua a relação de cooperação política entre esses atores. As ideologias partidárias dos governos e a presença de grupos de interesse, pertencentes, por exemplo, à elite rural ou de mercado, em órgãos de poder político percebem-se como um fator condicionante às propostas políticas cidadãos e, conseqüentemente, à persecução de projetos sociais para a população excluída.

No Brasil, essas questões permanecem uma liga de forças face à democracia. Segundo Darcy Ribeiro (2012), tal situação deve-se a uma classe conservadora interessada na manutenção das desigualdades e, portanto, resistente a processos de participação social que busquem melhorias para a população como um todo. Por isso se assiste, ainda hoje e de forma brutal, à criminalização dos movimentos sociais, como são exemplos os comportamentos violentos da polícia militar em assentamentos do Movimento dos Sem-Terra (MST).

Já na década de 80 do século passado, Ribeiro (2012) caracterizou o modelo de organização social latino-americano pela coexistência dessa classe dominante conservadora com uma classe subordinada incapaz de fazer a revolução.

As classes dominantes nativas, ao assumirem a gestão das colônias, não souberam libertar-se dos vícios antigos e optar por um novo tipo de governabilidade. Para o autor, “o fator causal do nosso atraso reside não em deficiências da terra ou do povo, (...) mas no caráter retrógrado das classes dominantes” que beneficiam do velho sistema e lhe dão continuidade (RIBEIRO, 2012, p.43). A par disso, para Darcy Ribeiro, o povo historicamente oprimido mostra-se incapaz de atuar organizadamente como força revolucionária, submetendo-se, década após década, ao poder dos senhores de terra.

Touraine (1989) também caracterizou as sociedades latino-americanas a partir da sua história colonial que se faz perceber, até aos dias de hoje, a partir da convivência (não-harmoniosa, dada a manutenção das desigualdades sociais) de setores societários fragmentados entre si. Isto é, à semelhança de uma estratificação de classes que mescla atores conservadores e progressistas, num só tempo da história. Decorrente disso, o próprio

³³ Para um aprofundamento da discussão sobre desafios às redes de movimentos sociais, consultar Scherer-Warren (2006).

desenvolvimento industrial e econômico tem-se demonstrado paralisado ou fragilizado em comparação com outras nações mundiais.

O autor afirma ainda que dada essa configuração da sociedade, Estado e Sociedade Civil se confundem. Apesar da multiplicidade de manifestações sociais, os atores encontram-se dispersos, com dificuldade de se organizarem em movimento social e, portanto, de impulsionarem mudanças políticas concretas (TOURAINÉ, 1989).

Se tal se verifica, será inútil insistir na organização em movimentos sociais? Ou estará esse tipo de organização coletiva apenas carente de novas e inventivas estratégias de mobilização?

Apesar de tudo, ao constituírem um campo de experimentação-social, com ações que “são fontes geradoras de criatividade e inovações socioculturais”, para Gohn (2011, p.336), os movimentos sociais não dão sinais de extinção no futuro. Ainda que entendidos como manifestações enquadradas num determinado contexto sócio-político e cultural e em determinada conjuntura nacional ou internacional, não perdem a sua importância, mas sim reconfiguram-se no tempo, reinventando as suas lutas ao compasso das mudanças da sociedade.

Jennifer Harumi Tanaka (mestranda do CPDA/UFRRJ) e Fátima Portilho (CPDA/UFRRJ) trazem o exemplo do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). No atual cenário de enfraquecimento das políticas públicas, o movimento tem adotado uma nova lógica de atuação, incorporando na sua agenda a estratégia da politização do consumo. Até então mais focados na esfera da produção, começam a desenvolver mecanismos para atrair o consumidor consciente, que se torna tanto aliado da causa como ator político, fortalecendo a luta do próprio movimento. Atualmente, não se trata mais ou somente da luta pela terra e pela reforma agrária, mas também, e fundamentalmente, pela produção de um alimento saudável, que pressupõe um consumo político, ainda que não claramente expresso. As feiras do MST servem de espaços propícios à construção de novas relações entre campo e cidade e entre produtores e consumidores de alimentos, para além de uma proposta alternativa ao mercado convencional (Encontro Nacional de Estudos do Consumo, 2018).³⁴

³⁴ Comunicação intitulada de “(Re)conexões entre produção e consumo: O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST e a politização do consumo alimentar”, apresentada no grupo de trabalho sobre Politização do Consumo, no IX Encontro Nacional de Estudos do Consumo, 2018.

No caso do *Slow food*, enquanto movimento transnacional que anima ações mundialmente concertadas, como por exemplo o *World Disco Soup Day*³⁵, opera como movimento de “globalização das consciências e dos conflitos”, fortalecendo as lutas locais por meio da rede internacional.

Percebem-se, atualmente, atores que tornam visíveis, por meio dos conflitos, não apenas ações, mas significados e desafios. Por isso que, para Melucci (2007) e para Gohn (2011), faz sentido continuar a falar-se de movimentos sociais. Eles confrontam o sistema dominante pela forma como agem e denunciam a solução pronta dada pelos órgãos de poder, como único caminho para os problemas.

A ação dos movimentos como símbolo e como comunicação faz implodir a distinção entre o significado instrumental e expressivo da ação, posto que, nos movimentos contemporâneos, os resultados da ação e a experiência individual de novos códigos tendem a coincidir. E, também, porque a ação, em lugar de produzir resultados calculáveis, muda as regras da comunicação (MELUCCI, 2007, p. 41).

Os movimentos representam a voz de quem, não participando dos meios institucionais de poder, está atento aos problemas da sociedade, está consciente da potencialidade das suas ações e sente-se no direito de criar autonomamente a sua identidade, independente de imposições externas.

O contexto atual, de desafios à democracia, é também uma provocação à prática intelectual e política. Ainda que os movimentos sociais venham sofrido processos de recriação e reinvenção ao longo da história, muitos deles alcançando hoje um estado tanto de indefinição configurativa como de incapacidade mobilizatória, surgem novas práticas de ação política. Práticas essas que se percebem como fruto de diversos fatores: seja pelos processos recentes de redemocratização dos estados nacionais, seja pelo caminho de ativismo trilhado até hoje pelos movimentos, com importantes ações de conscientização, ou seja por uma nova forma do sujeito se perceber no mundo, num contexto de pós-materialização da vida humana. É sobre tais práticas, no contexto da temática alimentar, que dedicaremos o próximo ponto. Práticas que denotam uma nova forma de fazer política.

³⁵ *World Disco Soup Day* – ou Disco Xepa Day em português, é um evento internacional do *Slow Food* para sensibilizar para o desperdício alimentar. Inúmeros eventos ao redor do mundo celebram este dia reaproveitando alimentos e convertendo-os em refeições.

4. Como o alimento se tornou político.

A complexificação da vida quotidiana, o aumento da população mundial e, em consequência, a necessidade de alimentar o mundo em crescimento deu espaço para a ampliação do mercado comercial de alimentos a um nível global, para a expansão do sistema agroindustrial bem como para a mudança dos modelos de consumo alimentar. Fraudes alimentares ou contradições científicas alertaram o consumidor comum para os riscos a que estava sujeito no novo mundo alimentar globalizado e desregulado. Sobreposto a isso, a crise de legitimidade das instituições estatais formais, a ausência de pronunciamento e a deficiente regulação legislativa sobre as questões alimentares transpôs o campo político da alimentação para o âmbito do privado (PORTILHO, CASTAÑEDA, CASTRO 2011).

O sujeito passou a fazer uso dos seus direitos e deveres enquanto cidadão consciente dos impactos provocados pelo seu comportamento. No campo da alimentação ocorre o processo designado de ‘politização da alimentação’, que nada mais é do que a transferência da responsabilidade do poder público sob o controle e regulação do processo agroalimentar (da produção, à distribuição e comercialização, até à aquisição e preparo dos alimentos), para o cidadão comum (PORTILHO, CASTAÑEDA, CASTRO, 2011).

O ato de alimentar foi convertido em forma de fazer política, a partir de comportamentos mais conscientes, sustentáveis e responsáveis com o meio, assumindo diversas formas tais como,

(..) práticas de consumo consciente/responsável/sustentável/ético, grupos e redes de consumidores de alimentos orgânicos, cyberativismo, *culture jamming*, denúncia contra marcas e organizações, boicotes, *buycotts*, ações discursivas, apoio a determinadas causas (*shopping for change*, *causumers* etc.), selos e certificações, comunidades mobilizadas ao redor de estilos de vida (como simplicidade voluntária, *Slow Food*, *Slow Fashion* e *Slow Beauty*, veganismo etc.), direitos dos consumidores, feiras e mercados alternativos, entre outras.³⁶

No fim da década de 1990, já se percebia uma alteração de paradigma relativamente à luta pela democracia alimentar, focada no consumo de alimentos, que estimulava o consumo político, como estratégia de empoderamento do indivíduo a partir do seu ato de compra. Contudo, para Lang (1999, p.223, tradução da autora), “o coração da escolha política é questão de consumismo vs. cidadania”³⁷. Apesar de nos seus estudos verificar uma forte inclinação da sociedade para uma aposta no consumo como ato político, a cidadania implica

³⁶ Excerto do resumo submetido por Fátima Portilho e Michele Micheletti ao IX Encontro Nacional de Estudos do Consumo, de 21 a 23 de Novembro de 2018.

³⁷ “the heart of the policy choice is the issue of consumerism versus citizenship” (LANG,1999, p. 223).

um “ir mais além”, “uma permanente luta no controle dos mercados”³⁸, “a busca constante por democracia alimentar, a partir de baixo”³⁹, uma transformação do consumidor em cidadão capaz de influenciar a economia alimentar (LANG, 1999, p.223, tradução da autora).

O consumo político pode ser definido como “a percepção e o uso das práticas e escolhas de consumo como uma forma de participação na esfera pública”, na procura de “melhorias sociais e ambientais” o que implica tornar público os valores que guiam essas práticas. Este tipo de consumo acredita que a partir da ação individual há a possibilidade de transformar o todo e ser parte da solução para problemas globais. Ao consumo passam a estar associados valores como “solidariedade, responsabilidade, participação social e cidadania” (PORTILHO, CASTAÑEDA, CASTRO, 2011, p. 101).

No ato de compra, o consumidor político alimentar presta atenção a questões como saudabilidade, impacto ambiental das embalagens, selos de comércio justo e orgânico, responsabilidade social das empresas, entre outros aspetos. A partir do seu consumo ou não-consumo, acredita ser capaz de criar uma nova demanda ao mercado que entusiasme o poder público na formulação de políticas alimentares transformadoras do sistema alimentar como um todo.

Segundo Carmen Lozano-Cabedo⁴⁰, existem três critérios essenciais para classificar um consumidor político: primeiro, ser detentor de conhecimento científico, ser politicamente motivado e demonstrar ações de consumo político regular. Diversas denominações têm sido atribuídas a esse consumidor político alimentar, tais como: coprodutor, no caso do movimento *Slow Food*; *locavore*, para o *Locavorismo*; ativista; cidadão consumidor; prosumidor⁴¹; entre outras.

³⁸ “a permanent struggle to control markets” (LANG, 1999, p.223).

³⁹ “the constant search for food democracy from below” (LANG, 1999, p.223).

⁴⁰ Conferência intitulada “La dimensión política de la alimentación: consumidores, activistas o ciudadanos?”, proferida por Carmen Lozano-Cabedo, no Congresso Espanhol de Sociologia da Alimentação, 2018, em Gijón, Espanha, assistida pela autora. A conferencista procurou analisar as diferentes formas de participação política no contexto alimentar (como, sistemas alimentares alternativos, grupos de consumo, integração em movimentos alimentares, participação de petições ou grupos *online* relacionados com a questões alimentares, protestos de rua ou digitais), as suas características e rede de atores. Procurou, ainda, identificar dimensões que possibilitem a construção de uma tipologia de repertórios de participação política alimentar.

⁴¹ Prosumidor – termo criado por Alvin Toffler, em 1980, unindo as palavras produtor e consumidor numa só, e usada para definir a pessoa que participa do processo criador dos próprios produtos que consome, através de idéias e considerações sobre mudanças para os produtos de sua preferência, tornando-os colaboradores ou cocriadores.

Para Portilho e Micheletti⁴², na América Latina e nos países do Sul, no geral, percebe-se a politização do consumo de igual forma à dos países do Norte, ainda que, nestas regiões, esta forma de ação política assumam um formato próprio pouco estudado.

No entanto, a visão ocidental sobre consumo tem sido responsável pela construção de pressupostos geradores de exclusão da capacidade de determinados grupos, povos e comunidades consumirem de forma ética, consciente e politizada, circunscrevendo-o apenas a espaços como regiões do Norte global, centros urbanos ou grupos detentores de capital.

Segundo Echegaray⁴³, essa visão construída maioritariamente no início da década de 2000, nos países do Norte da Europa, enfatizam o papel do consumidor como agente individual que “sozinho vai lá e faz a diferença”, sem que haja a intervenção de atores que incentivam, motivam, articulam e facilitam o processo de mobilização. Portanto, nem partidos políticos, sindicatos, organizações de defesa do consumidor, nem ONGs ou movimentos sociais parecem participar do processo de conscientização do sujeito. Portanto, uma perspectiva assente muito mais nos valores subjetivos e não tanto na infraestrutura organizacional que está por trás dessa mobilização.

Na verdade, ao analisarmos as exposições e os discursos de pesquisadores dedicados ao campo do consumo em eventos científicos em Portugal (Congresso Português de Sociologia) e Espanha (Congresso Espanhol de Sociologia da Alimentação), percebemos a descrença generalizada sobre os movimentos sociais e, acima de tudo, a confiança absoluta depositada sobre um sujeito consumidor consciente, que pela ação individual diária, pressiona a mudança do sistema agroalimentar, via mercado.

Por exemplo, para Pérez-Aradros⁴⁴ não são os movimentos sociais os atores capazes de mudar as políticas alimentares, mas sim aquilo que nomeia de ‘coletivos individuais’, isto é, ações idênticas de um conjunto de consumidores, mas de forma individualizada. Nessa

⁴² Conclusão derivada do estudo de Fátima Portilho (CPDA/UFRRJ) e Michele Micheletti (Stockholm University), sobre a politização do consumo na América Latina. Reflexão elaborada para inclusão em livro colaborativo sobre consumo político nos diferentes continentes do mundo, apresentada em formato de comunicação no IX Encontro Nacional de Estudos do Consumo, de 21 a 23 de Novembro de 2018, Rio de Janeiro.

⁴³ Fabián Echegaray apresentou, no IX Encontro Nacional em Estudos do Consumo, em novembro de 2018, no Rio de Janeiro, a comunicação intitulada de “Fazendo política com o bolso: Uma análise multi-nível das motivações do consumo político em 16 países”, no qual busca contribuir para a reflexão sobre consumo político, tendo em conta a pluralidade de fatores, individuais e de contexto, que moldam e influenciam essa prática. A análise foi feita através de pesquisa realizada com consumidores adultos residentes em 16 países com distintos níveis de desenvolvimento socioeconómico (Austrália, Canadá, China, França, Alemanha, Gana, Índia, Indonésia, Quênia, México, Nigéria, Peru, Rússia, Turquia, Reino Unido e os Estados Unidos).

⁴⁴ Carlos Gil de Gómez Pérez-Aradros apresentou a comunicação intitulada de “El consumo político alimentario: marco conceptual”, no Congresso Espanhol de Sociologia da Alimentação, 2018, em Gijón, Espanha.

lógica, se o sujeito alterar a forma como compra, ele vai modificar a estratégia de produção e a venda do mercado produtor e comercial somente para aquilo que é “vendível”. Pressupõe-se a existência de um sujeito ‘consumidor consciente’, com acesso econômico e intelectual, que gerando pressão sobre o mercado, responde indiretamente às necessidades de grupos sociais socioeconomicamente menos favorecidos.

A visão espontaneísta ou hedonista da ação do indivíduo, característica da teoria neoclássica sobre o consumo, apresenta um consumidor autônomo, que assume escolhas individuais não influenciadas e tomadas pensando apenas no seu próprio bem-estar. A perspectiva sociológica vem opor-se a essa posição, argumentando sobre um consumo relacional, vulnerável a influências externas.

Iniciativas de Responsabilidade Social das Empresas, que derivam tanto da competitividade relativamente à governança corporativa ou da procura de novos nichos de consumidores, geram uma mobilização que leva os consumidores a assumirem um consumo político. Instrumentos como rotulagem, *ecolabels*, selos de certificação ambiental, orgânica, higiênico-sanitária, da agricultura familiar, do comércio justo ou do *Slow Food*, acabam por influenciar a escolha por um ou por outro produto alimentar. Os significados que traduzem provocam à reflexão sobre as práticas alimentares.

A não vinculação da estratégia de consumo político à intervenção da sociedade civil organizada, inclusive de ativismo alimentar, pode estar associada à hesitação desses movimentos em usar a ideia de “consumidor” como categoria política, originada pelo preconceito sobre a ação individualizada de um sujeito autorresponsável que age a partir do mercado. Considerar os indivíduos como “consumidores” remete a consumismo, a políticas neoliberais e a práticas estimuladas pelo sistema capitalista. No entanto, a desvalorização do consumidor individualizado, presa a uma tradição forte de movimentos sociais de trabalhadores-consumidores tem, segundo Portilho⁴⁵, enfraquecido o processo de criação do consumo político.

Apesar disso, em tempos recentes, na América Latina, verifica-se uma progressiva inversão dessa lógica. As estratégias de consumo político têm sido incorporadas por muitos movimentos sociais e ONGs com o objetivo de ampliar as suas alianças políticas, as suas demandas, as formas de concretizar as suas demandas e atingir os seus objetivos, como

⁴⁵ Fátima Portilho, no IX Encontro Nacional de Estudos do Consumo, de 21 a 23 de Novembro de 2018, Rio de Janeiro, em grupo de trabalho assistido pela autora.

argumenta Portilho⁴⁶, considerando o boicote⁴⁷, o *buycott*⁴⁸, o *lifestyle*⁴⁹ e as estratégias discursivas de promoção ou destruição do nome de uma marca ou empresa como as principais formas de consumo político. Como os movimentos sociais têm pensado essas estratégias e as incorporações em suas ações?

Segundo Portilho⁵⁰, as ONGs do Norte Global fazem uso deste tipo de estratégias de forma muito mais recorrente do que as ONGs do Sul, atacando publicamente as marcas e empresas, manchando a sua reputação e, dessa forma, exigindo mudanças na forma como desenvolvem os seus projetos. Ao contrário, na América Latina, as ONGs e os movimentos sociais procuram a construção de um Estado forte regulador do mercado, assumindo ações dentro do convencional, baseadas na pressão do poder político, como *lobbies*, exigência por novas regulações e alteração das leis, considerando este tipo de ações mais eficazes para a mudança. E, apesar de fazerem uso dessas diferentes formas de consumo político, não o expressam claramente. Segundo a autora, nos movimentos sociais da América Latina, não que eles façam recurso a estratégias de consumo político, mas esse não constitui seu foco principal.

Seja de forma individual ou em grupos organizados, diversos argumentos são utilizados para justificar a ação política em defesa da alimentação. Seja por motivos de sobrevivência, pela manutenção da dinâmica econômica da sociedade, pelo controle de conflitos de interesses entre atores mundiais ou mesmo pela prevenção de impactos deslocalizados (GÓMEZ-BENITO; LOZANO, 2015).

Portanto, uma mudança mais abrangente, inclusiva e participada prevê-se sob a luta pelo restabelecimento da cidadania política. Neste caso em específico, essa mudança passa pelo alimento e pela construção da noção de cidadania alimentar.

A cidadania alimentar deve buscar uma profunda transformação das instituições econômicas, sociais e políticas existentes para definir o papel do Estado e do Mercado, da regulação e inovação, e do papel dos diferentes atores sociais no campo da alimentação (GÓMEZ-BENITO; LOZANO, 2015, p.8)⁵¹.

⁴⁶ *Ibidem*.

⁴⁷ Boicote – ‘consumerismo político negativo’, isto é, decisão do consumidor com poder de compra, não adquirir certos produtos ou serviços (MICHELETTI, 2003, p.37).

⁴⁸ *Buycott* – ‘consumerismo político positivo’, quando o consumidor, com poder de compra e de escolha, dá preferência à aquisição de produtos de empresas que garantem as condições humanas de trabalho ou sustentabilidade ambiental, por exemplo, ou a produtos que contribuem para uma causa coletiva; ação de premiação (MICHELETTI, 2006, p.50).

⁴⁹ *Lifestyle* – compra orientada no sentido de comunicar uma identificação individual, por exemplo, a um tipo de alimentação, ideologia política, orientação sexual, entre outros.

⁵⁰ *Ibidem*.

⁵¹ “La ciudadanía alimentaria debe buscar una transformación profunda de las instituciones económicas, sociales y políticas existentes para definir el papel del Estado y del Mercado, de la regulación y de la

O cidadão alimentar assume, dessa maneira, uma prática alimentar “coletiva e pública” no sentido de “integrar uma multiplicidade de atores sociais comprometidos com a sustentabilidade ambiental e social do sistema agroalimentar” (GÓMEZ-BENITO; LOZANO, 2015, p.7)⁵². O sujeito adota uma atitude cívica e ética, alinhando escolhas individuais com caminhos que contribuam para o bem-estar coletivo, reivindicando mudanças tanto no sistema de comércio internacional de alimentos e no sistema industrial de produção, geradores de desigualdades sociais, como nos modelos de consumo alimentar modernos, de níveis ambientalmente insustentáveis e equitativamente injustos.

No entanto, a construção da noção de cidadania alimentar⁵³ está dependente de pré-condições necessárias à sua efetividade. Podemos enumerar algumas, tais como: estruturas educacionais e de saúde universais e de qualidade; articulação entre atores públicos, privados e da sociedade civil e articulação entre políticas setoriais; políticas sociais de integração social econômica e cultural e, portanto, de emancipação e autonomização da população; educação nutricional para todos; regulação das políticas comerciais para o alimento, a partir da transparência e esclarecimento do consumidor; construção de espaços públicos para debate e participação da sociedade civil, como fóruns e redes de diálogo entre atores; entre outros.

Como superar os desafios que se colocam à construção da cidadania alimentar na sociedade de hoje? Para Gómez-Benito e Lozano (2014a), a resposta está no fortalecimento da sociedade civil na sua dimensão política.

Ainda que o consumo político individual seja cada vez mais usual, no contexto brasileiro encontramos diversas outras situações que demonstram a vitalidade de formas coletivas de ação sobre a política alimentar, tais como, as campanhas contra a carne da Amazônia, que refletem o trabalho de ativismo de movimentos sociais.

Os movimentos sociais alimentares têm vindo a incomodar a população mundial, alertando para os problemas do sistema agroalimentar industrial e seus efeitos, questionando a forma como estamos alimentando as crianças e o que estamos deixando para as próximas gerações, tanto a nível de educação alimentar e saúde, quanto de cuidado (ou descuido)

innovación, y del papel de los diferentes actores sociales en el ámbito de la alimentación” (GÓMEZ-BENITO; LOZANO, 2015, p.8).

⁵² “integrar a una multiplicidad de actores sociales comprometidos con la sostenibilidad ambiental y social de los SAA” (GÓMEZ-BENITO; LOZANO, 2015, p.7).

⁵³ O conceito de “cidadania alimentar” congrega diversos conceitos como “consumo político”, “segurança alimentar”, “soberania alimentar”, “justiça alimentar” e “democracia alimentar”, contemplando um conjunto diverso de práticas políticas. Ao basear-se na noção geral de cidadania, permite localizar mecanismos efetivos de governança cidadã. Para maior aprofundamento sobre o conceito de cidadania alimentar consultar Gómez-Benito e Lozano (2015; 2014a; 2014b).

com o ambiente. Têm estes atores tido a capacidade de desenvolver mecanismos reais de governança cidadã?

Consta-se que medidas europeias sobre Segurança Alimentar foram pressionadas por coletivos, principalmente, de jovens. Contudo, como alerta Gómez-Benito⁵⁴, importa analisarmos algumas das contradições desses movimentos, aprendendo a distinguir mecanismos críticos de construção de cidadania alimentar de mecanismos impositivos de construção de cidadania alimentar, com base em ideologias, semelhantes ao “nutricionismo”.

Assim, parece que os movimentos alimentares não alcançaram uma maturidade suficiente para intervirem sobre o campo alimentar através de um olhar multidimensional e abordá-lo como campo sócio-político essencial ao desenvolvimento econômico e social de qualquer país (GOMÉZ-BENITO; LOZANO, 2015; PORTILHO, 2011).

No entanto, a meu ver, a questão não está na potencialidade dos movimentos para a mudança social. O que importa perceber são os vícios que tais formas de organização coletiva têm incorporado e, conseqüentemente, limitado a sua atuação junto do poder político decisório. Estas inquietações guiarão o próximo tópico de reflexão, conduzindo-nos a uma compreensão cada vez mais clara sobre as possibilidades e os limites do ativismo alimentar na atualidade.

5. O alimento político é mesmo para todos?

O ativismo alimentar enfrenta uma indústria alimentícia muito poderosa, capaz de fazer valer os seus interesses em negociações com o poder público e atraindo consumidores de qualquer poder econômico, principalmente de baixa renda, usualmente de reduzido acesso a educação e informação. Assim, constitui uma tarefa difícil a mudança de padrões de produção ou consumo de forma imediata. Provocar mudanças eficientes, com resultados a longo prazo, para o ambiente e para a saúde humana, implica o envolvimento do Estado na elaboração de políticas alimentares. Daí se compreende que, o movimento alimentar, muito mais do que “votar com o garfo”⁵⁵ assume um papel central no trabalho de *advocacy*, na

⁵⁴ Comunicação proferida no III Congresso Espanhol em Sociologia da Alimentação, entre 27 e 28 de setembro de 2018, na cidade de Gijón (Astúrias, Espanha), assistida pela autora.

⁵⁵ “Votar com o garfo” – ou “vote with your fork” é uma expressão cunhada por Michael Pollan, para expressar o potencial de cada cidadão em mudar o mundo a partir das suas escolhas alimentares. Segundo o autor norte-americano, jornalista e ativista alimentar, escolhendo certo, podemos produzir uma agricultura mais sustentável, melhorar o sistema pecuário, proteger o meio ambiente e reduzir os efeitos da mudança

mediação entre sociedade e forças políticas estatais e na pressão sobre melhor regulação da cadeia alimentar.

(...) está claro que, pelo menos em alguns lugares, o movimento alimentar está tendo um grande efeito... nos EUA, no meio de nossa recente e bastante peculiar eleição (que colocou Donald Trump como presidente dos EUA), houve um extremo raio brilhante, em que cada iniciativa local de imposto sobre refrigerantes que foi proposta foi aprovada e o imposto sobre refrigerantes está sendo concebido pelos membros dos movimentos como uma questão de justiça social. Questão essa que tornará os pobres mais saudáveis e será melhor para as pessoas e para o planeta. Então, quando se trata de escolhas alimentares, é muito importante que os indivíduos votem com o garfo, mas também é extremamente importante que tenhamos políticas de sistema alimentar que tornem a escolha saudável, a escolha mais fácil (NESTLÉ, 2016)⁵⁶.

O movimento alimentar, mesmo não estando “sacudindo o mundo”, está gerando inquietação pública. Investir no ativismo a nível local, onde a mudança mais facilmente acontece, pode ser um caminho para a mudança do sistema alimentar (NESTLÉ, 2017)⁵⁷.

No entanto, para Julie Guthman⁵⁸, a questão principal sobre o fracasso do movimento alimentar encontra-se na sua própria despolitização, ao desassociar da sua luta questões de justiça social. Conscientes dos esforços e das conquistas que tal movimento a nível global tem alcançado, sensibilizando e alertando para os problemas que o sistema alimentar convencional tem gerado, é necessário que os movimentos de ativismo alimentar alarguem as possibilidades, fazendo face às críticas que têm recebido. Críticas essas direcionadas principalmente aos discursos demasiadamente centrados na mudança através das escolhas do consumidor no mercado.

A principal crítica de Guthman (2017) ao movimento alimentar é dirigida ao uso de estratégias baseadas em alternativas ao sistema alimentar convencional, mas sem mudanças visíveis quer na indústria de alimentos quer sobre o empoderamento de comunidades pobres ou etnicamente e racialmente marginalizadas. Muitas das alternativas desenvolvidas até então, ainda que perseguindo objetivos de sustentabilidade ambiental, acesso a alimentos orgânicos ou garantia de saúde pública, foram absorvidas pela lógica neoliberal, abrindo um panorama de possibilidades apenas disponíveis para certas classes e grupos com médio-alto poder

climática. Tal supõe apoiar a produção local dos pequenos produtores e não adquirir produtos de grandes indústrias alimentares ou cadeias de *fast food*.

⁵⁶ Marion Nestlé é professora de Nutrição, Estudos Alimentares e Saúde Pública na Universidade de Nova Iorque. No contexto da “Nobel Week Dialogue 2016”, realizada em Estocolmo, Suécia, a autora proferiu uma conferência intitulada de “*Food politics: Who makes our food choices?*” refletindo sobre como as grandes empresas afetam as nossas escolhas alimentares. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=r4VDp8Yw4tI&t=15s>>. Acesso: 4 janeiro 2019

⁵⁷ Conferência proferida por Marion Nestlé na Universidade da Califórnia, em Berkeley, nos EUA, intitulada de “*Food Politics and the Twenty-First Century Food Movement*”, a 21 de março de 2017. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=K42W__Dqa_s. Acesso em: 06 janeiro 2019.

⁵⁸ Julie Guthman é professora de Ciências Sociais na Universidade da Califórnia, em Santa Cruz (USA).

econômico. Mais do que alternativas ao sistema alimentar convencional, tornaram-se alternativas às formas de exclusão social existentes. Portanto, o objetivo de justiça social perdeu-se.

De fato, como construir alternativas positivas tornou-se a atividade quase exclusiva do movimento alimentar, produtores e processadores de alimentos foram efetivamente desresponsabilizados pelas suas práticas nocivas⁵⁹ (GUTHMAN, 2017)⁶⁰.

Outro aspecto refere-se ao foco em demasia sobre mudanças no consumo alimentar, ignorando o lado da produção e principalmente das necessidades daqueles que trabalham no sistema alimentar.

(...) as pessoas que trabalham com alimentos são algumas das mais expostas à insegurança alimentar por causa dos baixos salários no processamento de alimentos, serviços de alimentação e trabalho agrícola. (...) Os trabalhadores de alimentos enfrentam condições de trabalho realmente perigosas, particularmente em serviços de embalagem de carne e em termos de assédio sexual. Os trabalhadores agrícolas enfrentam as piores exposições a pesticidas porque muitos produtos químicos são formulados tendo em mente a saúde do consumidor. E, é claro, muitos desses trabalhadores agrícolas e em serviços alimentares têm muito poucos meios para contestar essas condições, porque são indocumentados⁶¹ (GUTHMAN, 2017).

Iniciativas sustentáveis promovidas por movimentos, ONGs ou empresas privadas contribuem para a conscientização ambiental ou nutricional, contudo a maioria não promove o acesso a condições de subsistência de grupos da população mais vulneráveis e, portanto, negligencia a justiça alimentar, numa lógica de ações que, consciente ou inconscientemente perpetuam a desigualdade social e os privilégios de uns sobre os outros. O ativismo mascarado tem funcionado apenas para ressignificar o privilégio branco.

Como repolitizar o movimento de ativismo alimentar e torná-lo verdadeiramente transformador? Que ferramentas e estratégias de intervenção podem contribuir para a renovação do movimento? De que forma incorporar objetivos de justiça alimentar e participação democrática nas suas ações?

⁵⁹ “Indeed, as building positive alternatives has become the nearly sole activity of the food movement, food producers and processors have been effectively let off the hook for their harmful practices.” (GUTHMAN, 2017)

⁶⁰ Julie Guthman proferiu a conferência intitulada de “Social Justice and the New Food Activism”, no Radcliffe Institute for Advanced Study of Harvard University, A conferência foi baseada no livro “The New Food Activism: Opposition, Cooperation, and Collective Action” (2017), elaborado por si em colaboração com Alison Hope Alkon, que agrega textos de diversos pesquisadores da área. Conferência disponível em:<https://www.youtube.com/watch?v=-Rh4_44fICs>. Acesso: 5 janeiro 2019

⁶¹ “(...) people who work in food are some of the most food insecure because of the poor wages in food processing, food service and farm work. (...) Food workers face really dangerous working conditions particularly in meat packing and sexual harassment. Farm workers face the worst pesticides exposures because many chemicals are formulated with consumer health in mind. And, of course, many of food and farm workers have very little means to contest these conditions because they’re undocumented” (GUTHMAN, 2017).

Você tem sustentabilidade ambiental aqui, você tem renda de fazendeiro aqui, você tem assuntos trabalhistas aqui e você tem acesso de consumidor e acessibilidade aqui. Essas coisas não estão bem alinhadas. Estão em tensão umas com as outras. E, na minha opinião, a única coisa que pode fazer tudo funcionar é o envolvimento do Estado. Porque se você tem preços mais baratos para os consumidores, então você tem condições mais pobres e salários mais baixos para os trabalhadores ⁶² (GUTHMAN, 2017)

O Estado reaparece como ator essencial. A promoção de alternativas só é válida se estiver vinculada a práticas de contestação, denúncia, reivindicação e pressão sobre o Estado tanto para garantir meios e condições de acesso aos alimentos, de forma digna, como também para melhor regulação das condições de produção oferecidas pelo mercado aos trabalhadores.

é possível trabalhar em coletivos. É possível organizar. É possível ser oposição. É possível ganhar. É possível ter pessoas de cor liderando. E é possível usar outras estratégias além de votar com o seu garfo. É possível ser político⁶³ (GUTHMAN, 2017).

Ações assumidas pelas próprias comunidades colocadas à margem da sociedade, que concedam visibilidade às suas reais preocupações e necessidades ou ações de denúncia às más condições de trabalho dos produtores, como danos para a saúde ou salários precários, têm mostrado forte potencial de influência sobre a alteração das políticas alimentares e sobre a melhoria das condições de vida de toda a cadeia, desde produtores a consumidores.

A ação política do consumidor através das suas escolhas seria mais abrangente e efetiva se articulada a reivindicações, boicotes, protestos e campanhas, em solidariedade com produtores, agricultores e demais trabalhadores do sistema alimentar bem como consumidores de baixo poder econômico. Ações com forte consciência de classe, atentas aos grupos mais marginalizados da sociedade e promotoras de equidade.

A proposta seria agregar novas estratégias coletivas através do confronto com o Estado e com as empresas privadas que poderão contribuir para a construção de novas regulações e políticas alimentares. Não significa que a resposta esteja apenas em ações vocacionadas à questão alimentar. Mas a todas as ações que, direta ou indiretamente, promovam justiça social.

⁶² “You have environmental sustainability here, you have farmer incomes here, you have labor issues here, and you have consumer access and accessibility here. These things are not well aligned. They are in tension with each other. And in my opinion, the only thing that can kind of make it all work out is state involvement. Because if you have cheaper prices for consumers, then you have poorer conditions and poorer wages for workers” (GUTHMAN, 2017).

⁶³ “it’s possible to work in collectives. It is possible to organize. It is possible to be oppositional. It’s possible to win. It’s possible to have people of color lead. And it is possible to use strategies other than voting with your fork. It’s possible to be political” (GUTHMAN, 2017).

A cidadania alimentar implica, dessa forma, muito mais do que a luta pela garantia de um alimento saudável. Implica que condições dignas ao seu acesso sejam garantidas, que autonomia na escolha sobre o consumo alimentar e acesso a informação sejam facilitadas, que condições justas aos trabalhadores da cadeia agroalimentar sejam dadas, que produtos alimentares livres de contaminação ou produtos químicos sejam garantidos e que sejam proporcionados espaços de participação social para construção conjunta do sistema agroalimentar.

Saber pelo que se luta, com quem e contra o quê, é uma importante chave à desobstrução de caminhos para conquista da cidadania alimentar.

CAPÍTULO II

A ARTICULAÇÃO ENTRE ATIVISMO E POLÍTICAS ALIMENTARES

Se o alimento é essencial à vida, pensar sobre alimentação implica necessariamente refletir sobre o direito de todos ao alimento, em quantidade e qualidade. Entramos, dessa forma, no campo das relações institucionais e no campo da política pública. Na verdade, enquanto direito garantido, o alimento tem sido, até aos dias de hoje, objeto para a formulação de políticas alimentares que, para além do foco nas desigualdades de acesso, se distribuem num sem número de questões e tipo de medidas: desde políticas nutricionais a agrícolas, educação alimentar escolar, promoção de campanhas de alimentação saudável, regulamentação da publicidade para produtos alimentares, controle higiênico-sanitário dos alimentos, taxaço de alimentos com elevadas quantidades de sal, açúcar e gordura, entre outras.

Por outro lado, como verificamos no capítulo anterior, estamos perante uma sociedade diversa, na qual convivem cidadãos insatisfeitos com o modelo de desenvolvimento que tem sido praticado e cidadãos aos quais o acesso ao conhecimento não tem sido oportunizado e, portanto, a consciência social tem sido limitada. De um sujeito à procura de si e daquilo que o realiza, através da reconexão com a natureza e com o outro seu semelhante. O sentido instrumental conferido ao alimento num sistema averso a afetos e ligações mais profundas já não basta mais a esse sujeito cada vez mais preocupado com as tragédias ambientais e as injustiças sociais do mundo. Um sistema que perpetua tais condições de exploração precisa de fortes opositores. E se o alimento é essencial à vida, ele será usado como instrumento para alcançar a paz, justiça e equidade. O poder público estará capaz de colaborar nesta luta, dependendo da correção de forças.

Ao longo do capítulo II, pretende refletir-se sobre as políticas alimentares enquanto instrumento essencial à garantia do *Direito Humano à Alimentação Adequada*. Além disso, perceber até que ponto essas políticas integram a capacidade de promover um ‘alimento bom, limpo e justo’ a todos e as condições dignas ao seu acesso. Qual a origem da discussão alimentar no âmbito do poder público? Como os organismos internacionais e órgãos públicos nacionais têm percebido as políticas para a alimentação? Quais as conquistas e as ameaças à Política de Segurança Alimentar e Nutricional no Brasil, nos últimos anos? Tem a sociedade civil organizada e, especificamente, o movimento alimentar participado na construção dessa

política pelo tipo de estratégias de ativismo adotadas? Ao fim deste capítulo espera-se que novos caminhos se tenham desobstruído para a discussão da alimentação enquanto dimensão essencial à construção da cidadania.

1. *Food politics*: para abrir o apetite.

O termo '*food politics*' é a tradução literal do que, em língua portuguesa, nomeamos como 'políticas públicas para a alimentação'. Na prática, no que consistem, qual a necessidade de formulação de tais políticas, em que dimensões da sociedade intervêm e de que forma contribuem para a construção da cidadania?

No contexto internacional, próximo ao termo '*food politics*', encontramos inúmeros outros termos que, sob dimensões prioritárias distintas, procuram referir-se ao mesmo. São eles, por exemplo, '*nutrition politics*', '*food safety politics*', '*food security politics*', '*agro-food politics*' ou '*consumer food politics*'. No campo político brasileiro foi dada preferência ao termo 'Políticas de Segurança Alimentar e Nutricional'.

Importa ter em conta que cada termo, ou definição do mesmo termo em países ou espaços sociais distintos, referem-se a condições históricas, políticas, culturais e ambientais específicas desse lugar. No caso da alimentação, tal conceito é ainda determinado pelas relações que se estabelecem com o ato de comer, alimentar, produzir e consumir, pela relação com a natureza, pelas tradições alimentares, pelas problemáticas relativas à saúde, à nutrição e ao sistema agroalimentar de produção, como fome, desnutrição e mudanças climáticas, entre outras. Acresce a isso o modelo de desenvolvimento social e econômico que orienta o projeto político de cada país e a forma como são operados tais processos. As relações de poder e de cooperação estabelecidas entre os diversos atores em sociedade, nacional e internacionalmente, são também significadas consoante o contexto histórico e geopolítico.

Compreendemos, portanto, que discutir situações relacionadas à temática da alimentação e Segurança Alimentar não depende só do lugar, mas também do espaço temporal em questão.

Por outro lado, discutir tal temática enquanto ação de poder público é motivo para considerarmos a composição institucional do Estado (ministérios, secretarias, programas, institutos de pesquisa, grupos de interesse) e a forma como tal arranjo influencia o processo decisório político.

Após consideração sobre tais aspectos, optou-se por apresentar algumas das abordagens internacionais que fazem referências às *'food politics'*, desde o seu uso histórico-político à sua definição atual mais comum.

Maxwell e Slater (2003) remetem-nos o uso do termo *'food policy'* aos anos 1970 e inícios de 1980, no contexto da crise mundial de alimentos de 1972-1974 e ao risco de nova crise no final dessa década, devido aos vários momentos de disponibilidade e acesso alimentar incerto (TIMMER, 2010). Em face dessas crises, as formas de funcionamento dos sistemas alimentares da época receberam maior atenção pelos representantes políticos, o que se percebe por vários acontecimentos internacionais voltados à questão alimentar, tal como a Conferência Mundial da Alimentação, em 1974. No entanto, parece que o termo foi utilizado num momento ainda de indefinição do estado alimentar mundial, pois, imediatamente, a denominação de *'food security'* ou 'segurança alimentar' passou a dominar uma discussão focada no direito, na vulnerabilidade e no risco, refletidas no debate sobre o direito à alimentação.

A adoção do novo termo foi imediatamente diagnosticada como resposta a uma situação de caráter emergencial muito focada na questão da fome e subnutrição nos países pobres. Os desafios exigiam mais do que soluções paliativas. Face às mudanças globais, principalmente do sistema alimentar, a construção nacional de uma nova agenda para as *'food politics'* reclamava atenção prioritária (MAXWELL; SLATER, 2003).

Em sociedades industrializadas, com uso crescente de tecnologias voltadas à intensificação da produção alimentar, o número de doenças transmitidas por alimentos cresceu. Assim, o termo *'food safety'* ganhou papel dominante nesta reforma, em que regulação alimentar mais rigorosa pudesse garantir trocas comerciais alimentares globais seguras. Neste contexto, as políticas alimentares estabeleceram novos focos de discussão como "concorrência e *rent-seeking* (maximização do lucro) na cadeia de valor, estrutura industrial no setor de varejo, mercados futuros, gestão de resíduos, publicidade, educação em saúde, segurança alimentar"⁶⁴ guiados por um novo conjunto de atores, como ONGs, grupos de ativistas, associações em defesa do consumidor e ainda ministérios de governo para o comércio e a indústria (MAXWELL; SLATER, 2003, p.534).

⁶⁴ "competition and rent-seeking in the value chain, industrial structure in the retail sector, futures markets, waste management, advertising, health education, food safety" (MAXWELL; SLATER, 2003, p.534)

A incorporação das dimensões de sustentabilidade ambiental, nutrição, saúde ou desigualdades sociais reuniu um novo conjunto de aspetos sobre os quais um sistema alimentar poderia ser julgado. Segundo Maxwell e Slater (2003),

um sistema alimentar pode ser julgado por: se é tecnicamente eficiente em preços sociais; se é eficiente na alocação de preços sociais; se leva ao aumento do consumo pelos pobres; se leva ao aumento da posse de ativos pelos pobres; se é bom para a saúde; se é bom para a nutrição; se apoia padrões mais altos de educação; se permite que as pessoas tenham *status*; se permite que as pessoas tenham dignidade; se permite que as pessoas tenham direitos; se permite que as pessoas tenham influência; se sustenta a liberdade; se oferece segurança; se reduz a vulnerabilidade; se é bom para a sustentabilidade ambiental; se promove a igualdade de gênero; se promove a igualdade em geral; se promove a inclusão social (MAXWELL; SLATER, 2003, p. 542)⁶⁵.

Estes aspectos apresentam-se de inclusão necessária nas políticas alimentares nacionais, numa agenda política renovada de carácter intersectorial e participativa. No entanto, para os autores, “o processo de melhoramento da política é também problemático” (MAXWELL; SLATER, 2003, p.543)⁶⁶ e “a formulação de políticas alimentares é difícil devido ao número de setores envolvidos” (2003, p. 548-549)⁶⁷. Muitos interesses estão em disputa. A pressão social é, em certas ocasiões, polarizada, ineficiente ou até socialmente injusta. Os meios de comunicação exercem um forte poder sobre o consumo e sobre a opinião pública, na maioria das vezes, imprevisível. A conexão entre produção e consumo é complexa. E a ciência, essa, é ambígua (LANG, 1999).

Cecilia Díaz-Méndez ⁶⁸ ainda detecta outros desafios. Para a conferencista, a dificuldade em resolver os atuais problemas de nutrição alimentar deve-se à falta de diálogo e consenso entre os diversos agentes do sistema agroalimentar. Tensão entre consumidores e as administrações públicas, incompatibilidade entre consumidores e empresas agroalimentares, conflitos entre associações de consumidores e empresas agroalimentares, incompatibilidade entre indústrias agroalimentares e administrações públicas, antagonismo entre cientistas ou

⁶⁵ “a food system can be judged by whether it: is technically efficient in social prices; is allocatively efficient in social prices; leads to increased consumption by the poor; leads to increased asset-holding by the poor; is good for health; is good for nutrition; supports higher standards of education; enables people to have status; enables people to have dignity; enables people to have rights; enables people to have influence; underpins freedom; offers security; reduces vulnerability; is good for environmental sustainability; promotes gender equality; promotes equality in general; promotes social inclusion” (MAXWELL; SLATER, 2003, p. 542).

⁶⁶ “the process of improving policy is also problematic” (MAXWELL; SLATER, 2003, p.543);

⁶⁷ “food policy-making is difficult because of the number of sectors involved” (MAXWELL; SLATER, 2003, p. 548-549).

⁶⁸ Cecilia Díaz-Méndez apresentou em plenária sobre “Consumo Político alimentario y gobernanza global” a discussão “Conflictos entre los agentes del sistema agroalimentario: en busca de una dieta saludable para todos”, no Congresso Espanhol de Sociologia da Alimentação, setembro 2018, Gijón (Astúrias, Espanha).

tensão entre os cientistas e os cidadãos, são alguns exemplos de relações conflituosas entre esses diversos conjuntos de atores.

No caso brasileiro, enquanto realidade que nos é próxima, torna-se mais fácil identificar as perversidades no âmbito ambiental. Desde a bancada ruralista presente no Congresso Nacional aos representantes do agronegócio com voto e voz em Conselhos municipais, os interesses pelo lucro colocam algumas barreiras à proteção dos recursos naturais. A legislação é permissiva de corrupção. Permeada de espaços imprecisos e duvidosos não deixa clara a atribuição de responsabilidade sobre danos ambientais.

Assim, num sistema vertical de poder, as políticas alimentares surgem a partir da perspectiva de grupos detentores do poder, ávidos pelo controle social, político e econômico, como a indústria alimentar e o agronegócio. Ao contrário, em sociedades democráticas, seria suposto que tais ações resultassem da relação de forças entre Estado e sociedade civil organizada (PAARLBERG, 2010).

Apesar da distinção entre sistemas alimentares em todo o mundo, há algo em comum: qualquer sociedade enfrenta o desafio de escolha sobre o que produzir, como produzir e para quem. Contudo, o que se percebe, é o controle dessas escolhas predominantemente por políticas macroeconômicas, em vez de políticas agrícolas, nutricionais ou ambientais. Tal política preocupa-se, por exemplo, com alocação eficiente de recursos, produtividade do trabalho, emprego ou preços dos alimentos no mercado nacional e global. O Estado, enquanto regulador, procura encontrar o equilíbrio entre problemas ao nível micro e desafios ao nível macro, no sentido de alinhar crescimento econômico com o bem-estar das populações, principalmente das mais vulneráveis, e fortalecimento dos pequenos produtores.

Os preços dos alimentos sinalizam a escassez do alimento no mercado, pelo que a subida dos mesmos diagnostica um desequilíbrio entre oferta e demanda, com graves consequências para a satisfação das necessidades alimentares dos povos. Uma *'food policy'* coerente tem em consideração crescimento econômico (com emprego e produtividade) e preços controlados, favoráveis principalmente às populações mais carentes. Portanto, uma política capaz de incorporar tanto mecanismos que evitem situações esporádicas de fome, como estados de fome crônica (TIMMER, 1983).

Na visão de Paarlberg (2010), *'food politics'* – ou políticas alimentares – são um conjunto de ações de distintos atores, individuais ou coletivos, independentemente do seu poder de decisão na arena parlamentar, usadas como resposta às problemáticas alimentares e

âmbito no qual o poder público tem um papel dominante. Impor, sugerir ou bloquear medidas governamentais é fazer política alimentar.

Mais do que quantidade a preços reduzidos, consumidores, ambientalistas, acadêmicos e produtores responsáveis são os atores que hoje mais colocam desafios e exigências às políticas alimentares, procurando por qualidade a preço justo, métodos de produção conectados com o ciclo da natureza, alimentos locais e orgânicos. Do outro lado, e com forte influência, mas com objetivos políticos distintos, encontram-se as grandes empresas produtoras ou distribuidoras de alimentos e bebidas. Através do seu contexto de análise, Paarlberg (2010) relata situações características da luta de interesses neste campo:

Em sociedades democráticas liberais, cada um desses grupos buscará os seus próprios ‘amigos especiais’ dentro do governo. Nos Estados Unidos, as organizações que exercem pressão sobre fazendeiros comerciais (conhecidos como “*lobbies agrícolas*”), procurarão conservar membros dos comitês agrícolas do Congresso, garantindo que uma vez a cada cinco anos esses membros elaborem nova legislação (uma nova “*lei agrícola*”) para estender os vários programas de benefícios que fornecem subsídios de renda aos agricultores (PAARLBERG, 2010, p.6).⁶⁹

Muitas das perversidades ocorridas na dinâmica produtiva e comercial são, portanto, fruto do controle insuficiente ou do alto grau de permissividade dos governos nacionais. Por exemplo, a comercialização de empresas alimentares multinacionais em espaço nacional acontece segundo o nível de condescendência do governo.

Situações como esta ocorrem tanto em países menos desenvolvidos como em países mais desenvolvidos. Nos primeiros, a intervenção do Estado tende a seguir uma lógica de controle e domínio sobre a propriedade das terras agrícolas, e não tanto numa política de apoio ao agricultor e produtor, detectando-se políticas chamadas de “apoio à agricultura”, no entanto com intuitos de intensificação da produção para exportação.

Subsídios estatais para tudo, desde fertilizantes e pesticidas a eletricidade para bombas de irrigação continuam a desempenhar um papel importante. (...) Em grande parte da África, elementos dos sistemas nacionais de produção e comercialização de mercadorias, criados pela primeira vez sob o domínio colonial, ainda sobrevivem, operados, hoje, através de empresas estatais ou instituições “paraestatais” que receberam direitos de monopólio do governo. Os setores agrícolas desses países em desenvolvimento estão mais abertos a importar concorrência ao investimento direto do estrangeiro do que estavam no passado, mas a globalização ficou para trás no setor agrícola devido à infra-estrutura rural fraca, às estradas ruins e à escassa energia elétrica (PAARLBERG, 2010, p.176).⁷⁰

⁶⁹ “In liberal democratic societies, each of these groups will seek its own special friends inside government. In the United States, organizations that lobby for commercial farmers (known as “farm lobbies”) will cultivate members of the agricultural committees of Congress, ensuring that once every 5 years or so these members will draft new legislation (a new “farm bill”) to extend the various entitlement programs that provide income subsidies to farmers.” (PAARLBERG, 2010, p.6)

⁷⁰ “State subsidies for everything from fertilizers and pesticides to electricity for irrigation pumps continue to play a large role. (...) In much of Africa, elements of the national commodity production and marketing

Em países mais desenvolvidos, com sistemas pós-agrícolas e pós-industriais, os agricultores e produtores tendem a ser mais ouvidos e suas necessidades mais atendidas do que nos países em desenvolvimento. Subsídios, medidas de restrição à importação alimentar mais rígidas, créditos e maior financiamento a pesquisas são alguns dos exemplos de incentivos dados nestes países a agricultores e produtores nacionais. No que respeita à regulação alimentar industrial, políticas de vigilância higiênico-sanitária, rotulagem ou sustentabilidade ambiental e políticas de concorrência industrial (*antitrust*) são comumente utilizadas (PAARLBERG, 2010).

O conceito de *'food politics'* – ou políticas alimentares – tem sofrido um processo evolutivo de construção histórica. Apesar dos aspectos que, mais ou menos aproximam termos afetos à questão alimentar, o conceito em causa parece englobar um conjunto concertado, intersetorial e interdisciplinar de ações do poder público, voltadas à garantia de acesso ao alimento, em qualidade e quantidade. Ações que procuram promover melhorias na saúde e no estado nutricional da população mundial ao mesmo tempo em que prosseguem objetivos de fins de crescimento econômico sustentável, redução das desigualdades sociais, conservação dos recursos naturais e valorização das culturas locais.

2. As políticas alimentares internacionais: um cardápio mundial.

O conceito de segurança alimentar utilizado atualmente na Política de Segurança Alimentar e Nutricional do Brasil (Política de SAN) é fruto de um longo processo de entendimento sobre as problemáticas e os aspetos relativos à alimentação no país. Segundo o Artigo 3º da Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional (LOSAN), é entendido como

a realização do direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como base práticas alimentares promotoras da saúde que respeitem a diversidade cultural e que sejam ambiental, cultural, econômica e socialmente sustentáveis (BRASIL, 2006).⁷¹

A alimentação enquanto forma de subsistência é, desde sempre, não só uma das maiores preocupações das populações, como é em torno dela que tem sido desenvolvida a

systems first created under colonial rule still survive, operated today through state-owned enterprises or “parastatal” institutions that have been granted monopoly rights by the government. Agricultural sectors in these developing countries are more open to import competition to foreign direct investment than they were in the past, but globalization has lagged in the farm sector due to weak rural infrastructure bad roads and little electrical power” (PAARLBERG, 2010, p.176).

⁷¹ Lei nº 11.346, de 15 de setembro de 2006, que cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN), no sentido de assegurar o direito humano à alimentação adequada.

principal atividade econômica ao longo dos séculos: a agricultura. Por isso, torna-se difícil precisar um marco histórico para a inclusão desta temática no quadro de atuação política dos Estados. O que se sabe é que, com a complexificação das sociedades, a revolução industrial e tecnológica, as crises agrícolas, a urbanização das cidades, as migrações, o comércio global, entre tantos e tantos outros fatores que, no último século, alteraram a organização da sociedade, o sistema alimentar foi também afetado, tornando-se mais complexo e exigindo uma intervenção mais planejada, abrangente e que garantisse alimento suficiente às necessidades dos indivíduos.

No contexto de uma Europa economicamente afetada pela Primeira Grande Guerra (1914-1918), o problema da fome tornou-se um desafio internacional a ser enfrentado. Primeiramente, a preocupação com a Segurança Alimentar foi vinculada à capacidade de cada país produzir a sua própria alimentação. Mais tarde, com a maior destruição e os intensos conflitos da Segunda Guerra Mundial (1939-1945) e, de corrente da criação da Organização das Nações Unidas (ONU), em 1945, o conceito fortaleceu-se com novos enfoques. A Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO) assumiu, a partir deste momento, centralidade ao orientar os governos nacionais sobre a garantia de Segurança Alimentar e Nutricional enquanto estratégia de desenvolvimento, mantendo-se até hoje como o principal instrumento de articulação internacional no combate à fome. A Declaração Universal dos Direitos Humanos, publicada em 1948, estabelece o *Direito Humano à Alimentação Adequada* (artigo 25º), motivando também a criação de políticas, órgãos governamentais e organismos internacionais com intervenções na área da alimentação. Assim, o conceito de SAN tem sido explorado de diversas formas ao redor do mundo, adotando estratégias apropriadas aos variados contextos.

Ao longo desses anos, procurando garantir a sua influência mundial face ao avanço do bloco comunista, os Estados Unidos tornaram-se protagonistas em diversos programas internacionais de assistência alimentar, no quadro da cooperação internacional, a populações em estados crônicos de fome e subnutrição, principalmente em países de continentes do Sul global, como África e América do Sul. Na verdade, o intuito principal foi evitar revoluções nos países desses continentes, que pudessem gerar obstáculos à dinâmica política global e aos seus interesses de dominação econômica mundial. Tal gerou a mobilização não só de organismos internacionais como de fundações privadas, organizações não-governamentais principalmente ligadas a igrejas e até mesmo figuras públicas internacionais (SILVA, 2014).

No entanto, é possível perceber as distintas lógicas de Política de Segurança Alimentar pensadas pelas organizações internacionais. Enquanto umas apresentavam objetivos de acesso e disponibilidade alimentar, outras priorizavam objetivos de produtividade e competitividade econômica, como o caso do Banco Mundial (BM) ou do Fundo Monetário Internacional (FMI).

A década de 1950 ficou marcada por um importante movimento, designado de Revolução Verde. O seu discurso assentava no pressuposto de que a intensificação da produção agrícola erradicaria a fome no mundo. Para isso, alta tecnologia, utilização massiva de agrotóxicos e fertilizantes, e a introdução de sementes geneticamente modificadas resistentes a pragas, eram necessárias. O discurso de dependência da Segurança Alimentar com a produção agrícola que dominou a primeira Conferência Mundial de Segurança Alimentar da FAO, em 1974, deu ainda mais força ao movimento da Revolução Verde. Contudo, a essa data, tais estratégias investidas ainda não haviam cumprido com o proposto: a erradicação do mal da fome. Assim, novas perspectivas surgiam, trazendo para discussão novas problemáticas como o acesso a alimentos por populações socialmente vulneráveis, recentemente emigradas para áreas urbanas e forçadas à adaptação num contexto de mercado de trabalho totalmente diferente do campo (SILVA, 2014).

Em 1992, ocorreu a Conferência Internacional de Nutrição (FAO), da qual resultou a articulação das dimensões alimentar e nutricional, conduzindo o conceito de SAN para a questão da escolha, dos hábitos alimentares e culturais, do consumo alimentar, dos riscos alimentares e suas consequências para a saúde (MALUF; MENEZES; MARQUES, 2000). A partir de então,

fundamenta-se a participação ativa da sociedade civil por meio de suas organizações, onde o Estado é incapaz de agir por sua falta de flexibilidade e capilaridade. Deve-se romper com a ideia de que o mercado se opõe aos Estados e que a sociedade civil tem seu papel complementar. Esse é um momento crucial porque o espírito solidário é manifesto, atribuindo a todos o dever de reduzir a fome no mundo e colaborar para a minimização dela (MANIGLIA, 2009, p.127).

Desde a primeira Conferência Mundial de Segurança Alimentar ocorreram mudanças em torno do termo ‘segurança alimentar’ que, progressivamente, aproximaram abordagem teórica e discussão política do verdadeiro problema de insegurança alimentar. Primeiro, a preocupação sobre o acesso ao alimento em quantidade suficiente à subsistência, deu lugar à noção de alimentação enquanto meio de integração e participação do indivíduo em sociedade. Depois, a ideia de subsistência alimentar deu lugar à noção de sustentabilidade dos recursos e fatores necessários à garantia da Segurança Alimentar, tais como renda mínima e suporte familiar ou comunitário.

Posteriormente, já na década de 1990, os indicadores quantitativos mostraram-se incapazes de desvendar a verdadeira percepção das pessoas sobre a sua alimentação, desvendando aspetos como falta de escolha, sentimentos de privação e aquisição alimentar em condições socialmente injustas e desumanas, jamais tidos em conta (MAXWELL, 1996).

A ideia de Segurança Alimentar foi-se aproximando da reflexão apresentada pelas teorias pós-modernas que expressam a valorização sobre novos modos de estar no mundo e ser no mundo, baseados em princípios de diversidade, participação, criatividade, interpretação subjetiva, entre outros.

Atualmente, a questão da alimentação continua sendo objeto de ações e diretrizes de um conjunto diverso de organizações e programas internacionais. Para além da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO), com diretrizes para as políticas alimentares de carácter mais social e político, encontra-se a Organização Mundial do Comércio (OMC), o Fundo Monetário Internacional (FMI), o Banco Mundial (BM), a Comissão do Codex Alimentarius (CAC), o Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola (FIDA), o Programa Mundial de Alimentos (PMA), o Grupo Consultivo em Pesquisa Agrícola Internacional (CGIAR), o Instituto de Pesquisa em Política Alimentar Internacional (IFPRI), entre outros. A erradicação da fome permanece também na agenda das Nações Unidas, como um dos 17 Objetivos Globais do Desenvolvimento Sustentável (ODS)⁷².

3. A construção da Política de SAN no Brasil: quando o pão chegou à mesa.

Um projeto político nacional de desenvolvimento sustentável pressupõe a construção de uma Política em Segurança Alimentar de carácter intersetorial, cooperativo e interdisciplinar, enquanto estratégia promotora de equidade e ajustada ao crescimento económico do país. A dinâmica complexa da sociedade atual e seus desafios exigem o diálogo entre a pluralidade de dimensões sociais e o conjunto diverso de atores, com perspectivas e interesses distintos, para a construção de um sólido projeto de governança, bem como a articulação entre ações estruturantes e medidas emergenciais. Esses são os princípios que, resumidamente, guiam uma Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional tida como instrumento estratégico de desenvolvimento de um país.

⁷² Os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável são 17 objetivos mundiais propostos pela Organização das Nações Unidas, que orientarão as ações globais até ao ano 2030. Faz parte de um compromisso mundial, concentrado especialmente nas necessidades dos mais pobres e vulneráveis, procurando promover a solidariedade, a sustentabilidade ambiental e a paz no mundo (ONU, 2015).

Em âmbito nacional, diversas fontes nos remetem ao processo complexo de inserção da temática da Segurança Alimentar e Nutricional na agenda governamental brasileira.

Josué de Castro, médico e cientista social nascido em 1908 na cidade de Recife (PE), foi uma importante voz no debate político nacional e internacional de combate à fome e à pobreza, alertando para a necessidade de construção de políticas públicas para a mitigação do problema. A sua análise sobre a alimentação, enquanto fato social, por exemplo, mostrava já na época o seu olhar vanguardista ao compreender o aspecto nutricional como indicador essencial de qualidade alimentar. No entanto, face ao contexto histórico em que viveu, alguns dos seus alertas não receberam a atenção merecida (SILVA, 2014).⁷³

A segunda metade do século XX ficou marcada por preocupações governamentais com a política econômica e com o processo de modernização do país, principalmente a partir da tecnicização da agricultura, sendo que medidas de assistência alimentar foram deixadas para segundo plano. Durante esse período, o país ficou mais susceptível à influência de organismos internacionais de ajuda humanitária, inclusive, com doação de alimentos, que acabaram por desestabilizar a inflação nacional (SILVA, 2014).

Na década de 1970, diversos programas e medidas alimentares estavam em discussão na arena política, privilegiada a membros do poder público estatal e, portanto, sem significativa presença da sociedade civil. No entanto, fatores como a incapacidade de conectar ações interministeriais, a escassez de recursos e a descontinuidade dos programas não estavam gerando resultados reais. Segundo Silva (2014), as estratégias conservadoras dos governos militares conduziram à não efetivação de muitos dos programas vocacionados à alimentação e, nos quais, “além de a distribuição de alimentos ser realizada com base em produtos industrializados”, a falta de consideração e violação das diretrizes oficiais dos mesmos “transformava tais programas em instrumentos clientelistas voltados a favorecer elites políticas regionais” (SILVA, 2014, p. 21).

A partir do início da década de 1980 e com o fim da era ditatorial do país (1985), diversos movimentos sociais começaram a tomar espaço na arena política, organizando-se em torno da questão salarial, econômica, da reforma agrária e programas de abastecimento. Reivindicações em prol da democracia ganharam destaque no chamado “Dia D do

⁷³ No governo de Getúlio Vargas, Josué de Castro ocupou um papel importante em todo o cenário de atuação política governamental relacionada à temática da alimentação, na época incorporadas nas políticas de assistência social às populações mais pobres. Entre 1952 e 1956, Castro foi presidente do Conselho Executivo da FAO, sendo um dos tantos exilados políticos da ditadura militar de 1964, refugiando-se em França até à sua morte, em 1973 (SILVA, 2014). Reflexões importantes sobre a temática estão presentes em obras da sua autoria, como Geografia da fome (1946) e Geopolítica da fome (1951).

Abastecimento”, em 1985, reunindo milhares de manifestantes vinculados a organizações populares (PELIANO, 2010, p.30). Começou, nesse momento histórico, a estabelecer-se uma forte conexão discursiva entre fome e ausência de cidadania.

Contudo, este novo fôlego da sociedade civil aconteceu acompanhado de um conjunto de retrocessos governamentais e interrompido, ao longo da história brasileira, por governos ou de caráter mais conservador ou adeptos às políticas neoliberais. A política alimentar encontrou apenas alguns nichos de esperança no governo de Itamar Franco (1992-1995), com o renascimento de programas extintos por governos anteriores, animado pelo forte engajamento das organizações da sociedade civil, como é exemplo o Movimento Ação da Cidadania contra a Fome, a Miséria e pela Vida (1993) (PELIANO, 2010).

Foi então em 2003, com a eleição do presidente Luís Inácio Lula da Silva (2003-2011), que a questão da alimentação ressurgiu na pauta governamental a partir de novos olhares. O Programa *Fome Zero* (PFZ) iniciou imediatamente, com ações direcionadas à garantia da Segurança Alimentar e ao combate à pobreza, de caráter interministerial. Percebeu-se, assim, o nascimento de uma nova fase promissora às políticas sociais, caracterizada pela maior abertura do governo às propostas da sociedade civil e atento à situação de miséria na qual, no início do século XXI, grande parte da população brasileira ainda vivia. A fome passou a ser enfrentada enquanto assunto político, não meramente técnico e, portanto, alvo de decisão política e prioridade de agenda. O processo participativo começou a ganhar corpo, principalmente, com o ressurgimento, em 2003, do Conselho Nacional para a Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA), extinto no governo anterior (PELIANO, 2010).

O CONSEA foi o responsável pela criação do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN)⁷⁴ através da Lei Orgânica da Segurança Alimentar e Nutricional (LOSAN), lei nº 11.346, de 15 de setembro de 2006, que materializou o que havia vindo a ser preparado até então. Para além de estabelecer os fundamentos de atuação desse sistema, consolidou sobre o conceito de Segurança Alimentar e Nutricional diversas políticas e ações dos setores público e privado, relativas à questão alimentar. Para a consolidação desta

⁷⁴ O SISAN é constituído, no nível federal, pelas seguintes estruturas institucionais: Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CNSAN), Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA) e Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional (CAISAN) - coordenada pelo Ministério do Desenvolvimento Social (MDS). A CNSAN ocorre a cada quatro anos e constituem espaços de trabalho onde são delineadas diretrizes e prioridades para a política de SAN e para o Plano Nacional, como também avaliar a sua aplicação pela gestão pública. A CAISAN é responsável pela elaboração e monitoramento da política e do plano nacional de segurança alimentar e nutricional e por estabelecer a articulação entre as ações e os programas com os diferentes órgãos e entidades do governo federal (ZIMMERMANN, 2011).

agenda contribuiu um conjunto diverso de atores, desde organismos internacionais, à sociedade civil organizada, movimentos sociais e instituições acadêmicas, com experiência anterior em projetos e iniciativas alimentares, muitos deles orientados pela governamentalidade mundial.

A sociedade civil organizada, que atua no campo da Segurança Alimentar e Nutricional, propôs a criação do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional - SISAN, por reconhecer que a realização do *Direito Humano à Alimentação Adequada*– DHAA requer ações públicas que devem ser participativas, articuladas e intersetoriais (BRASIL, 2017a).

Os princípios que orientam a lei são, portanto, o *Direito Humano à Alimentação*, previsto na Declaração Mundial dos Direitos Humanos e no Pacto Internacional de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais (do qual o Brasil é signatário) e a Soberania Alimentar.

O *Direito Humano à Alimentação Adequada*, presente na Constituição Federal brasileira, prevê tanto o direito de estar livre da fome como direito a ter uma alimentação adequada. Faz parte do conjunto de direitos que assegura um conjunto de condições necessárias ao desenvolvimento integral da pessoa e à vida digna em sociedade. É dever do poder público “adotar as políticas e ações que façam necessárias para promover e garantir a Segurança Alimentar e Nutricional da população” (BRASIL, 2006, artigo 5º). Tais ações devem respeitar a diversidade de contextos a nível nacional, devendo considerar as dimensões ambientais, culturais, econômicas, regionais e sociais.

O artigo 6º da LOSAN refere ainda que

o Estado brasileiro deve empenhar-se na promoção de cooperação técnica com países estrangeiros, contribuindo assim para a realização do *Direito Humano à Alimentação Adequada* no plano internacional (BRASIL, 2006)

Entende-se assim que, projetos de governo ou de organizações internacionais que possam contribuir, no âmbito nacional, para a promoção do DHAA, devem ser buscados e apoiados.

O princípio de soberania alimentar (artigo 5º) reconhece ainda “o direito de nosso povo em determinar livremente o que vai produzir e consumir de alimentos” (BRASIL, 2006), respeitando a diversidade cultural.

Com a consolidação da lei, a Segurança Alimentar deixou de ser uma política de governo, para consolidar-se em política de Estado, menos susceptível à volatilidade e rotatividade governamental.

No governo Dilma (2011/2015), alargou-se o foco das políticas sociais para o programa “Brasil sem miséria” e foi aprovado o II Plano Nacional de Segurança Alimentar (2016/2019). No entanto, mais recentemente, tais políticas sofreram novos constrangimentos.

No início de 2019, o CONSEA, foi extinto pelo presidente Jair Bolsonaro, através da alteração de capítulos à Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional (LOSAN/nº 11.346, de 15/09/2006).

O CONSEA, principal órgão de articulação entre sociedade civil organizada e governo, era formado por órgãos e representantes da sociedade civil organizada (dois terços) e do governo (um terço), assumindo a função de formulação de propostas, monitoramento e avaliação de políticas públicas de Segurança Alimentar e Nutricional, sugerindo diretrizes para a Política Nacional, com contato privilegiado com o Presidente da República para assessoramento. Não reclamava poder de decisão e muito menos de distribuição de recursos financeiros, sendo que as suas propostas podiam tanto ser abraçadas pelo governo, como abandonadas (CONSEA, 2006).

Ao assumir o caráter de ‘Conselho’, considerava importante fazer ouvir o seu ponto de vista sobre questões da área da saúde, da educação, da agricultura, consciente da sua falta de legitimidade em forçar decisões sobre setores com natureza e cultura política própria (MALUF, 2017).⁷⁵ De igual forma, não seria suposto que todos os ministros de governo apresentassem compromisso ou total acordo com o trabalho desenvolvido pelo Conselho, apesar da maioria valorizar o trabalho aí desempenhado. A maior força do Conselho era, portanto, essa capacidade em saber dialogar com diferentes perspectivas e aceitar diferentes posições (MALUF, 2017).

Outro aspecto que confere validade ao trabalho antes desenvolvido pelo Conselho trata-se do seu caráter de representatividade da sociedade civil, no seu conjunto. O Conselho explícita ainda o seu caráter de intersetorialidade, segundo o qual estão previstas ações integradas entre governo e organizações da sociedade civil, e entre sistemas, ministérios, ou processos decisórios distintos, tanto na formulação quanto na implementação de políticas e ações de promoção da (SAN), gerando uma dinâmica de interdependência: “Se os diferentes setores do governo e da sociedade civil agirem isoladamente, não teremos uma Política de Segurança Alimentar e Nutricional efetiva.” Por exemplo, o Programa de Aquisição de Alimentos à Agricultura Familiar (PAA) une objetivos focados na agricultura familiar e objetivos direcionados à alimentação escolar, num único programa (CONSEA, 2006, p.6). Consequentemente, o recurso da Presidência da República a este órgão torna o processo decisório mais facilmente legitimado pela maioria dos cidadãos.

⁷⁵ Conferência proferida por Renato Maluf no *Centre for Food Policy, University of London*, a 27 junho 2017 intitulada “The intersectoral approach to food and nutrition security in Brazil: how it was built and where we stand today”, disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=hsP4PJRIarA&t=1s>. Acesso em 07 janeiro 2019.

Essa característica conduz à ruptura de análises disciplinares isoladas e ações desarmônicas entre ministérios, agregando e articulando políticas públicas agrícolas, ambientais, de nutrição, alimentação e saúde, com a política macroeconômica, partindo do pressuposto que o sistema agroalimentar é parte fundamental da dinâmica econômica e, portanto, do projeto de desenvolvimento nacional (MALUF, 1995). No entanto, constitui também um desafio em esclarecer e nivelar o sentido da Segurança Alimentar e Nutricional nos diversos atores participantes deste processo.

Este sistema de interdependência permite um controle social e de políticas mais rigoroso, condicionando tanto os sistemas de produção e comercialização dos alimentos, como também o acesso aos mesmos e o consumo. Logo, um maior controle sobre o estado de segurança ou insegurança alimentar e nutricional no território.

As estruturas criadas a nível federal descentralizam a gestão das ações relativas ao cumprimento da Política de Segurança Alimentar para cada estado e município, pressupondo a integração de membros do poder público e sociedade civil, enquanto estratégia de proximidade com o estado alimentar e de saúde das populações. Assim, a capacidade de superação dos obstáculos do contexto local e regional pela governança local e, principalmente, dos desafios que emergem da articulação entre a rede de atores, é o que determina o sucesso das políticas. Tal é que, não significa a existência obrigatória de Conselhos estaduais em todos os estados brasileiros, e muito menos Conselhos municipais. No entanto, é estimado que, cerca de 600 municípios beneficiavam da presença desse Conselho (MALUF, 2017).

A abordagem intersetorial e de participação democrática são características distintas deste processo que, não sendo original nem exclusivo mundialmente comparado com outros processos de construção política, são aspetos essenciais para entender o Brasil de hoje: um Brasil com uma história recente de colonização, onde a escravidão e o poder oligárquico se destacam; um Brasil cujo período ditatorial mais recente terminou apenas em 1985, deixando feridas na sociedade e vícios profundos para a gestão pública; e um Brasil onde os princípios morais e políticos que marcaram tais épocas, ainda predominam na sociedade atual e que são percebidos pelos processos conscientes de manutenção das desigualdades sociais para favorecimento das elites. No campo político de SAN, a ocupação do parlamento e da comunicação social pelo agronegócio nacional e pela indústria alimentar é clara evidência disso.

Apesar de ser também intenção do CONSEA colocar limites à forma como essas forças econômicas vêm operando em contexto brasileiro, é evento recorrente situações como a que relata Maluf (2017): guias do sistema público para a alimentação sofrem ajustes decorrentes de solicitações por parte da indústria alimentícia, com contrapartidas baseadas na alteração das composições de certos produtos. Embora não concorde com este tipo de negociação, mesmo que fundamentada em promessas, o Conselho opta pelo respeito do poder decisório e prossegue enquanto força contrária a esses interesses, fortalecendo a mobilização da sociedade civil.

Para Maluf (1995, p.134), Segurança Alimentar é, primeiro que tudo, “um conceito que define um objetivo de políticas públicas”. Portanto, a sua definição depende de fatores nacionais, históricos, políticos, sociais, econômicos e culturais, da força dos organismos internacionais no país, tal como a FAO, e da forma como as diretrizes desses organismos são apropriadas, do caráter das comissões de Segurança Alimentar constituídas de governo para governo e da forma como os diferentes atores sociais perspectivam tal conceito.

As análises da FAO sobre a insegurança alimentar no Brasil ao longo da história, revelam a maior ênfase dada a ações de combate à fome e de acesso físico ao alimento pelo viés da quantidade. Essa percepção sinaliza a forte dependência da insegurança alimentar aos fatores econômicos, tais como renda e preço dos alimentos, sobre os quais as políticas alimentares não destinavam atenção, restringindo-se ao planejamento de formas compensatórias sobre situações de carência originadas no contexto de políticas econômicas austeras (MALUF, 1995).

Uma política promotora de Segurança Alimentar (SA) deveria, assim, agregar a esse conceito, além de acesso físico a alimentos, condições econômicas que o permitissem, superando dessa forma ações de caráter emergencial sem estratégias de sustentabilidade a longo prazo.

A SA engloba o objetivo de garantir, a todos, condições de acesso suficiente, regular e a baixos custos aos alimentos básicos. Por consequência, as políticas de SA teriam como público-alvo o conjunto dos trabalhadores, não apenas os segmentos em situação de pobreza extrema, e como campo de intervenção os determinantes das condições de acesso (emprego e renda) e de produção (estrutura produtiva, disponibilidade e preços) dos alimentos básicos (MALUF, 1995, p.136).

No Brasil, em particular, uma política alimentar implica não só ter em conta questões históricas e relativas ao processo desenvolvimentista do país, como também incluir esse fator contextual na implementação da política. É indispensável referir que dessa condição histórica deriva o estado de desigualdade atual do Brasil, com uma lógica de crescimento econômico

estruturalmente de caráter excludente, posicionando-o entre os dez países mais desiguais do mundo.⁷⁶

Assim, as propostas e programas organizados em Planos Nacionais⁷⁷ não constituem “soluções mágicas”, isto é, de resolução imediata à problemática da insegurança alimentar, visto que encontram diversos desafios ao cumprimento eficiente dos mesmos. A coordenação das ações intragovernamental enfrenta condições estruturais hegemônicas, com as quais tem de saber lidar, tais como, a existência de uma forte bancada ruralista, dominada por representantes do agronegócio nacional, e a presença forte do *lobby* da indústria alimentícia junto às autoridades políticas.

A política alimentar enfrenta ainda a divisão do sistema agroalimentar brasileiro em produção proveniente de territórios do chamado agronegócio e da produção de territórios da agricultura familiar. Em ambos os tipos de produção são detectados problemas relativos à segurança e qualidade dos alimentos, como uso excessivo de pesticidas, presença de Organismos Geneticamente Modificados (OGMs) ou o recurso à monocultura. Dado esse contexto múltiplo, as políticas precisam agir em duas frentes e de maneiras distintas, pois também as lógicas desses atores são diferentes.

Lacunas ou espaços deixados em branco na estruturação de programas alimentares tornam as ações susceptíveis a violações. Por exemplo, referente ao Programa de Aquisição de Alimentos à Agricultura Familiar (PAA), no qual está previsto que um percentual mínimo (30%) dos recursos destinados à compra de gêneros alimentícios deve ser usado na aquisição de produtos da agricultura familiar. Contudo, há registros de casos de Prefeituras que destinam essa parcela à compra de alimentos a entidades privadas. A falta de monitoramento e compromisso dos representantes de poder público está na origem desse problema, que transforma uma política pública em mero negócio (MALUF, 2017).

Sociedade civil organizada, algumas empresas privadas e, principalmente, países ou blocos comunitários com exigências mais rigorosas sobre o controle alimentar, são os atores

⁷⁶ Dados do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. (PNUD). “Tendências do IDH do Brasil com base em dados de séries temporais consistentes”. 2018. Disponível em: <<http://www.br.undp.org/content/brazil/pt/home/presscenter/articles/2018/brasil-mantem-tendencia-deavanco-no-desenvolvimento-humano--mas.html>>. Acesso em: 09 janeiro 2019.

⁷⁷ Em 2011, a CAISAN elaborou o primeiro Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional 2012/2015 (PLANSAN), o qual materializa a Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, estabelecendo diretrizes, objetivos, metas e orçamento para a realização das ações. Entre estas, identificam-se projetos como: o Programa Bolsa Família, o Benefício de Prestação Continuada, o Programa de Aquisição de Alimentos, o Programa Nacional de Alimentação Escolar e o Programa de Alimentação do Trabalhador (ZIMMERMANN, 2011).

que mais limitam a ocorrência de fraudes políticas e fraudes alimentares. Para Maluf (2017), a efetividade dos programas e o avanço nas conquistas dependem, sobretudo, da pressão social.

(...) participar no processo político público não é apenas participar de Conselhos sobre pobreza. É fazendo pressão. É mobilização social e campanha nas ruas. É fazendo barulho porque (...) isso também ajuda ao funcionamento do Conselho (MALUF, 2017)⁷⁸.

Compreender a Segurança Alimentar e Nutricional enquanto estratégia de desenvolvimento deve, assim, segundo Maluf, Menezes e Marques (2000), considerar três aspectos principais:

1. A alimentação, essencial à vida, constitui um direito básico do ser humano;
2. O sistema alimentar nas suas diferentes fases e aspetos é fundamental para o projeto de desenvolvimento econômico, social e cultural do país;
3. A questão alimentar constitui desde sempre uma preocupação social do sujeito, refletidas através da formulação de políticas públicas.

Nestes termos, o conceito ganha um lugar indispensável em qualquer projeto político e econômico, um objetivo imperativo, que vai além da sua tradicional acepção de recurso em situações emergenciais, de catástrofes, pobreza ou fome, comum nos países menos desenvolvidos.

Ao estabelecer um diálogo recíproco com o objetivo de equidade social, e não apenas de condição resultante, a Segurança Alimentar e Nutricional deixa de ser compreendida apenas como retrato de condições econômicas existentes para a aquisição de alimentos, como também da forma mais ou menos humana e digna como são concedidas as condições de acesso aos alimentos e tratado o processo de toda a sua produção (MALUF; MENEZES; MARQUES, 2000).

Para os autores,

Associar crescimento econômico com crescente equidade social talvez seja o principal desafio para a formulação de estratégias econômicas que tenham em conta razões de justiça social e de sustentabilidade ambiental (MALUF; MENEZES; MARQUES, 2000, p.6).

Por isso, uma política alimentar orientada por objetivos de segurança alimentar e equidade social daria conta de responder tanto às necessidades dos consumidores, sejam elas de subsistência, de qualidade nutricional, de segurança sanitária, prazer ou de saúde, bem

⁷⁸ “(...) participating in political public policy is not only taking part of poverty councils. Is making pressure. Is social mobilization and streets campaigning. Making noise because (...) this helps also the council works (MALUF, 2017).”

como a todos os aspectos da produção, como condições dos trabalhadores, preços, respeito com os recursos da natureza e o ambiente, meios e modos produtivos, entre outros.

É possível perceber, atualmente, a Segurança Alimentar e Nutricional no Brasil enquanto conceito e campo político-social, como um claro resultado da democracia. Contudo, tal caminho tem sido marcado por altos e baixos, avanços e retrocessos, que destacaremos de forma concisa no próximo ponto.

4. A política alimentar no Brasil de hoje: um prato doce ou amargo?

Identificar os hábitos e práticas alimentares do passado permite-nos questionar sobre as mudanças ocorridas ao longo dos tempos e que contribuíram para as transformações nos sistemas alimentares. Por exemplo, durante a primeira década de 2000 produtos usuais no prato do brasileiro, tais como arroz, feijão e farinha de mandioca, sofreram uma queda no consumo. Por outro lado, a comida industrializada ganhou mais espaço no âmbito doméstico (IBGE, 2011).

Segundo a FAO et al. (2018), em sintonia com o aumento da fome mundial registrado em 2018, ocorreu também na região da América Latina e Caribe⁷⁹ o crescimento de situações de fome e desnutrição, obesidade e sobrepeso.⁸⁰ O agravamento da situação de insegurança alimentar está intimamente ligado à contração econômica da região, que teve como consequências o aumento da pobreza extrema e da desigualdade social e econômica, que não permite condições dignas de acesso a uma alimentação de qualidade. Igualmente responsáveis por essa situação são a ocorrência de desastres naturais, condições ambientais e sanitárias, o acesso a água boa para consumo, entre outras. Portanto, é incentivada a criação de programas e políticas que promovam, primeiramente, a inclusão social de todo os povos (FAO; FIDA; UNICEF; PMA; OMS, 2018).

Um estudo sobre práticas alimentares, segurança alimentar e estado nutricional de crianças menores de dois anos no Distrito Federal (DF/Brasil) corrobora o identificado pela

⁷⁹ O relatório “Panorama de la Seguridad Alimentaria y Nutricional en América Latina y el Caribe: Desigualdad y Sistemas Alimentarios” de 2018, relata que, pelo terceiro ano consecutivo, na região da América Latina e do Caribe, aumenta o número de pessoas subnutridas, atingindo 39,3 milhões, ou seja, 6,1% da população (FAO; FIDA; UNICEF; PMA; OMS, 2018).

⁸⁰ A FAO estima a existência de 821 milhões de pessoas subnutridas no ano de 2017, situação agravada na América do Sul e maioria das regiões da África. Observa também o agravamento do estado de obesidade, com cerca de 672 milhões de pessoas obesas no mundo. Desnutrição, excesso de peso e obesidade coexistem em muitos países, explicadas pelo maior custo de alimentos nutritivos e pelas condições extremas que as famílias enfrentam para fazer frente à fome e à pobreza (FAO; FIDA; UNICEF; PMA; OMS, 2018).

FAO. Os principais fatores de risco à segurança alimentar e nutricional identificados foram a pobreza, a má nutrição, o acesso limitado a alimentos e as relações sociais precárias. O acesso a programas públicos como o Bolsa Família não protege contra o risco a situações de insegurança alimentar e nutricional. A alteração de estilos alimentares, com a forte inclusão de alimentos ultra-processados têm tido um papel importante no surgimento de doenças como a obesidade. Os investigadores estabeleceram relação entre níveis mais elevados de escolaridade com um tipo de alimentação mais nutritiva e rica em vitaminas, pelo que a prevalência de Insegurança Alimentar domiciliar foi registrada, em mais de 40 por cento dos casos, entre mães pardas, com baixos níveis de escolaridade e baixa renda familiar.⁸¹

A retirada do Brasil do Mapa da Fome, alcançando em 2014 níveis de fome inferiores a 5%, assiste atualmente ao seu retrocesso. Conquista conseguida através de um esforço conjunto entre diversos atores sociais frente à situação de pobreza extrema, procurou um equilíbrio entre crescimento econômico e políticas sociais destinadas principalmente às populações mais vulneráveis.

Ações como o Guia Alimentar para a População Brasileira, o Programa de Alimentação Escolar, programas de transferência direta de renda como o programa Bolsa Família e o benefício da prestação continuada, medidas de suporte à agricultura familiar ou programas regionais, como as cisternas no semiárido, são exemplos de programas e medidas que, direta ou indiretamente, contribuíram para esse feito, colocando o Brasil em destaque mundial.

Outras ações marcaram avanços significativos nas políticas alimentares brasileiras, distribuídas por diversos setores de governo. O lançamento de campanhas informativas como, por exemplo, o “Brasil Saudável e Sustentável”, buscaram promover práticas alimentares conscientes e responsáveis com a saúde. O Plano Nacional de Redução de Sódio em Alimentos Processados foi responsável pela retirada de cerca de 17 mil toneladas de sódio dos produtos alimentícios desde 2011, estando em acordo a redução do açúcar nos alimentos processados.⁸²

O Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), conhecido como Merenda Escolar, constitui um exemplo de ferramenta importante na transmissão quer de boas práticas

⁸¹ Estudo sobre “Práticas alimentares, situação de (in)segurança alimentar e estado nutricional de crianças menores de dois anos no Distrito Federal: um estudo piloto” dos autores Klébya Hellen Dantas de Oliveira, Ana Maria Spaniol, Hayla Vieira Lisbôa, Maísa Miranda Araújo; e Muriel Bauermann Gubert, foi apresentado em forma de comunicação no Congresso Espanhol de Sociologia da Alimentação, 2018.

⁸² Ministério da Saúde. ‘Acordo com a indústria reduziu 17 mil toneladas de sódio dos alimentos.’ 2017. 13/06/2017. Disponível em <<http://portalms.saude.gov.br/noticias/agencia-saude/28730-acordo-com-a-industria-reduziu-17-mil-toneladas-de-sodio-dos-alimentos>>. Acesso em: 10 dezembro 2018.

alimentares quer de princípios de valorização do alimento que respeite a natureza, o produtor e a saúde humana. Este programa oportuniza “alimentação escolar e ações de educação alimentar e nutricional a estudantes de todas as etapas da educação básica pública”. A crítica positiva ao programa vai além. Os recursos disponibilizados para aquisição dos alimentos devem ser gastos segundo o estabelecido nos cardápios elaborados por nutricionistas, que respeitem os hábitos alimentares de cada localidade, a vocação agrícola da mesma e dando prioridade a alimentos semi-elaborados e *in-natura*, com parte de investimento nos produtos da agricultura familiar (BRASIL, 2018).

Para além de todas as conquistas alcançadas pela política alimentar no pós-período neoliberal, principalmente com a institucionalização do CONSEA e a aprovação da LOSAN, também um vasto leque de ações constituíram sérias violações ao Direito à Alimentação, tais como

ausência de reforma agrária; falta de garantia à terra/território para populações negras, povos indígenas e povos e comunidades tradicionais; maior apoio ao agronegócio em comparação ao apoio à agricultura familiar; liberação do cultivo de transgênicos; falta de regulação efetiva em relação ao uso de agrotóxicos; não regulamentação de aspectos que interferem nos hábitos alimentares saudáveis (...). (SANTARELLI; BURITY, et al., 2017, p.10).

Menasche e Machado⁸³ denunciam, nesse mesmo sentido, programas públicos que colocam o consumo alimentar como valor moral, numa pretensão de controle e vigilância dos pobres, ao invés de emancipação para a liberdade de escolha, como é o caso do programa Bolsa Família⁸⁴, instituído pela Lei Federal 2004 e do programa “Alimento para todos”⁸⁵, estabelecido pela lei municipal de outubro de 2017, e promovido pelo ex-prefeito da cidade de São Paulo.

Baca Del Moral⁸⁶, ao analisar um conjunto de estratégias do governo mexicano nos últimos seis anos, percebeu que o problema de insegurança alimentar na pequena agricultura

⁸³ Comunicação intitulada de “‘Pobre não tem hábito alimentar, pobre tem fome’: comida, consumo, políticas públicas e o balão de ensaio de um prefeito brasileiro”, da autoria de Renata Menasche e Carmen Janaina Machado, apresentada no Congresso Português de Sociologia, em julho de 2018, Covilhã/Portugal.

⁸⁴ O programa Bolsa Família garante o acesso ao alimento através da transferência direta de renda a pessoas em situação de pobreza, transferência dependente do cumprimento de determinados objetivos estabelecidos pelo programa.

⁸⁵ O programa “Alimento para todos” consistia na oferta de refeições compostas por alimentos próximos do término do prazo de validade ou não adequados à comercialização, com o intuito de evitar o desperdício alimentar. Esse tipo de refeição era convertido numa espécie de farinha, oferecida em estabelecimentos públicos e distribuído a moradores em situação de rua. O programa gerou polémica no espaço público ao ser defendido pelo na época prefeito João Dória, com o argumento “pobre não tem hábito alimentar, pobre tem fome”.

⁸⁶ Comunicação intitulada de “Propuestas de ajustes a las políticas públicas para la agricultura familiar, en el marco del cambio del sexenio, en México”, da autoria de Julio Baca Del Moral, da Universidad Autónoma Chapingo, México, apresentada no Congresso Espanhol de Sociologia da Alimentação, em setembro de 2018, em Gijón/Espanha.

familiar não tem recebido a devida atenção das políticas públicas do país. A sobreposição de programas locais financiados por ministérios distintos, situação semelhante ao que acontece no Brasil, retira a capacidade de contribuir de forma eficiente para a melhoria das condições de vida dos pequenos agricultores

Novas formas de consumo que buscam maior qualidade alimentar e sustentadas pelo argumento de sustentabilidade ambiental, têm tido cada vez mais adeptos, no contexto europeu. Em estudo sobre as características sociodemográficas dos diferentes tipos de consumidores de frutas e verduras ecológicas em Portugal e Espanha, Pérez-Flores et al.⁸⁷ verificaram que variáveis como a formação escolar, a capacidade econômica, o tipo de regime alimentar e o contexto rural/urbano diferenciam os consumidores com preferências alimentares mais ecológicas daqueles que relativizam tais comportamentos.

Os pesquisadores constataram também uma disparidade dos resultados nesses dois países, derivado, principalmente, à clara confusão entre os termos biológico, biológico com certificação e ecológico. Em Espanha, a garantia de produto ecológico está mais ligada ao processo de certificação da União Europeia, enquanto, em Portugal, o termo ecológico é corriqueiramente ligado ao termo biológico, aos produtos da agricultura de subsistência ou a produtos com pouco ou nenhum tipo de substância química.

Em 2016, a extinção do MDA, da Política de Assistência e Extensão Rural e o fim do Plano Safra, entre outras, anunciaram a falta de compromisso governamental com a agricultura familiar do país.

A FIAN Brasil (SANTARELLI; BURITY, et al., 2017) considera que para além do caráter vanguardista com que as políticas públicas têm, nas últimas décadas, integrado o Direito Humano à Alimentação, ainda prevalece uma abordagem demasiado reducionista da visão dos Direitos Humanos no contexto da Política de Segurança Alimentar e Nutricional, principalmente por influência das elites econômicas e políticas. Esta deve integrar de forma mais explícita a dimensão nutricional, os direitos das mulheres e as questões de gênero, a soberania alimentar e os direitos étnico-raciais, visto que a violação de tais direitos tem comprometido a garantia plena dos Direitos Humanos.

A 01 de janeiro de 2019, no primeiro dia de mandato do governo de Jair Messias Bolsonaro, foi emitida a Medida Provisória (MP Nº 870, de 01/01/2019), que altera as

⁸⁷ Estudo estatístico descritivo comparativo apresentado como comunicação no Congresso Português de Sociologia, em julho de 2018, Covilhã/Portugal, intitulada de “Análisis comparativo de consumidores de verduras y frutas ecológicas em España y Portugal”, da autoria de Antonio M. Pérez-Flores, Víctor M. Muñoz-Sánchez, Saudade Baltazar, José M. Leal e Isabel Ramos.

disposições da Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional (LOSAN/nº 11.346, de 15/09/2006) relativas à composição do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA) e às suas atribuições enquanto órgão de assessoramento direto à Presidência da República. Dessa forma é extinto o Conselho que permitia, até então, a participação da sociedade civil no acompanhamento e monitoramento das políticas públicas que, de alguma forma, comprometessem a garantia da SAN no Brasil.

A situação econômico-política que se vive no país, principalmente desde 2015, e agravada mais recentemente, tem não só ameaçado a volta do Brasil ao mapa da fome como também o projeto democrático, participativo e orientado para as questões sociais que se vinha desenvolvendo até hoje. Segundo dados do IBGE (2017), um novo aumento de pessoas a viver abaixo do nível de pobreza foi registrado entre 2016 e 2017, variando, em números absolutos de 52,8 milhões para 54,8 milhões de pessoas. O estado de pobreza desse grupo populacional é o resultado de um conjunto de fatores, agravados entre 2015 e 2017, como restrições orçamentárias, aumento do desemprego, do corte agressivo a programas sociais como o Bolsa Família e o congelamento dos gastos públicos por até 20 anos. A FAO et al. (2018) manifesta clareza sobre qual o verdadeiro problema da fome na América Latina e Caribe: as dificuldades dos mais pobres em acessar os alimentos, visto que é produzida na região a quantidade suficiente de alimentos para alimentar toda a população.

Como percebemos, durante todo o processo de construção da Segurança Alimentar e Nutricional no Brasil, a sociedade civil teve um papel crucial. Hoje, no contexto de tal instabilidade e incerteza política, de retrocesso de direitos e políticas sociais, a sociedade civil continua a fazer esforços, lutando pelo direito de todos à Alimentação Adequada. Dessa maneira, é nossa intenção refletir, em seguida, sobre o papel da sociedade civil organizada na construção e fortalecimento desse campo, com foco nas mais recentes ações, imprescindível para o debate sobre SAN no Brasil.

5. A participação social na construção da Política de SAN: um lanche partilhado?

Um conjunto vasto de sistemas alternativos de produção e consumo alimentar tem sido apresentado, nas últimas décadas, por organizações, movimentos sociais e, até mesmo, governos socialmente conscientes com a insustentabilidade social e ambiental do sistema de produção vigente. Tais modos alternativos, ainda que gerados com um certo caráter experimentalista e, por vezes, um pouco utópico, causam incômodo, mas, mais do que

incômodo, sugerem novos ‘olhares’, caminhos inexplorados mas não impossíveis, que desafiam os modos convencionais. Postos em prática pela sociedade civil organizada pretendem, em alguns dos casos, extrapolar do campo das reivindicações para o campo do poder político

A formulação de políticas públicas na área da Segurança Alimentar e Nutricional deve responder, segundo Maluf (2000), a um conjunto de premissas gerais. Primeiro, ao caráter intersetorial e multidimensional, como foi proposto pela política de SAN no Brasil à forma de gestão pública, tendo em conta que discutir ou intervir na área alimentar não se restringe somente a uma dimensão isolada da sociedade, mas que perpassa diversos campos. Depois, devem imprimir um caráter de articulação entre ações emergenciais e ações estruturais contempladas pela política, sendo que dada a diversidade de situações sociais, as primeiras não se sustentam sem as segundas, e estas últimas estão dependentes das condições de bem-estar físico ou material proporcionadas por ações emergenciais, na procura da rápida superação a situações de insegurança alimentar. A focalização de programas sociais sob grupos específicos significa “definir prioridades e tratar desigualmente os desiguais”, de forma a alcançar a equidade social e não alargar as problemáticas a demais grupos da população.

Segundo Maluf, Menezes e Marques (2000, p.43), a Política de Segurança Alimentar “não se constitui num assunto exclusivamente governamental, devendo garantir a criação de novos espaços institucionais que assegurem a constituição de efetivas parcerias e que sejam adequados à articulação de iniciativas em áreas bastante diversas”. Portanto, um envolvimento da sociedade civil organizada e do próprio setor privado.

Contudo, como percebemos pela experiência brasileira, a relação entre Estado e setor privado é, na maioria das vezes, uma relação de forças em desequilíbrio. Por um lado, temos um setor privado com interesses meramente econômicos e, muitas vezes, com práticas fraudulentas, e pelo outro, uma estrutura estatal com excesso de burocratização. Tal relação carece, portanto, de “um código de conduta ética para pautar a relação do setor privado com o trabalho social e com as organizações não-governamentais” (MALUF; MENEZES; MARQUES, 2000, p.44).

A relação entre Estado e organizações da sociedade civil pressupõe conceder à população, principalmente a mais pobre, espaço para ser ouvida. A solução mais comum tem sido a constituição de fóruns ou Conselhos, que congregam diversos representantes de grupos da sociedade civil, para discussão de problemáticas alimentares e apresentação de propostas

ao governo, ao exemplo do CONSEA. Tais espaços têm possibilitado a maior participação das comunidades na dinâmica e governança local e a superação de carências alimentares a grupos mais vulneráveis, principalmente através de ações e programas alimentares locais. Contudo, para que estes espaços sejam de construção conjunta precisam ser na verdade espaços de inclusão, ou seja, compostos por uma diversidade de representantes da sociedade civil, com as suas diversas demandas, e precisam de um real comprometimento e cooperação do governo (MALUF; MENEZES; MARQUES, 2000).

Ao nível internacional, é possível estabelecer uma nova lógica de sistema que não responda meramente à dinâmica do comércio, mas acima de tudo que promova intersetorialmente o *Direito Humano à Alimentação*? Como a articulação da sociedade civil a nível internacional pode contribuir para expandir o campo da Segurança Alimentar, tornando-o num campo político mais efetivo e mais inclusivo?

Como vimos anteriormente, diversos organismos e entidades internacionais como a FAO, a OMC ou o BM, incluem nas suas pautas ações vocacionadas aos modos de operacionalização do sistema agroalimentar a nível mundial. Contudo, a capacidade de gerar mudanças significativas é limitada. Mesmo que as suas recomendações sobre formas de governança localizada sejam consideradas pelos órgãos nacionais, estas não têm poder vinculativo. Por exemplo, relativamente a denúncias sobre desrespeito a direitos humanos, o papel deste tipo de organizações é dar voz às denúncias e alertar os Estados nacionais sobre as possíveis consequências para as relações internacionais.

Acrescentando a isso, as organizações internacionais estão muito dependentes de repasses governamentais, muitas vezes incertas, e são ainda desafiadas pelas grandes potências mundiais, como os Estados Unidos, ao recorrerem a práticas não aconselhadas, como doações em forma de *commodities*, prejudiciais às economias dos países menos desenvolvidos.

A FAO tem uma reputação de eficácia muito mais fraca. Na verdade, foi uma frustração com a FAO durante a crise alimentar dos anos 1970 que levou à criação do FIDA em 1977. As atividades de coleta de dados da FAO são altamente respeitadas e, em algumas áreas (por exemplo, na gestão integrada de pragas agrícolas), o seu assessoramento técnico tem sido de classe mundial, mas suas operações geralmente são muito dominadas por uma burocracia de grandes dimensões sob a direção inconsciente de líderes e que ocupam seus cargos, devido mais a seus aliados políticos do que por sua competência profissional (PAARLBERG, 2010, p.182)⁸⁸.

⁸⁸ “The FAO has a much weaker reputation for effectiveness. In fact, it was frustration with FAO during the world food crisis of the 1970s that led to the creation of the IFAD in 1977. The data collection activities of FAO are highly regarded, and in some niche areas (e.g. the integrated management of crop pests, or IPM), its technical advice has been world class, but its operations often are too heavily dominated by an oversized

Por outro lado, as ONGs internacionais têm apresentado uma ampla capacidade de influência no âmbito da alimentação e agricultura. Paarlberg (2010) cita alguns exemplos:

A Heifer International opera cerca de 900 projetos em 53 países diferentes, promovendo a autossuficiência alimentar por meio de doações de gado e treinamento. (...) O Greenpeace, uma organização de defesa ambiental baseada em Amsterdam, sustenta escritórios em 68 países com aproximadamente 1.200 funcionários em tempo integral. A Consumers International, uma federação global com mais de 230 organizações de advocacy em 113 países diferentes, promove a segurança alimentar dos consumidores (PAARLBERG, 2010, p.183).⁸⁹

Através do *advocacy* muitas organizações, tanto do setor privado como público, não só alertam a sociedade civil e pressionam a formulação de políticas públicas, como têm sido cruciais na denúncia de comportamentos que condenam. São famosos os *boycotts* internacionais promovidos contra empresas como a Nestlé ou a Coca-Cola. Recentemente, o caso do cachorro morto na porta de um estabelecimento da cadeia de supermercados Carrefour em Osasco (SP), gerou uma rede de protestos e incitação a um boicote ao hipermercado, promovido *online* pelo hashtag #CarrefourNao.

Muitas conjugam ainda campanhas de informação com *advocacy* ou com o desenvolvimento de projetos diretamente no terreno. Um outro tipo de intervenção das ONGs internacionais é a ajuda humanitária e o apoio técnico, principalmente, na área da agricultura. Algumas ONGs internacionais, apesar de nomeadas de organizações não governamentais, trabalham de forma direta e, por vezes, exclusiva, com ministérios de governo.

Contudo, enfrentam igualmente desafios, não só pelos campos de atuação muito diversificados, geograficamente, politicamente e culturalmente como pelas condições das infraestruturas desses diversos contextos, que em países em desenvolvimento são, na maioria, mais precárias (estradas de terra, condições climáticas muito extremas, instrumentos agrícolas ineficientes, entre outros). Os intercâmbios realizados no âmbito de acordos de cooperação internacional para apoio técnico exigem dos especialistas um afastamento das pré-noções relativas ao seu contexto de origem, de forma a não refletirem preocupações que são somente suas e não das populações afetadas às suas intervenções nos países de destino (como por exemplo, o ProSavana). Tal é aplicável tanto a situações de intercâmbio técnico como de

headquarters bureaucracy under the lethargic direction of unresponsive leaders who hold their positions more because of their political allies than their professional competence” (PAARLBERG, 2010, p.182).

⁸⁹ “Heifer International operates nearly 900 projects in 53 different countries to promote food self-reliance through gifts of livestock and training. (...) Greenpeace, an environmental advocacy organization based in Amsterdam, maintains chapters in 68 countries with approximately 1,200 full time staff. Consumers International, a global federation of more than 230 advocacy organizations in 113 different countries, promotes consumer food safety” (PAARLBERG, 2010, p.183).

campanhas sobre temáticas contextuais, que fazem sentido, por exemplo, na Europa, mas não na América Latina.

A falta de alocação de recursos governamentais e o pouco apoio em pesquisa dificultam ou mesmo impedem o alcance de bons resultados. Críticas a ONGs internacionais têm sido feitas baseadas, por exemplo, nos gastos realizados com ações de caráter humanitário com doações de alimentos a países de África, em vez de ações técnicas que possibilitem a autonomia dessas populações e, logo, processos de cooperação mais justos e socialmente sustentáveis.

Apesar dos desafios encontrados, as organizações não-governamentais internacionais têm apresentado à sociedade um modelo de cooperação internacional assente no princípio da solidariedade e reciprocidade, sob a premissa que, num mundo globalizado, o que afeta em determinada parte do mundo, repercute a nível mundial. Segundo Honneth (2017),

se estas interdependências se revelassem tão fortes que só fosse possível testar com sucesso intervenções realizadas a nível mundial (...) deverá aplicar-se de facto o princípio comparativamente mais alto segundo o qual é necessário influenciar os decisores políticos em todos os Estados através de ações coordenadas e simultâneas (HONNETH, 2017, p.142).

Para o autor, este tipo interdependência mundial constitui exemplo a ser seguido pelo socialismo, logo, por todo o projeto que em si se reveja, e que queira prevalecer e lutar pela construção de uma sociedade realmente democrática, baseada na participação e no comprometimento coletivo.

Portanto, as ONGs internacionais, como a *Amnistia Internacional* ou a *Greenpeace*, funcionam como órgãos coordenadores globais que, através da sua representação a nível local, constroem uma rede mundial de ações, que se complementam e fortalecem mutuamente, aumentando a probabilidade de sucesso de cada uma. Ainda que, fiéis às condições culturais e à dinâmica social local, o sucesso dessa interligação à escala global não se baseia no tipo ou qualidade das ações locais, mas na repercussão conseguida, na capacidade de ampliação dos problemas e, conseqüentemente, das conquistas alcançadas junto do poder público.

Honneth (2017), baseado numa teoria socialista revista, de crescente interdependência entre Estados, conclui que a estratégia para o sucesso das lutas sociais, está assente na ideia de experiência, enquanto alargamento da liberdade social. Experiências como a atribuição de um Rendimento Básico Incondicional (RBI)⁹⁰ seria uma possível alternativa

⁹⁰ O Rendimento Básico Incondicional (RBI) consistiria numa prestação social atribuída igualmente a todos os cidadãos de um país, suficiente para possibilitar a vida em condições dignas.

capaz de conferir oportunidades iguais de participação a todos os atores, eliminando barreiras à comunicação e ao reconhecimento social impostas pela ordem capitalista excludente (HONNETH, 2017, p.99). Experiências que se baseiam no princípio do empenho recíproco e solidário dos cidadãos uns com os outros, na construção horizontal e democrática de gestão pública e na promoção do bem-estar societal. Experiências que transformam causas públicas em causas pessoais, afetas à vida individual de cada um.

Ainda que não dê centralidade ao papel das “subjetividades que protestam”, pois considera-as demasiado voláteis no tempo, Honneth considera que elas servirão de suporte à luta por melhorias sociais necessárias na sociedade moderna (HONNETH, 2017, p.104).

A contextualização histórica sobre a construção do campo sócio-político da SAN no Brasil colocou em evidência a importância da sociedade civil nas conquistas alcançadas. Não só em termos de condições de produção ou consumo de alimentos, como na defesa de políticas estruturantes como a Reforma Agrária. Por exemplo, a “Ação da Cidadania Contra a Miséria e Pela Vida” promovida pelo Movimento pela Ética na Política na década de 1990, mobilizou a população brasileira no combate à corrupção e à procura de soluções à situação de fome e miséria, manifestando-se por via dos seus movimentos sociais. Desse movimento, resultou a criação do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA), extinto no início de 2019.

Contudo, os avanços históricos da política permitem não só verificar a presença ou ausência da sociedade civil na articulação de processos de decisão política, mas principalmente analisar a capacidade efetiva dessa mobilização e levantar algumas questões sobre a participação da sociedade.

Por exemplo, a mobilização contra os Organismos Geneticamente Modificados emergiu da sociedade civil a nível global, a partir de campanhas, manifestações, divulgação sobre os efeitos negativos dos transgênicos, eventos, pressão junto do poder público para criação de legislação sobre rotulagem, entre outros.

No Brasil, a mobilização da sociedade civil iniciou-se no fim da década de 1990, com a participação de inúmeras organizações lideradas pela campanha “Por um Brasil Livre de Transgênicos”. A discussão acentuou-se com o caso da plantação ilegal de soja transgênica no estado do Rio Grande do Sul e a posterior autorização do governo Lula à utilização dessa soja em produtos de consumo animal e humano, ignorando a preocupação expressa da sociedade civil.

Em 2003, a legislação sobre rotulagem de alimentos transgênicos foi alterada (Decreto 4.680 de 24/04/03), passando a exigir que todos os alimentos e ingredientes que contivessem ou fossem produzidos a partir de organismos geneticamente modificados, com presença acima de 1% (anteriormente 4%) deveriam advertir o consumidor através de um símbolo inserido na embalagem do produto (símbolo: letra T no interior de um triângulo amarelo). Aconteceu que tal lei não foi implementada no prazo estabelecido para tal e a indústria alimentar não sofreu qualquer consequência.

Percebe-se assim que, a regulação sobre produção ou comercialização, exige tanto fiscalização, quanto meios técnicos para avaliar o cumprimento das normas. São pré-condições à regulação alimentar, dado que a inexistência destas leva ao investimento em processos políticos sem resultados e, conseqüentemente, à descredibilização da função do Estado, tanto pela sociedade civil, quanto pelo setor privado que acaba ganhando mais força.

Em 2015, o Projeto de Lei da Câmara (PLC) 34/2015 propôs a retirada do símbolo das embalagens, fundamentando-se na não existência de referência internacional para a sua adoção (tanto pelo *Codex Alimentarius*, quanto na rotulagem geral e nutricional do Mercosul) e no fato do símbolo remeter às placas de advertência sinalizadoras de perigo, o que, segundo os autores da proposta afeta a imagem das marcas e da qualidade desses produtos.⁹¹

Neste contexto, mais de cem organizações e movimentos manifestaram publicamente a sua desaprovação ao projeto lei que consideram antidemocrático, um retrocesso na promoção do *Direito Humano à Alimentação*, uma violação do princípio de participação social e um obstáculo ao acesso à informação pelo consumidor.

Desde a proposta do Projeto Lei, em 2008, o Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor (IDEC), mantinha uma campanha para a recolha de assinaturas contra o fim da rotulagem dos transgênicos. O IDEC relata que “mais de 20 mil pessoas já se manifestaram no portal do Senado e mais de 20 moções de repúdio foram oficialmente enviadas aos senadores defendendo a rejeição do PLC 34/2015”.⁹²

Uma incerteza clara sobre os riscos da produção e consumo de transgênicos perpassa os discursos tanto de cientistas quanto da sociedade civil. Seja qual for a posição, o debate tem contribuído para a reflexão social e o estímulo à procura de respostas mais consistentes e possíveis de consenso. No entanto, a liberalização ou interdição à produção e comercialização de alimentos transgênicos está sendo disputada entre interesses econômicos e compromissos

⁹¹ Portal da ANVISA. Agência Nacional de Vigilância Sanitária (<http://portal.anvisa.gov.br/>).

⁹² Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor. ‘Apoie a continuação da rotulagem de alimentos transgênicos!’. Publicado em: 18/07/2017. Disponível em: <https://idec.org.br/fim-da-rotulagem-dos-alimentos-transgenicos-diga-no>. Acesso em: 10 janeiro 2019.

sociais e ambientais. Os movimentos sociais e os consumidores em particular, face às incertezas sobre os riscos, têm assumido uma atitude de precaução, que transportam para o processo político decisório, lutando ao menos pela possibilidade de escolha informada ao consumidor.

Contudo, e ainda que o consumo político seja uma forte estratégia de mudança do sistema agroalimentar, este pressupõe uma participação social e um exercício de cidadania estrito ao momento do consumo. Na busca incansável por atualizar a ideia de socialismo, Honneth (2017) considera que “o socialismo hoje é, sobretudo, um assunto de cidadãos políticos e não de trabalhadores assalariados” (2017, p.137). Faz-se a ponte para o movimento alimentar, ao incluí-lo como luta explícita de construção social democrática. No lugar de “trabalhadores assalariados” leiamos “consumidores de alimentos”. Pois, para além da esfera do consumo, a cidadania alimentar procura a realização das liberdades sociais nos diversos momentos da cadeia agroalimentar e não apenas no ato de consumo.

A ausência de percepção pública sobre a questão dos transgênicos ou qualquer outra situação idêntica, está inserida no que Maluf, Menezes e Marques (2000) chamaram de ‘precária consciência alimentar’. Dar acesso ao conhecimento implica não só a informações limitadas ao contexto de compra, mas a todo o processo que a precede, concedendo aos cidadãos condições de autonomamente avaliarem os riscos a que estão sujeitos, sendo integrados no debate público em níveis iguais de envolvimento. Este pressuposto parte do pressuposto que Estado e sociedade civil, em condições desiguais de acesso a informação, devem conduzir políticas de regulação alimentar que promovam o bem-estar coletivo. Como Maluf, Menezes e Marques (2000) referiram, tratar a desigualdade com ações desiguais.

É notório que, apesar das controvérsias e dos múltiplos pontos de vista, o sistema agroalimentar mundial tem sido claramente influenciado pela opinião pública e pela capacidade dos movimentos sociais pressionarem governos e setor privado alimentício. No entanto, torna-se indispensável questionar os pressupostos e os pré-requisitos à mobilização da sociedade civil: qualidade, legitimidade e suas estratégias, argumentos e motivações em que assenta, de que forma é oportunizada e conduzida e quem são os grupos que têm oportunidade de participar.

6. O ativismo alimentar no Brasil: o prato da resistência.

Analisar o panorama dos movimentos sociais no Brasil na atualidade permite-nos verificar que, a mobilização social por meio de ações coletivas com foco no tema da

alimentação estão associadas a movimentos para área rural, que defendem a terra e a produção agrícola, a “produção doméstica alternativa de alimentos, produção de bens e objetos de consumo, produtos agropecuários etc.” (GOHN, 2011, p. 346), mas sem focar propriamente em questões como a educação alimentar, o desperdício de alimentos ou a regulação sobre agrotóxicos. Só mais recentemente esses movimentos agregaram às suas pautas a questão alimentar, ao detectarem o consumidor enquanto aliado da sua luta política.

O Congresso Espanhol de Sociologia da Alimentação realizado em setembro de 2018 em Gijón, possibilitou o levantamento de percepções de investigadores dedicados aos estudos da alimentação, sobre a atual dinâmica de práticas de ativismo alimentar, tanto em Portugal como no Brasil. Para a investigadora A, de nacionalidade brasileira, dado o seu contato com ambas as realidades nacionais, no país lusitano tais práticas são quantitativamente mais expressivas e, principalmente, com mais potencial de mudança política. A investigadora B, de nacionalidade portuguesa e atuação nesse país, confirmou a intensa dinâmica existente, principalmente, nos anos mais recentes, destacando algumas iniciativas, tais como: o projeto ‘Fruta Feia’, a Associação *Re-Food* e o movimento vegetariano. No contexto brasileiro, apesar da sua expansão e diversificação, tais práticas continuam ligadas maioritariamente a iniciativas de movimentos rurais, com pautas voltadas para a produção agrícola, desprezando pautas de importante discussão e regulamentação na restante cadeia produtiva agroalimentar.

Ainda assim, a sociedade continua se mobilizando e tais ações não devem ser desmerecidas no contexto da luta alimentar, visto que se trata de uma temática interdisciplinar e que toca todas as dimensões da vida do sujeito. Como medir a atividade e ampliação do ativismo alimentar no Brasil?

A atividade política alimentar é percebida em diversos campos sociais e responsável por um leque diverso de formas de participação. Na área acadêmica, o crescimento dos programas universitários sobre estudos alimentares (*food studies*), a ampliação de pesquisas sobre a temática, com publicações em livros e revistas e comunicações em congressos, e o crescimento de grupos de pesquisa e investigadores dedicados ao tema da alimentação, diagnosticam as práticas políticas alimentares como um elemento que ganhou destaque no cotidiano da vida em sociedade.

Multiplicaram-se as formas audiovisuais que discutem a temática alimentar e ambiental, como documentários e filmes, com o intuito de conscientizar para tais práticas ou expor e denunciar comportamentos condenatórios de empresas ou representantes políticos.

Fortaleceram-se as redes de organizações da sociedade civil, assistiu-se ao aumento do número de feiras da agricultura familiar em contexto urbano e às ações de *advocacy*, campanhas, petições e ações de boicote, sobretudo através das redes sociais e, algumas, usando da arte para obter maior visibilidade e impacto.

As alternativas sustentáveis têm-se disseminado, manifestando preocupações com o bem-estar do planeta.

Mais especificamente, ao analisar a produção científica sobre esse foco no Brasil, podemos sinalizar os autores que mais se dedicam a essa temática, tais como, Fátima Portilho e Elaine Azevedo. É característica das suas produções o alerta para a escassa reflexão teórica e empírica sobre os movimentos alimentares no contexto nacional. Portilho, Castañeda e Castro (2011) propõem necessárias agendas de pesquisa sobre a questão da alimentação como campo político.

Azevedo (2013) envolve-se num esforço de reunir diferentes aspectos sobre a proposta do vegetarianismo e a sua complexa relação entre práticas alimentares e culturais, tanto como dieta alimentar tanto como movimento ativista, estimulando os demais investigadores à realização de estudos empíricos nacionais sobre esta temática. Aponta, em diferente artigo, a necessidade de mais pesquisas empíricas sobre movimentos alimentares como o Locavorismo⁹³ e respectivas noções que o fundamentam, tais como alimento local e *food miles*, pouco estudado em contexto brasileiro (AZEVEDO, 2015).

O crescimento de grupos de pesquisa em estudos sobre a alimentação em universidades brasileiras pode ser interpretado tanto como instrumento de fortalecimento político da sociedade civil como sinal da crescente conscientização alimentar, se percebermos essa dinâmica como um ciclo sinérgico. Para além de projetos de investigação e contato com investigadores e centros de estudos internacionais, estes grupos têm apresentado um viés de atuação ‘fora de portas’ acadêmicas. Essa linha de atuação ocorre a partir da promoção de eventos sobre alimentação, em parceria com grupos de produtores, de consumidores organizados, instituições públicas, ONGs e *chefs* de cozinha. São exemplos: o Grupo de ‘Estudos do Consumo’ (Universidade Federal Fluminense/RJ); o grupo ‘Alimentação Saudável em Áreas Urbanas e Rurais – ASUR (IPA); ou, ainda, o grupo ‘Agriculturas

⁹³ Locavorismo - Locavorismo é um movimento social de ativismo alimentar que incorpora os termos *food miles* e alimento local, ou seja, procurando encurtar as distâncias percorridas pelo alimento, propondo a reconexão entre produtores e consumidores, quer seja através de feiras e mercados locais ou venda ao público no próprio local de produção. Preocupa-se com a forma como a comida é produzida, por quem a produz e as condições desses produtores, bem como por quem a comercializa e, ainda, pelo prazer de comer. *Locavore* é o termo cunhado para definir a pessoa preocupada em consumir alimentos locais (AZEVEDO, 2015).

Emergentes e Alternativas' (USP). A Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional (RBPSSAN), constituída em 2017, promove importantes pesquisas no campo da alimentação através de uma perspectiva interdisciplinar, incluindo o debate sobre políticas públicas, organizações e movimentos sociais.

À escala mundial, o crescimento da agroindústria produtivista e da biotecnologia abriu espaço para a criação de incertezas, riscos e medos em toda a cadeia alimentar. Exemplos como o recurso intensivo de químicos agrícolas e manipulações genéticas geram desconfiança nos consumidores face aos possíveis riscos à saúde. Os meios de comunicação têm divulgado alguns casos como o caso da 'carne fraca' no Brasil, em 2017; a detecção na Inglaterra, no ano de 2013, da contaminação de uma lasanha com carne de cavalo, produzida na França; ou ainda o caso dos ovos contaminados por fipronil, em 2017, pesticida importado da Romênia, e usado em granjas na Holanda, Bélgica, Alemanha e França, provocando uma crise em mais países da Europa, devido à comercialização dos ovos em redes de lojas e supermercados.

Esta situação alimentar característica da modernidade desafia diversos agentes a agir pela garantia de uma alimentação de qualidade. Se aos consumidores-cidadãos cabe a adoção de decisões que persigam esse objetivo, comprometendo-se com o exercício da democracia, por exemplo, através da pressão por políticas regulatórias mais rígidas junto dos órgãos públicos, os agentes políticos têm como demanda a criação de mecanismos que garantam a Segurança Alimentar e Nutricional, seja através da prevenção dos riscos ou da promoção de programas de educação alimentar.

A maior preocupação com a alimentação e a criação progressiva de um cidadão alimentar, conduziu à recente manifestação mais visível e intensa da sociedade civil. Campanhas como a #nomeubulenão⁹⁴ promove o boicote a empresas e marcas de café que, através da sua exploração, colocam em risco 450 famílias do Quilombo Campo Grande em Campo do Meio, em Minas Gerais. A campanha foi promovida via redes sociais e de forma independente em novembro de 2018.

A aprovação da Política Nacional de Redução de Agrotóxicos (PNaRA, PL 6.670/2016) aprovada a 4 de dezembro de 2018, em Comissão Especial, foi o resultado da união entre diversas organizações da sociedade civil (entre as quais o *Slow Food* Brasil), reunidas na plataforma online #ChegaDeAgrotóxicos⁹⁵. Desde 2016, ano em que a política foi apresentada à Câmara de Legislação Participativa, a plataforma alcançou 1,5 milhões de assinaturas em defesa da PNaRA e contra o Projeto de Lei (PL) 6299/2002, conhecido como

⁹⁴ A página oficial da campanha pode ser acessada em <https://www.facebook.com/nomeubulenaio>.

⁹⁵ A plataforma online está disponível em <http://www.chegadeagrototoxicos.org.br/>.

“Pacote do Veneno”, mobilizando também celebridades ativistas. Segundo Bombardi (2017), entre 2007 e 2014, ocorreram no Brasil 1185 casos de mortes por intoxicação com agrotóxicos agrícolas, o equivalente a 148 mortes por ano.

Programas locais e regionais são desenvolvidos por Organizações Não-Governamentais, associações locais, escolas ou municípios para conscientizar e promover a educação alimentar para todos. O “Comer pra quê?” é um movimento de educação e mobilização da juventude para promover uma alimentação adequada e sustentável e refletir sobre a alimentação enquanto ato político. A iniciativa nasceu em 2014, através do Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário (MDSA), em parceria com um conjunto de universidades, tais como: a Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) e Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO). São exemplos de parceiros a Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS/OMS) e a Fundação Oswaldo Cruz (FioCruz).

A diversificação do mercado de alimentos tem acontecido por todo o Brasil. São exemplos as feiras do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), onde são comercializados alimentos agroecológicos produzidos por famílias assentadas. O movimento promove os seus produtos descrevendo-os como alimentos saudáveis, livres de agrotóxico, acessíveis para o povo, bons para a saúde e para o ambiente, e símbolo da resistência e luta pela terra.

O Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor (IDEC) construiu um “Mapa de Feiras Orgânicas”⁹⁶ nacional online com o intuito de “estimular a alimentação saudável em todo o Brasil e mostrar que os produtos orgânicos podem ser mais acessíveis aos consumidores”.

A Aliança pela Alimentação é uma rede de organizações da sociedade civil, de profissionais, associações e movimentos sociais que através da sua articulação procuram “desenvolver e fortalecer ações coletivas que contribuam com a realização do *Direito Humano à Alimentação Adequada* por meio do avanço em políticas públicas para a garantia da SAN e da soberania alimentar no Brasil”.⁹⁷ Para além de campanhas de protesto ou petições a Aliança preocupa-se em facilitar o acesso à informação ao consumidor e a divulgação de projetos alimentares de sucesso.

Em face da extinção do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, formalizada a 01 de janeiro de 2019, pelo presidente Jair Bolsonaro, ativistas de todo o país

⁹⁶ O Mapa de Feiras Orgânicas pode ser acessado através de: <https://feirasorganicas.org.br/o-que-e/>.

⁹⁷ O site da Aliança pode ser acessado em: <https://alimentacaosaudavel.org.br/a-alianca/quem-somos/>

organizaram um evento (27 de fevereiro de 2019) em diversas cidades do país denominado de “Banquetaço Nacional”⁹⁸, contra a extinção do CONSEA. O ato consistiu na reunião de pessoas em torno de uma mesa farta, com ‘alimentos bons, limpos e justos’.

O Banquetaço é um coletivo que nasceu em 2017, como forma de protesto ao projeto do prefeito de São Paulo, João Dória, para fornecimento da chamada “Farinata” aos estudantes da rede municipal. Algumas das ações desenvolvidas desde então consistiram na oferta gratuita de 2.000 refeições em frente ao Teatro Municipal de São Paulo com alimentos produzidos por agricultores orgânicos, alguns frutos de doações e outros que seriam descartados. Outro evento ocorreu no contexto do incêndio num prédio de ocupação irregular na cidade de São Paulo, em que o coletivo serviu alimentos para os desabrigados. O coletivo é apoiado pelo *Slow Food* Brasil e *Slow Food* Internacional.

O processo de globalização, ao criar a ideia de homogeneização alimentar foi também a força que desencadeou um movimento de resistência a essa padronização. Indivíduos, grupos e coletividades recorrem à alimentação como objeto para reivindicar um outro tipo de sistema. Um sistema baseado em laços sociais, afetos e cuidados com o meio em que interage. Um sistema que garanta não só as necessidades básicas à vida, mas que permita a realização pessoal e espiritual do sujeito através da liberdade social.

É alinhada a essa procura individual e coletiva que formas convencionais de ação política vão surgindo. Em contextos de modernidade complexificada, em que o tempo é escasso, as demandas são muitas e a intelectualização um imperativo ao envolvimento social, muitos indivíduos encontraram forma de participação através do consumo individual. No entanto, suportam-se em movimentos sociais, ONGs e associações tornando a sua luta interdependente de ações coletivas. Os grupos e movimentos de ativismo alimentar têm encontrado na soma de indivíduos conscientes, uma força política capaz de adentrar em diversas áreas da organização social. Contudo, a garantia de SAN reclama por constante pressão sobre o poder público, protegendo os direitos de todos, principalmente aqueles que asseguram as condições dignas de acesso ao alimento. O papel crucial dos movimentos sociais continua sendo o de diálogo e negociação sobre os interesses e preocupações da sociedade civil com o Estado. A procura de justiça social torna-se indispensável para a renovação da ação dos movimentos alimentares e para reais conquistas sociais em torno do alimento.

⁹⁸ Página oficial do movimento em: <https://www.facebook.com/direitoalimentacaodeverdade/>.

CAPÍTULO III

O ATIVISMO POLÍTICO DO *SLOW FOOD* NO BRASIL

No capítulo III, pretendo estabelecer um elo entre a reflexão teórica e dados mais recentes sobre a presença do *Slow Food* no Brasil. Analisar a relação entre movimentos sociais e Estado brasileiro, ao longo da história, deu-nos a conhecer o campo de oportunidades e obstáculos no qual a sociedade civil organizada opera. Em torno da alimentação, surgiu nas últimas duas décadas, uma efervescência social global. No Brasil, detecta-se um conjunto de práticas alimentares politizadas, suportadas e tornadas visíveis por projetos maiores de ONGs, movimentos e redes articuladas. Qual tem sido o papel dos movimentos sociais alimentares na construção da Política de Segurança Alimentar e Nutricional no Brasil?

O *Slow Food* apresenta-se como um desses movimentos. De caráter internacional, intervém no campo político de decisão, possuindo acordo de Cooperação Internacional com a Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação (FAO).

A sua presença em mais de 160 países, a construção de uma atuação assente no fortalecimento da sua diversificada rede de atores (do público ao privado), um discurso cada vez mais fundamentado sobre produção científica de reconhecimento internacional e a sua estratégia de interligar os seus princípios com projetos de governos e organizações internacionais, tem sido a estratégia do *Slow Food* para lutar por um sistema alimentar de qualidade, justo e sustentável junto de importantes órgãos políticos no mundo.

No Brasil, a sua chegada ocorre, formalmente, em 2004, a partir do acordo de cooperação técnica internacional assinado entre a Fundação *Slow Food* para a Biodiversidade e o Ministério do Desenvolvimento Agrário do Brasil (MDA). O acordo estabelece as bases da relação entre esses dois atores, para o desenvolvimento de projetos em todo o país, voltados principalmente à agricultura familiar e alinhados com as políticas de governo para os anos seguintes. O *Slow Food* tornou-se um importante parceiro do governo, no desenvolvimento de projetos em todo o país, vocacionados à proteção da biodiversidade e próximos da realidade dos agricultores familiares, em sintonia com as políticas públicas delineadas.

No seu primeiro contato, deparou-se com um contexto geográfico e cultural distinto ao de Itália e demais países do ocidente. Uma população desafiada pela fome e miséria, periferias em luta pela sobrevivência e um rural esquecido no interior do país. No entanto, um

país rico pela sua biodiversidade, de organização popular historicamente enraizada e num momento político novo e esperançoso para o projeto democrático nacional.

Em 2019, a Associação *Slow Food* está prestes a celebrar 15 anos de atuação no país. O contexto sociopolítico foi-se modificando e colocando desafios à organização e intervenção do movimento. Trabalhos acadêmicos, ao surpreenderem-se com o caso inédito dessa cooperação com o governo, têm dedicado particular interesse na compreensão do seu surgimento no Brasil, resgatando memórias de seus membros mais antigos. Outros inserem-no em estudos sobre a diversidade de práticas que manifestam crescentemente a procura por alimentos orgânicos, locais, que respondam a métodos sustentáveis e justos de produção, em feiras ou mercados alternativos, comportamento dominante dos chamados consumidores conscientes.

Todavia, o nosso foco volta-se para a potencialidade do ativismo *Slow Food* no contexto brasileiro, na sua relação com as políticas públicas para a alimentação.

1. O *Slow Food* no Brasil: quem fez as honras da mesa.

O *Slow Food* nasceu de um fervor de parte da esquerda italiana. Procurando alternativas à materialização da vida, à perda das relações de proximidade, dos afetos, no resgate dos sentidos mais humanos, da conexão com o fruto do trabalho diário, fora da lógica meramente utilitarista. Como vimos em Simmel e Elias, o modo de produção capitalista e a massificação do consumo deram razão à mudança de comportamento entre sujeitos e entre sujeito/objeto. As distâncias geográficas e afetivas alargaram-se e a coloração subjetiva do produto desapareceu. Ele não toca mais a alma do homem. Nem daquele que produz. Nem daquele que consome.

Três jovens italianos detectaram tal fenômeno global acontecendo na sua pequena cidade de origem, afetando as tradições e a cultura local. A Itália é um país de forte cultura agrícola e conhecida mundialmente pelos alimentos frescos e de qualidade. Vinho, queijo e azeite ou a produção artesanal de *pasta* e *pizza* dão identificação à culinária italiana. E logo, aos italianos. Ameaçar a cultura alimentar de um país com laços tão fortes ao alimento, é ameaçar histórias vividas em família. Desde histórias no campo, histórias em torno da mesa farta, de uma refeição que bem recebe e dá prazer.

O momento em que a *pizza* artesanal foi substituída pela pré-congelada, ou a *bisteca* pelo *hambúrguer* do *MacDonald's* infortunadamente chegou. Chegaram também as

multinacionais com preços impossíveis de competir. E com elas trouxeram o desânimo aos pequenos produtores que não viam mais razão de ser no esforço que empenhavam para garantir qualidade.

Escândalos alimentares foram o culminar do processo de abertura de um país à lógica de massificação, do consumismo e da geração de lucro a qualquer custo. Adulterações na composição dos produtos ou substituição por ingredientes de fraca qualidade, mesmo em contexto de produção nacional, mostraram uma nova geração de produtores capturados pela lógica perversa da acumulação. E, no seguimento, uma geração de consumidores para a qual preços baixos se sobrepujam a qualidade. Gerou-se um ciclo de desvalorização em que os alimentos se tornaram meros meios de sobrevivência.

Foi nesse momento que Petrini e seus amigos fizeram do alimento símbolo da luta democrática. A efervescência da sua juventude e a avidez com que ocuparam o poder político, fruto ainda das memórias recentes e infelizes da opressão ditatorial, contagiou a criação de projetos e iniciativas em todo o país.

Mas, na verdade, a vinculação original do *Slow Food* com o alimento esteve muito mais ligado às confrarias das elites, apreciadoras do prazer da alimentação, do estilo *gourmet*, dos jantares ostensivos reservados à classe. O nascimento do movimento é ligado ao ‘bom’ no seu *slogan*, que somente ao expandir-se a outros países (em mais de 160 países, atualmente) viu a necessidade de integrar a crítica do alimento ‘limpo’ e do alimento ‘justo’, pois deparou-se com constrangimentos alimentares mais graves.

Foi no encontro *Terra Madre* de 2004 que se deu o despertar. Novos rumos foram tomados a partir de então. De fato, países como o Brasil não careciam de um movimento que continuasse perpetuando os privilégios das classes mais abastadas, a partir do conceito gastronômico, da sobrevalorização das comidas tradicionais, do *comer bem*. Carecia sim de ações que buscassem o acesso digno e a justiça alimentar. Que promovessem a proteção da biodiversidade, agricultura sustentável e a valorização dos trabalhadores do sistema agroalimentar. Que gerassem questionamentos sobre os impactos do modelo de produção e consumo que a sociedade estava praticando. Acima de tudo, um movimento que se aliasse à luta dos mais pobres, dos povos rurais e das comunidades tradicionais. Um movimento político e mais militante. No entanto, ainda há quem desconfie se tal fenômeno consistiu numa transformação ou numa incorporação. Pois, o caráter elitista ainda é percebido em parte das ações ou membros do movimento, inclusive no *Slow Food* Brasil, incentivado pela ‘moda’ da gastronomia. E, por outro lado, as ações ativistas de caráter reivindicatório não

receberam tanto crédito quanto seria suposto ou, pelo menos, esperado para o contexto brasileiro.

O *Terra Madre* realiza-se de dois em dois anos, na cidade de Turim, em Itália, reunindo comunidades *Slow Food* de todo o mundo. Figura um espaço de encontro, partilha de histórias e troca de experiências e saberes entre diversos membros da rede internacional, como produtores artesanais, agricultores, pescadores, membros de comunidades locais, estudantes, representantes políticos, cozinheiros, investigadores científicos e jovens. É, na verdade, um momento propício ao contato mais próximo e consolidação de toda a rede *Slow Food*, no qual o produtor assume realmente o papel de protagonista do evento.

O *Terra Madre* é uma feira exclusivamente de produtos ‘bons, limpos e justos’, expostos, para prova e para venda, diretamente pelos seus produtores, que encontram aqui uma oportunidade única de dar a conhecer os seus produtos a milhares de visitantes e empresas da área alimentar e, ainda, estabelecer parcerias. Compõe uma programação vasta de atividades como exposições fotográficas, de artesanato, sessões de cinema, *workshops*, degustações, fóruns, conferências, palestras, entre outras.

O mais importante é que eles encontram uns aos outros. Apicultores da Turquia trocam experiências com apicultores de Zâmbia e México. Coletores de frutas da Bulgária encontram e conhecem coletores de frutas silvestres do Canadá. Cultivadores de café da Etiópia, Honduras e Laos discutem seu trabalho e possíveis soluções para seus problemas (*Slow Food Brasil*, 2007)⁹⁹

Muitas iniciativas locais ou regionais e oportunidades de exportação internacional de produtos surgem e são partilhadas neste espaço.

A partir de 2004, discussões muito diversificadas ganharam lugar. Desde discussões sobre o meio ambiente, alimentação como integração social, ao papel das mulheres enquanto produtoras de alimentos, reformas ao sistema agrícola e animal de produção, sementes, desperdício alimentar ou efeitos do turismo nas comunidades. De ano para ano percebe-se que o movimento procura aproximar-se das tendências e problemáticas globais que permeiam a discussão sobre a alimentação.

A última edição do “maior evento internacional dedicado ao alimento”, ocorreu em setembro de 2018 trazendo para debate diversas discussões em torno do tema “*Food for Change*”¹⁰⁰, ou ‘Comida para a mudança’. Uma real prova da ‘globalização das consciências’.

⁹⁹ ‘Terra Madre: Apresentação e Princípios’. Publicado em 05 de julho de 2007. Disponível em: <http://www.slowfoodbrasil.com/terra-madre>. Acesso em: 05 setembro 2018.

¹⁰⁰ O tema do *Terra Madre* 2018 teve como objetivo lançar uma revolução para os próximos anos, a partir da qual se inicie um caminho de inclusão dos consumidores no próprio processo de produção dos alimentos, essencial para a mudança do sistema alimentar atual.

O *Slow Food* Brasil esteve presente com uma delegação heterogênea de cem pessoas, entre as quais agricultores familiares, acadêmicos, e representantes das comunidades indígenas.¹⁰¹

As conferências contaram com a participação de membros oficiais da União Europeia (UE) e representantes de organizações não-governamentais Europeias, relações essenciais para a rede *Slow Food* como reforça Marta Messa¹⁰²:

O Terra Madre Salone del Gusto é uma oportunidade única para fortalecer o diálogo com os decisores Europeus e para fortalecer as colaborações que temos realizado com organizações parceiras.¹⁰³

A mensagem do presidente da Associação *Slow Food* na abertura do evento focou-se na necessidade dos diversos grupos, numa escala mundial, mudarem os seus hábitos alimentares. Conscientes das alterações climáticas, agravadas por um sistema agropecuário e uma indústria alimentar movidos pelo lucro, apenas uma ação política global e concertada poderá reverter a situação de doença ambiental que atingiu o planeta, incapaz de suportar mais a sobrexploração dos seus recursos.

Os desafios relacionados à alimentação não podem mais ser reduzidos a desafios nacionais: são desafios globais que nos levam a pensar, a raciocinar. Raciocinar sobre comida isoladamente não é bom. Tudo está conectado, e isso representa o grande desafio da política hoje: ver as conexões.¹⁰⁴

Apesar do trabalho que vem sendo percorrido, por exemplo, na União Europeia, com avanços na valorização da agricultura orgânica, muito ainda precisa ser feito. Por isso, a Associação *Slow Food* considera o seu ativismo essencial para continuar a denunciar práticas políticas que perpetuam um sistema alimentar dessincronizado com a dinâmica da natureza.

No discurso final do *Terra Madre* 2018, Carlo Petrini enfatizou a necessidade de mudar o lugar de realização da próxima edição. O modelo de feira gastronômica está gasto, principalmente na Europa. Isso poderá representar a oportunidade de novos olhares sobre a diversidade do sistema agroalimentar no mundo e impulsionar formas de ativismo mais direcionadas e fora do campo dos privilégios.

¹⁰¹ O *Terra Madre* 2018 reuniu mais de 5000 delegados, mais de 800 expositores de 143 países ao redor do mundo, entre os quais cerca de 300 *Fortalezas* e 500 *Comunidades do Alimento*, segundo dados do site *Slow Food* Brasil.

¹⁰² Marta Messa é Conselheira Internacional do *Slow Food* para a União Europeia e Diretora do Escritório Europeu *Slow Food* em Bruxelas.

¹⁰³ “Terra Madre Salone del Gusto is a unique opportunity to strengthen dialogue with European decision-makers and our joint work with partner organizations”. Disponível em: <https://salonedelgusto.com/en/terra-madre-salone-del-gusto-european-decision/>. Acesso em 20 de outubro 2018.

¹⁰⁴ Trecho do discurso de Carlo Petrini, na sessão de abertura do XII Terra Madre Salone del Gusto, 2018. “The challenges relating to food can no longer be reduced to national challenges: They are global challenges, pushing us to think, to reason. Reasoning about food in isolation is not good. Everything is connected, and this represents the great challenge of politics today: to see the connections”. Disponível em: <https://salonedelgusto.com/en/terra-madre-salone-del-gusto-2018-is-open/>. Acesso em 20 de outubro 2018.

2. A criação da Associação *Slow Food* Brasil: um café para despertar.

Da corrente de estetização do mundo, da mercadoria, dos corpos, da comida que pode induzir numa certa despolitização das ações dos indivíduos, surgiu uma nova corrente de eticização da estética, portanto, de politização das práticas, como podemos verificar na forma de intervenção do *Slow Food*. A gastronomia passou por um movimento com foco no paladar, na apresentação dos pratos, nas maneiras à mesa, das influências gastronômicas estrangeiras, para um movimento muito mais ético, em que a necessidade de ser esteticamente agradável é acompanhada nos dias atuais pela necessidade de ser também eticamente responsável e sustentável com o ambiente e com a cultura.

A realização da compra local demonstra, por exemplo, a impossibilidade de separar esses dois tipos de crítica (ética e estética), visto que, motivos para a compra como a distribuição de renda e valorização do produto local, são movidos por uma crítica ética, enquanto a valorização do produto artesanal ou da cultura tradicional é movida pela crítica estética.

Para Portilho (2018)¹⁰⁵ é, portanto, necessário tomar cuidado com tal hierarquização, visto que hoje força política com maior potencial de efetivação é encontrada mais nos movimentos estéticos do que nos éticos. O *Slow Food* é exemplo disso, ao apresentar uma crítica estética sobre os modos de comer, questionando o público sobre “O que nós queremos comer? Como queremos comer? Como nós queremos os nossos corpos?” Pois, comer é uma forma de nutrir um corpo.

A educação para o estilo de vida e para o lazer, assente em princípios de saudabilidade e convivialidade, a defesa verde, voltada para o cuidado com o meio-ambiente ou a garantia do acesso universal ao alimento constituem o grande leque ideológico do movimento que, ao pretender abranger essa diversidade de motivações congrega um grupo muito variado de adeptos, de diferentes origens e estratos sociais.

Slow Food partiu, portanto, de um conceito, mas tornou-se o nome do movimento. Contrapor-se ao *fast food* foi a forma encontrada de denunciar um processo civilizatório em crise. Não se tratava do retorno à vida tradicional na prática, mas ao retorno dos valores, ao resgate das relações sociais comunitárias baseadas na solidariedade e na partilha, que dão suporte a toda a cadeia do alimento, desde a produção ao consumo. Se o *Slow Food* é, acima

¹⁰⁵ Fátima Portilho, no IX Encontro Nacional de Estudos do Consumo, de 21 a 23 de Novembro de 2018, Rio de Janeiro, em grupo de trabalho assistido pela autora.

de tudo, uma forma de relacionar com o alimento e com tudo o que ele une, então esse movimento parece ser em qualquer lugar do mundo potencial para a construção de um modelo de desenvolvimento mais humano.

No Brasil, o movimento tem vivido uma experiência de altos e baixos. A dinâmica é semelhante em várias regiões. Grupos locais do *Slow Food*, chamados de convívios, constituem-se animados por uma paixão: o alimento.

Os convívios estimulam a valorização da qualidade e o prazer na vida cotidiana, reunindo-se regularmente para compartilhar refeições e alimentos locais, construindo relações com produtores, promovendo campanhas para proteger os alimentos tradicionais, organizando degustações e seminários, estimulando *chefs* a usar alimentos locais e promovendo a educação do gosto nas escolas (*Slow Food* Internacional)¹⁰⁶

O gosto de provar um prato cheio de sabor, um alimento produzido por agricultores próximos da cidade, a experiência de tocar a terra ou somente o sentimento altruísta de preservar a biodiversidade e reverter o processo de destruição do planeta, são motivos mais que suficientes para acender a chama da luta em movimento organizado. No entanto, como toda a chama que não recebe oxigênio nem combustível se apaga, todo o ânimo que não recebe estímulo constante, desaparece.

“São Paulo foi um grupo que foi muito forte. Hoje praticamente não acontece nada, está dissolvido”, conta-nos Marcelo de Podestá, facilitador da região sudeste do *Slow Food* Brasil¹⁰⁷. Por outro lado, outros grupos apareceram depois. Parece que o nascimento de novos grupos se dá pelo entusiasmo movido pela essência do movimento e pelo seu foco no alimento, que aproxima as pessoas das suas raízes culturais e familiares. O entrevistado conta-nos do ânimo de produtores e agricultores após retornarem do *Terra Madre* em Itália. Acontece que, a partir desse tipo de eventos, novos grupos se formam, ainda contagiados com as experiências dos encontros.

No entanto, percebe-se uma falha na comunicação, na dinamização e acompanhamento mais próximo desses grupos por parte da própria Associação nacional. Torna-se um processo solitário, em que os grupos começam a atuar por conta própria, mas que, em alguma hora, parece não haver mais força que resista à sua dissolução.

¹⁰⁶ ‘Rede de associados’. Disponível em: <https://www.slowfood.com/pt-pt/nossa-rede/rede-de-associados/>. Acesso em: 06 setembro 2018

¹⁰⁷ Marcelo de Podestá é facilitador *Slow Food* da região sudeste. No movimento já trabalhou, de forma mais direta, na defesa dos queijos artesanais de leite cru. Hoje, presta apoio às comunidades do alimento *Slow Food* em toda a região, na promoção da biodiversidade do Cerrado, e dedica-se à área do design e comunicação do movimento. A entrevista foi realizada na residência de Marcelo, em Belo Horizonte, no dia 27 de janeiro de 2019, na qual permitiu a sua identificação no trabalho.

À época do surgimento do movimento em território brasileiro, os projetos eram financiados pela Fundação do *Slow Food* Internacional, a partir de acordos com a União Europeia ou com o próprio governo italiano. Existia um referente internacional para o Brasil, que trabalhava diretamente no país, gerenciando todos os projetos. Os povos e comunidades que exploravam alguma espécie nativa do território brasileiro eram identificados e aí se dava início às *Fortalezas*, valorizando tais espécies, estimulando e capacitando para a criação de produtos derivados e dando visibilidade aos mesmos através do aprimoramento das embalagens, da estampagem da marca da *Fortaleza Slow Food* e de espaços oportunizados para o comércio dos mesmos.

A Fundação *Slow Food* para a biodiversidade, através das cotas de seus associados, doações de ativistas, contribuições de órgãos públicos e patrocínios de empresas do setor privado, incluindo da indústria alimentícia, compromete-se com o financiamento de projetos do movimento, principalmente nos países menos desenvolvidos, onde milhões de pessoas ainda lutam diariamente contra a fome e a desnutrição.

O *Slow Food*, na sua vinda, aparentava sinais de organização internacional para financiamento de projetos com dinheiro externo. Mais um processo bem clássico de Cooperação Internacional, de Organização Não Governamental, de modelo ocidental. A par da questão nacional, esse modelo começou a ruir a nível mundial. Lógicas corruptivas, de dinheiro circulando entre instituições e governos e não aplicados naquilo que era realmente o seu fim. Um modelo incapaz de ser suportado por qualquer financiador. A ‘torneira’ internacional da ajuda ao desenvolvimento começou a fechar-se. A crise econômica ocorrida na Europa, com implementação de políticas de austeridade em diversos países, agravou as possibilidades de financiamento. Desse momento político global, que afetou o Brasil, surge o processo de autonomia da Associação *Slow Food* do Brasil. A adoção do caráter de entidade jurídica, no final de 2013, representou o processo de independência econômica e política do movimento.

A Associação veio facilitar o estabelecimento de parcerias com o governo e com outros atores, veio possibilitar a construção de projetos institucionais e a participação em editais públicos, facilitou o processo de associativismo de novos membros e, portanto, a ampliação dos recursos financeiros a projetos do movimento. Tornou-se uma ferramenta da rede global.

Ao tornar-se “um braço do movimento no Brasil”, surgiram também novas responsabilidades. A associação tornou-se responsável pela gestão do uso da logomarca, pela

gestão dos projetos e dos sócios. Manter por perto esses afiliados exigia o desenvolvimento de uma estratégia de comunicação eficiente e afetuosa, implicava ‘prendê-los pelo estômago e pelo coração’. Exigia ainda uma estrutura nacional mais organizada, com funções distribuídas pelos membros. O fortalecimento da organização interna parecia ser uma necessidade desse momento.

Os associados *Slow Food*¹⁰⁸ reúnem-se a partir dos núcleos locais, os convívios, “tornando-se parte de uma rede internacional de pessoas que pensam da mesma forma”. Pagam anualmente uma taxa de sócio que é investida nos diversos projetos da associação em todo o mundo, principalmente em países mais carentes (*Slow Food Internacional*, 2018)¹⁰⁹.

Essa dimensão do movimento funciona, mais ou menos, da seguinte forma: o indivíduo filia-se a uma filosofia, a uma ideia, independentemente se é para si possível ou não juntar-se aos projetos desenvolvidos coletivamente, e daí, realiza no seu contexto e de acordo com as suas possibilidades, aquilo que considera que pode ser útil para ‘mudar o mundo’. Portanto, um trabalho voluntário e livre. No caso do Brasil, parece que esse processo nunca funcionou. A estratégia de comunicação com os associados, como agradecimentos e considerações pelos gestos solidários, formas de fazer com que essas pessoas se sentissem pertencentes a um grupo e importantes para uma causa, até hoje não encontrou uma forma constante, sustentável e prática de acontecer.

O reconhecimento pessoal constitui-se uma parte essencial de organizações que são construídas por e para pessoas. Os laços afetivos e as conexões mais profundas parecem ser indispensáveis. Sem isso, “muitas pessoas envolvidas, mas poucas que realmente contribuem. E um índice muito alto de pessoas que contribuem a primeira vez e depois não renovam!”¹¹⁰.

Percebe-se uma Associação *Slow Food* Brasil que nunca conseguiu ‘ter pernas’ para desenvolver projetos sustentáveis, suportar os grupos, construir uma rede sólida, porque os recursos dos sócios não funcionam. Sem esses, o movimento procura incansavelmente por parcerias e acordos que sustentem a sua atividade.

No processo de descentralização das funções do movimento Internacional para a Associação no Brasil, um grupo de cinco coordenadores regionais designados de facilitadores, surgiu. Constitui uma iniciativa única no movimento em todo o mundo, e que facilitou, a

¹⁰⁸ A rede de associados *Slow Food no mundo* é atualmente *composta* por mais de 100 mil membros. (Site online do *Slow Food Internacional*). Disponível em: <https://www.slowfood.com/pt-pt/nossa-rede/>. Acesso em: 10 maio 2018.

¹⁰⁹ ‘Rede de Associados’. Disponível em: <https://www.slowfood.com/pt-pt/nossa-rede/rede-de-associados/>. Acesso em: 06 setembro 2018

¹¹⁰ Entrevista concedida à autora por Marcelo de Podestá, em janeiro de 2019.

partir desse momento, a maior dinamização dos projetos. Os facilitadores são representantes regionais *Slow Food*, responsáveis por coordenar os projetos dessa região, prestar suporte às comunidades e convívios e mediar relações entre esses grupos e a organização nacional. Antes dessa forma organizacional, tudo tinha um início, mas pelo meio, tudo se dissipava. Primeiro, porque até à formalização da Associação no Brasil e à constituição desse grupo de representantes regionais, não havia articulação nacional, com lideranças que puxassem o movimento, que motivassem afetivamente cada grupo local a atuar, ao estabelecerem interlocução com as vivências entusiásticas internacionais. Segundo, porque sem a constituição de um grupo de membros dedicados, em tempo integral, a ‘fazer acontecer’, os resultados alcançados eram apenas pequenos ‘oásis’ no deserto. Os facilitadores constituíram-se então a nova força do movimento.

Por outro lado, quando se pensou nessa história dos facilitadores, a gente começou a se envolver em projetos com recurso. O primeiro deles foi um aplicativo com dicas onde comprar, o que comer, o que fazer. Um mapeamento a nível nacional.¹¹¹

No caso desse primeiro projeto *Slow Food*, o aplicativo, lançado e desenvolvido durante dois anos no Brasil e na Europa simultaneamente, foi financiado pela empresa de café italiana *Lavazza*, com aplicação de recurso contínuo, gerando resultados positivos. No entanto, a interrupção na transferência de recurso tornou a sua continuidade obsoleta. Não existia mais recurso para a sua atualização.

A parceria com empresas privadas parece ser prática habitual no movimento a nível internacional. Se atentarmos para as entidades que apoiaram o *Terra Madre* 2018, algumas com presença física em *stands* do evento, percebemos a dependência financeira do movimento com este tipo de entidades.

É graças aos patrocínios de diversos parceiros que a Associação Internacional pode realizar o evento. Alguns dos apoiadores do último *Terra Madre* vão desde empresas privadas como a *Lavazza*, *Lurisia*, *Parmigiano Reggiano*, *Pastificio Di Martino*, *Quality Beer Academy*, enquanto financiadores, até à contribuição do FIDA, União Europeia, *TCF Foundation* e *Confederazione Italiana Agricoltori* (CIA) (*Slow Food* Internacional). Esses apoios e os recursos obtidos na bilheteria do evento ajudam à participação na feira de produtores dos diversos países onde o *Slow Food* atua, financiando viagens, hospedagem e alimentação

Segundo o *site online* da Fundação *Slow Food* para a Biodiversidade, a *Lavazza*, estabelece uma relação íntima com o *Slow Food* desde o primeiro evento *Salone del Gusto*,

¹¹¹ Entrevista concedida à autora por Marcelo de Podestá, em janeiro de 2019.

em 1996. A relação foi se estreitando desde então. Atualmente, apoia a partir de doação monetária, projetos como o *Hortas na África* e as *Fortalezas*. A partir dessa parceria, a empresa lançou recentemente nos mercados italiano e britânico, uma mistura de cafés de duas *Fortalezas Slow Food*, uma da Guatemala e outra da Etiópia.¹¹²

Um ‘café’ que nos desperta em diferentes aspetos. Parece que, para além dos mercados alternativos, o mercado capitalista foi também tido em conta como estratégia de visibilidade e expansão do *Slow Food* pelo mundo.

A “lógica de voluntário total”, sobre a qual os poucos membros *Slow Food* realmente envolvidos sustentavam o movimento, parece que nunca foi algo de fácil compreensão para os membros. Por um lado, porque muito trabalho caía sobre um pequeno grupo de pessoas, também eles mães e pais de família, estudantes, com responsabilidades profissionais. A fraca capacidade de envolver os membros afetava a realização prática das ações. E, mesmo que bem sucedido, o processo começou a tornar-se desgastante.

Na verdade, a lógica de voluntariado permanente não é capaz de gerar resultados. É aí que qualquer ação se torna obsoleta. Depois, o vínculo do sujeito à associação baseia-se num compromisso livre e pessoal, e logo, incerto. A existência de dificuldades num meio organizacional gera processos desgastantes nas pessoas que, sem motivação, esperança de superação e, ainda, sem um outro tipo de recompensa ou gratificação não assegura mais o seu envolvimento nos projetos.

A constituição da Associação veio facilitar muitos dos processos de gestão e organização do movimento nacional. Contudo, trouxe também desafios. Quando os projetos começaram a ser financiados pelo governo federal, como aconteceu no caso do acordo com o MDA, para implementação do projeto ‘Alimentos bons, limpos e justos’, e alguns dos membros começaram a ser pagos por isso, gerou-se um conflito na rede. Se o trabalho voluntário total estava gerando desgaste pessoal, esta nova configuração gerou outro tipo de desafios. O trabalho associativo implica, na verdade, esse tipo de organização. Mas esse não era o entendimento de todos. Ao verem um núcleo de pessoas recebendo pelo trabalho que, para eles era voluntário, acabaram por se afastar. No entanto, tal situação leva a questionar sobre qual seria a verdadeira motivação dessas pessoas ao estarem filiadas ao *Slow Food*.

(...) aparece muita gente assim: o dono do restaurante que entende que isso é interessante, ele quer uma forma de certificar o lugar dele, sabe, de poder botar uma plaquinha... Muita gente se aproxima por causa disso.¹¹³

¹¹² ‘Lavazza’. Disponível em: <https://www.fondazione Slow Food.com/en/get-involved/slow-food-foundation-sponsors/lavazza/>. Acesso em: 06 janeiro 2019.

¹¹³ Entrevista concedida à autora por Marcelo de Podestá, em janeiro de 2019.

A dimensão de trabalho voluntário que o movimento pressupõe foi posto em causa. Percebeu-se que o comportamento de voluntarismo esconde outro tipo de motivações, como a procura de visibilidade profissional. Nessa lógica, o trabalho voluntário não é entendido como uma vontade pessoal de comunicar e fazer algo que contribua para a mudança do sistema e bom para o mundo. Pelo contrário, é visto como uma ação para gerar reconhecimento público e, quem sabe, trazer benefícios profissionais.

3. A parceria *Slow Food*/governo: o joio e o trigo.

O acordo de cooperação realizado entre o *Slow Food* e o Ministério de Desenvolvimento Agrário para o desenvolvimento do projeto “Alimentos bons, limpos e justos”, assinado em julho de 2015 por Carlo Petrini e Patrus Ananias, deu um impulso gigante à Associação no Brasil (*Slow Food* Brasil).¹¹⁴

Consistia num projeto megalónimo, em que todos os pilares do movimento estavam sendo postos em ação. Com uma quantidade considerável de recurso seria possível trabalhar com os jovens rurais, as comunidades do alimento, criar mercados, trabalhar junto das cooperativas. Um sem número de ações desde sempre sonhadas e agora possíveis de realizar. Foi, definitivamente, o projeto desenhado para consolidar o *Slow Food* Brasil.

No contexto do acordo, o *Slow Food* consegue contratar um consultor do MDA, indicado por si, para trabalhar na mediação entre o movimento e a Câmara. “Foi algo que foi criado junto com o governo” conta Marcelo.¹¹⁵ Dois anos de trabalho com o objetivo de aproximar e trazer a agricultura familiar para dentro do movimento e para o foco das políticas públicas.

Não possuindo corpo organizacional capaz de se assumir como responsável do projeto, isto é, para receber gerenciar o dinheiro destinado pelo governo, a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Santa Catarina acabou assumindo esse papel.

Tudo parecia ir bem. A filosofia do movimento, as suas diretrizes, os seus projetos, tudo estava em sintonia com as perspectivas do governo para os anos seguintes. Políticas do MDA, como a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (PNATER), complementavam as ações do projeto “Alimentos bons, limpos e justos”. Porém,

¹¹⁴ “MDA faz parceria com *Slow Food* para promover produção sustentável”. Publicado a: 23 de julho de 2015. Disponível em: <http://www.slowfoodbrasil.com/textos/noticias-slow-food/982-mdafaz-parceria-com-slow-food-para-promover-producao-sustentavel>. Acesso a: 10 agosto 2018

¹¹⁵ Entrevista concedida à autora por Marcelo de Podestá, em janeiro de 2019.

na hora que o projeto foi aprovado, começou, caiu uma parcela, acho de setecentos mil.... Era um projeto de quase quatro milhões de reais. E já começa a coisa a ficar estranha no governo e aí, tem a destituição do governo. A gente ficou quase um ano nessa renegociação política, sem saber como ia dar continuação.¹¹⁶

Deu-se a destituição do governo de Dilma Rousseff. Entra-se então numa nova fase e sob novo governo: o governo do Presidente Michel Temer. O MDA dissolve-se e todas as pessoas com quem a Associação havia trabalhado até então enquanto interlocutores dentro do Ministério são exonerados.

Sem recurso para dar continuidade aos projetos junto das comunidades, o núcleo forte do movimento no Brasil procurou alternativas. A única que não se apresentava viável era ficar parado após tantas expectativas, investimento humano e de já alguns resultados na prática. O cronograma de atividades foi imediatamente alterado e começou a fazer-se um trabalho mais de *BackOffice*. O que haveria para ser resolvido entre quatro paredes? Na verdade, indicações de produtos para a *Arca do Gosto*¹¹⁷ permaneciam estagnadas, sem informação que as fundamentasse, nem mesmo equipe suficiente e com tempo para se dedicar a esse trabalho. No fim de quatro meses, e com o empenho de cerca de cinco facilitadores, o catálogo de produtos da biodiversidade brasileira passou de 70 produtos para 200.

A renegociação durou cerca de um ano e, nessa altura o cronograma foi restabelecido. A ansiedade dominava entre os membros do *Slow Food* com ligação direta à gestão do projeto. Uma incerteza, mas ao mesmo tempo, uma esperança: ‘Vai cair mais uma parcela, vai cair!’, torciam eles.

O trabalho foi retomado. A relação entre a Associação e o governo continuou através da articulação de representantes do *Slow Food* que, de alguma forma, conseguiram indicações de pessoas, dentro do governo, com as quais seria possível estabelecer um diálogo. De certa maneira, atores-ponte entre as problemáticas afetas à agricultura familiar e o processo de formulação político.

Entre o sem número de projetos cortados, o “Alimentos bons, limpos e justos” resistiu. Qual seria o motivo para tal fenômeno tão surpreendente, face ao viés neoliberal do novo governo? O projeto voltava-se especificamente para o universo da agricultura familiar. Abordava temáticas como comercialização, mercado, formação de jovens. E sobre tal questão, não parecia existir nenhuma perspectiva colocada sobre o projeto de governo.

¹¹⁶ Entrevista concedida à autora por Marcelo de Podestá, em janeiro de 2019.

¹¹⁷ A Arca do Gosto é um projeto que consiste na “identificação e catalogação de alimentos que compõem a sócio-biodiversidade e as tradições alimentares locais e que estão ameaçados pela padronização alimentar, agricultura industrial e degradação ambiental” (MAKUTA, 2018, p. 53).

Apoiar as atividades rurais, de produção de alimentos, apresenta grande importância para a promoção da Segurança Alimentar e Nutricional a nível local e nacional. A agricultura familiar do Brasil é a oitava maior produtora de alimentos a nível mundial e responsável pela renda de cerca de 70% dos brasileiros ocupados no campo.

No entanto, o governo não iria deixar passar tudo a que o projeto se propunha. Garantiram a continuidade da intervenção do movimento, mas sobre novos moldes. O projeto foi renegociado, os relatórios reestruturados e o controle sobre os projetos mais apertado.

Na época o secretário da SEAD foi para o *Terra Madre*, o Carlo Petrini recebeu-o lá. O tio dele é italiano, mora na Itália, de Torino, super fã do *Slow Food*. Então o cara voltou de lá, tava super animado. Na reunião que a gente fez com ele, o pessoal fez a manifestação contra o golpe, no meio da nossa reunião. Isso gerou um conflito complicado, assim de quase abrirem mão de tudo. Mas aí foi continuando...¹¹⁸

A experiência prática derivada do contato mais próximo com a Associação Internacional e com referências de pessoas de confiança sugere formar um quadro de aceitação maior. Neste caso, o envolvimento direto do secretário da SEAD com o evento do *Slow Food* em Itália e a sua ligação afetiva com alguém admirador dos projetos do movimento, gerou um novo olhar nesse representante do poder político, facilitando a continuidade do apoio ao projeto.

Em dezembro de 2017, um novo infortúnio atingiu o projeto. Sem repasse de recurso, devido ao atraso da Secretaria Especial da Agricultura Familiar e Desenvolvimento Agrário do governo federal, não havia forma de dar seguimento às ações. E, então, mais uma vez, as atividades foram interrompidas e a dinâmica do projeto comprometida. Pouco se sabe dos efeitos que resultaram desse constrangimento, principalmente sobre a relação com os povos e as comunidades.

Tentando solucionar o problema, o *Slow Food* Brasil procedeu a alterações radicais sobre o projeto inicial. Dessa forma, quando iniciou o ano 2018, a esperança foi retomada. Graças ao repasse de parte do financiamento, as atividades voltaram a desenvolver-se. Dado os limites impostos pela redução dos recursos inicialmente previstos, foi dada prioridade ao trabalho até então desenvolvido com os agricultores, com os quais se tinham construído vínculos de confiança.

Chegado a meio desse ano, o projeto finalizou definitivamente. Apesar de todos os percalços do caminho, Marcelo considerou o resultado muito positivo. Para ele, a presença do grupo de membros das *Fortalezas* Brasil no *Terra Madre* 2018, em Itália, foi o maior resultado.

¹¹⁸ Entrevista concedida à autora por Marcelo de Podestá, em janeiro de 2019.

Sobre a experiência vivida durante esses dois anos no seio da Associação *Slow Food* Brasil, restam algumas reflexões. Resumidamente, todas as expectativas foram colocadas sobre um projeto de governo. A sua destituição não poderia ter sido prevista. Contudo, depositar num *outro* ator toda a responsabilidade sobre a sustentabilidade do projeto, comprometeu seriamente o seu resultado.

4. A ‘politização’ de um movimento (a)político.

Quando aconteceu a destituição do governo Dilma, em 2016, um processo interessante aconteceu dentro de um movimento que, supostamente, agia politicamente e posicionava-se face às desigualdades do sistema: enfim, a politização do movimento *Slow Food* Brasil.

Nesse momento político, foi inevitável que a discussão política presente em qualquer espaço da sociedade, não adentrasse nos encontros dos membros. No entanto, o que não era esperado foi o que sucedeu: a polarização no interior dos próprios grupos locais e o consequente afastamento de membros.

A gente se deu conta do tanto que era heterogêneo o nosso grupo e a gente nem imaginava. A gente talvez ficava achando que todo o mundo, só porque acha que o alimento tem de ser ‘bom, limpo e justo’ era de esquerda. E a gente viu que não. Muita gente saiu mesmo.¹¹⁹

Um mal-estar ocupou os grupos e as relações. Mas, perante tal situação, parece que o movimento despertou para algo que, até então, tinha passado despercebido: ele nunca se havia posicionado publicamente enquanto ator político fortemente consolidado.

Posteriormente, já no contexto do governo de Michel Temer, começou a viver-se um momento complexo de dilemas no interior da Associação. A prestação de relatórios de atividades poderia mais comprometer do que proteger as causas dos seus projetos, perante uma arena política caracterizada pela corrupção, pelos *lobbies* do agronegócio e da indústria alimentar, pela própria bancada ruralista presente no Congresso. Por exemplo, passar informações sobre a identificação e o registro de sementes crioulas, colocaria em risco os povos que, historicamente fragilizados, procuram preservar tais riquezas raras. O movimento confronta-se com esse dilema ético, que o faz voltar-se para si e para a sua essência, e perceber que, acima dos cumprimentos do acordo, estavam as pessoas com quem trabalhavam e as causas que defendiam.

¹¹⁹ Entrevista concedida à autora por Marcelo de Podestá, em janeiro de 2019.

A experiência política que a sociedade estava passando fez emergir um movimento mais politizado, mais sólido e consciente da necessidade de se manifestar sobre algumas temáticas. Foi criada uma ala do *Slow Food* Brasil chamada de *Levante*, na qual, ao modo dos grupos de trabalho, constitui um espaço para discussão e aprofundamento da questão política. Daí surgiram também as cartas abertas e os manifestos, instrumentos recorrentemente publicados até hoje, nos quais o *Slow Food* se posiciona publicamente. São exemplos recentes a carta à rede *Slow Food* Brasil sobre o segundo turno das eleições presidenciais ou a nota da Associação *Slow Food* do Brasil publicada sobre a extinção do CONSEA, e a participação em campanhas como a plataforma de denúncia ao Pacote de Veneno, intitulada de #ChegaDeAgrotóxicos, em união com outras organizações nacionais.¹²⁰

5. A organização interna do movimento: nem à mesa a gente se entende.

A capacidade de organização e mobilização do movimento nacional ou mesmo nos grupos locais revela-se como a maior dificuldade do *Slow Food* Brasil, confirmada por diversos interceptores. As diferenças notórias de região para região influenciam nitidamente a dinâmica atuante do movimento. Contudo, não são esses os desafios mais preocupantes, pois também o Brasil é grandemente sócio e biodiverso. Para um dos jovens *Slow Food* no Brasil, o que verdadeiramente se observa tanto nacional como internacionalmente, são as falhas da associação no que se refere à capacidade de organização interna.¹²¹

Das entrevistas e das interações com membros *Slow Food* nos diversos eventos percebe-se uma dinâmica organizacional interna fortemente suportada sobre pessoas específicas, que pelo engajamento, compromisso e confiança na potencialidade do movimento tomam como pessoais a responsabilidade de ‘fazer acontecer’. Se essas determinadas pessoas não estão presentes, o entusiasmo esmorece e as ações caem no vazio: “Enquanto eu vou lá, enquanto tem um projeto, a coisa vai mobilizando, vai acontecendo”.¹²²

¹²⁰ Em artigo recente publicado no site oficial do *Slow Food* Brasil, o movimento registra este momento de politização e amadurecimento interno que, segundo Gabriella Pieroni, ativista do *Levante Slow Food* Brasil, “não se fez de um dia ao outro. É fruto do esforço de diversos grupos que vêm articulando as pautas internacionais do *Slow Food* aos desafios peculiares à promoção do alimento bom, limpo e justo num dos países mais desiguais do mundo” e, ainda, do “árido trabalho coletivo” realizado a partir das oportunidades que as divergências pronunciadas por uma ampla e heterogênea rede de membros *Slow Food* tem proporcionado. Artigo disponível em: <<http://www.slowfoodbrasil.com/textos/noticias-slow-food/1470-ativismo-posicionamento-politico-e-democracia-rede-slow-food-brasil-embarca-no-trem-da-historia>>. Acesso em: 10 de novembro 2018.

¹²¹ Jovem do grupo SYFN Brasil, presente no Congresso Espanhol de Sociologia da Alimentação, setembro 2018, em Gijón/Espanha.

¹²² Entrevista concedida à autora por Marcelo de Podestá, em janeiro de 2019.

Apesar do *Slow Food* ter superado, de certa forma, a crítica de movimento elitista, ao incorporar uma visão ética sobre o alimento, essa lógica ainda é perpetuada no contexto italiano. Não só pelo tipo de eventos associados ao alimento *gourmet* e de acesso exclusivo a alguns dos membros, como também a própria aproximação de grupos privados como a *Lavazza* ou o *Eataly*, ou ainda o próprio modelo de feira gastronômica realizada, por anos, em Itália. Assim, apesar de se demonstrar como uma associação forte a nível internacional, as contradições observadas deixam falhas abertas sobre a capacidade de construção de uma rede de posicionamento forte.

Essa eticização levou ainda o próprio agricultor a um patamar bem elevado de importância dentro do *Slow Food*, como se todos os membros desse grupo eclético de associados fossem colocados no mesmo pé de igualdade, num processo de horizontalização. Percebemos a perpetuação do mito do consumidor e da soberania, que dissemina a ideia de sujeitos com igualdade de acesso e oportunidades e garantia universal ao alimento em quantidade e qualidade, como nos mostrou Lang (1999). Esse é, todavia, dentro do *Slow Food*, um ideal apenas utópico, pois *chef* e agricultor continuam em níveis de acesso totalmente distintos.

Em fórum de discussão no contexto do *Terra Madre* 2018, com temática focada nos danos que o solo tem sofrido em decorrência do uso de fertilizantes, do sistema de monocultura e do uso de sementes de alto rendimento, François Mulet¹²³, apontou a necessidade de, um ator internacional como *Slow Food*, preocupar-se em aprofundar temáticas como esta, historicamente relegadas ao campo da investigação científica, que precisam de visibilidade e um entendimento maior da população. Para Mulet, não basta sensibilizar ou propagar uma ideologia sem fundamentar. Ampliar as possibilidades de mudança do sistema agroalimentar implica dar acesso a informação fundamentada a todas as camadas sociais, e não apenas a grupos privilegiados. Os argumentos precisam ultrapassar a superficialidade.

Tanto a nível nacional como local, dá-se a entender que uma ‘atitude paternalista’ permeia o movimento. Isto é, que os seus membros são preservados não a partir da lógica de empoderamento, como protagonistas da mudança que querem provocar, mas pela lógica da dependência, sem que as próprias ações sejam propostas e geradas autonomamente. O próprio personalismo é condição para a acomodação e ausência de proatividade sobre dinâmica no grupo. Os convívios, por exemplo, parecem não ter uma clareza muito forte sobre como atuar

¹²³ François Mulet é membro fundador da Associação Maraîchage Sol Vivant, na França.

localmente, de que forma podem apoiar as comunidades *Slow Food* próximas ou gerar mecanismos que abram canais às compras locais.

Eu vejo que as pessoas são muito perdidas. Tem pessoas que estão no movimento há dez, quinze anos, mas não sabem direito como é o processo de uma *fortaleza*, inclusive produtores.¹²⁴

Outro ponto que o entrevistado refere é a falta de noção clara dos próprios associados sobre os projetos, campanhas, eventos, inclusive filosofia e metodologias do movimento. Está claro que Marcelo se refere mais aos próprios membros dos convívios da cidade. Não tanto aos produtores. Mas, na verdade, a forma de comunicar do *Slow Food* não facilita tal aprendizado. Nomes de projetos como *Fortaleza*, *Arca do Gosto* ou *Mercado da Terra*, traduzidos literalmente da língua italiana, não permitem a compreensão imediata sobre do que tratam na prática. Através da leitura dos documentos e cartilhas do movimento, reconhece-se a complexidade de entendimento da própria estrutura organizacional internacional e nacional, do modo como os projetos se realizam na prática. Como uma tenda que abriga muitas problemáticas, não existe uma clara ideia sobre as prioridades de cada contexto ou do modo como agir em distintas situações.

Talvez pelo fato de pessoas específicas serem os pilares que sustentam o movimento, pela atitude paternalista ou ainda pela dificuldade em comunicar e congregar fiéis membros, derive a dificuldade na criação de um processo de representatividade, a partir do qual se identificariam líderes responsáveis por trazer inquietações, percepções e demandas de cada grupo do movimento: dos jovens *Slow Food*, dos *chefs Slow Food*, das *Fortalezas* e dos convívios.

Ainda que o movimento funcione numa lógica de base, dar espaço para que as vozes dos produtores, agricultores, povos e comunidades tradicionais, ressoem e impactem no espaço político decisório é a forma mais direta de conhecer as reais situações que afligem estas atividades e populações no Brasil.

6. O ativismo *Slow Food*: um movimento com ou sem ‘movimento’?

Segundo Marcelo de Podestá, da Associação *Slow Food* Brasil, apesar do movimento ganhar no ano 2013 o estatuto de associação nacional, o seu caráter é, principalmente, funcional, pois “o movimento é que é o forte, que é o foco”.¹²⁵

¹²⁴ Entrevista concedida à autora por Marcelo de Podestá, em janeiro de 2019.

¹²⁵ Entrevista concedida à autora por Marcelo de Podestá, em janeiro de 2019.

Em outros espaços e sobre outras perspectivas confrontadas, o *Slow Food* não pode ser considerado um movimento social, naquilo que tradicionalmente tal implica, mas sim uma organização, pois em diferentes contextos assume diferentes comportamentos. Segundo essa perspectiva, o *Slow Food* representa uma pequena parte da prática política alimentar, um pensamento ideológico proveniente de Itália e que por coincidência encontrou identificação em outros países da Europa, mas sem capacidade de representar o todo. O próprio acordo de Cooperação entre os governos e o *Slow Food* representa isso, sendo um acordo não usual.¹²⁶

Como vimos em Gohn (2008) e Touraine (1992; 1989), o movimento, ainda que assuma formas distintas de se organizar, procura expressar claramente as suas inquietações e lutar por direitos. Daí a preferência histórica em manifestar-se publicamente, procurando estabelecer uma relação com a força política, mas sem que tal assuma representatividade. Ao *Slow Food*, a designação de ‘movimento’ parece assumir da mesma forma o caráter de ‘mover para a mudança’, de ‘impulso interior’ ou ‘dinamismo’, mas sob diferentes formas de o transmitir.

A reflexão teórica que Gohn (2008; 2011) nos oferece retrata a dinâmica dos movimentos sociais e das redes de movimentos a partir das ações de pressão política, da capacidade propositiva desses coletivos, das ações de boicote ou da disposição para estabelecer parcerias. Ainda que a incapacidade de mobilização e organização percebida pelos entrevistados no movimento *Slow Food* Brasil afete as iniciativas do movimento, outros fatores podem ser detectados.

Primeiro, a organização internacional do movimento demonstra preferência por ações de conscientização, educação alimentar, apoio a pequenos produtores ou projetos de consumo ‘alternativo’. Ações convencionais como protestos e manifestações de caráter revolucionário do sistema não assumem papel significativo, pelo menos em contexto brasileiro. Foi na época da destituição do governo Dilma que, como vimos, a politização do movimento se fortaleceu, sob a nova percepção do necessário posicionamento, ao representar a causa e os problemas dos agricultores familiares.

Ainda que o processo de cooperação com o governo tenha originado uma difícil situação, tal não deve descredibilizar ou colocar em causa o papel do poder público enquanto garante do Direito à Alimentação e promotor de políticas de Segurança Alimentar e Nutricional. Depositar a confiança de ações coletivas sobre a capacidade dos consumidores gerarem mudanças políticas, tal como percebido pela participação no encontro da Rede de

¹²⁶ Percepções derivadas das conferências, comunicações e conversas informais ocorridas no contexto do Congresso Espanhol de Sociologia da Alimentação, 2018.

Jovens do *Slow Food* da América Latina (SFYN)¹²⁷, em Turim, durante o Terra Madre 2018, torna-se um processo em que expectativas e resultados passam a depender novamente de um terceiro ator.

Essa lógica de estímulo ao consumo político do cidadão está também bastante presente nos documentos do movimento, no qual se procura relacionar a ação coletiva com o comportamento individual, sendo a organização em coletividade influente sobre o processo reflexivo do sujeito-consumidor. Chamar de coprodutor ao consumidor de produtos *Slow Food* responsabiliza esse sujeito, mais informado e consciente após contacto com o movimento, pelas suas escolhas alimentares e o impacto que podem gerar no sistema de produção alimentar. O movimento estimula o consumidor a diversas práticas políticas alimentares, como as exemplificadas por Portilho (2018), que vão desde o consumo de alimentos orgânicos ou de empresas com boas práticas, ao boicote de outros. Será que o ativismo do *Slow Food* é fortalecido pelas práticas alimentares politizadas dos ‘seus’ consumidores?

Nesse encontro da rede SFYN, problemas como mudanças climáticas, acesso à terra, acesso a conhecimento alimentar fiável, dominação da indústria alimentar, agronegócio, dificuldade de acesso ao alimento da agricultura familiar nas cidades, desencantamento dos jovens pelo rural ou permissão alargada do uso de agrotóxicos pela própria legislação, foram apontados pelos jovens *Slow Food* presentes no encontro como os mais urgentes no contexto latino-americano. No entanto, as soluções por si encontradas enquadraram-se numa lógica sobre a qual o poder público não exerceria responsabilidade em responder a esses problemas. Ou seja, estratégias de atuação que não implicavam a afetação ou pressão sobre políticas públicas alimentares e nutricionais de forma direta.

Percebe-se a preferência por ações coletivas de conscientização e sensibilização, tanto dos consumidores quanto dos produtores, tendo como pressuposto que, a longo prazo, tais ações poderão gerar efeitos nas políticas públicas alimentares de cada país.

Foi fortemente destacada a dificuldade de acesso ao alimento “bom, limpo e justo” no sentido de ser um alimento difícil de encontrar nos meios urbanos e não tanto pela via da dificuldade econômica de acesso, o que na verdade ainda se compreende como das maiores problemáticas afetas à segurança alimentar no Brasil.

¹²⁷ A Rede Jovem *Slow Food* (*Slow Food Youth Network* – SFYN) foi criada em 2007 e reúne jovens com menos de 30 anos que se envolvem ativamente no debate público sobre as questões alimentares atuais, procurando formas atrativas e diferentes de apresentar aos jovens não só o mundo da gastronomia como também o mundo da agricultura.

Daí a importância de, para além da conscientização, investir em ações de denúncia e pressão política direta, de participação em Conselhos e em redes de movimentos e organizações da sociedade civil.

Em segundo lugar, a criminalização dos movimentos sociais com atitudes mais propositivas e de tumulto em espaço público tornou-se uma prática recente comum. Vive-se um momento delicado de ameaças de direitos e polarização da própria sociedade, no qual se experiencia o medo da violência. Até mesmo neste campo se observam diferenças entre o Brasil e países europeus ou norte-americanos em que ações de denúncia e pressão encontram um espaço protegido de atuação, onde o ativismo é tutelado e, inclusive, incentivado.

Um terceiro motivo encontra-se na situação inédita do acordo entre movimento social e governo. Ao pressupor-se um trabalho conjunto, de parceria, ações de discordância, essenciais ao processo político democrático, são evitadas no sentido de preservar as vantagens econômicas advindas do acordo. O *Slow Food* encontrou um ambiente confortável de intervir. Esse fenômeno encontra-se integrado à estratégia política do governo Lula, em que ocorreu a incorporação das pautas de demais movimentos sociais pelo poder público, numa lógica de apoio de cima para baixo, e o consequente acoplamento e acomodamento desses movimentos às condições apresentadas.

A cooperação orgânica entre esses dois atores limitou a visibilidade do *Slow Food* e a sua adaptação real ao contexto sociopolítico brasileiro. Para além de viver um ideal de possibilidades que rapidamente foi desmascarado com a mudança de representantes políticos, até então a sua atuação alinhada às políticas do governo impediu que os seus resultados fossem amplamente reconhecidos.

Situações de dependência financeira das organizações colocam-nas em situações eticamente desafiantes. Isto é, ou se aproximam de atores poderosos, dando visibilidade e reconhecimento a certas pessoas de poder, ou se arriscam a não obter financiamento para os projetos, muitas vezes voltados para o atendimento a populações em condições de vulnerabilidade, como acontece em Moçambique, de acordo com um participante do *Terra Madre* 2018.

Por outro lado, há casos em que se percebe a capacidade do movimento em atuar em rede e fazer pressão política, como o seguinte exemplo de *lobby* legislativo. Quando a Associação *Slow Food* Brasil foi criada, o movimento recebeu uma força revitalizadora, da qual surgiram novas iniciativas e formas de organização, como temos percebido até ao momento. São exemplos os Grupos de Trabalho (GT) vocacionados ao aprofundamento de

temáticas alimentares específicas. O GT de Queijos Artesanais e de Leite Cru, nascido em um dos *Terra Madre*, abriu as portas para o GT Mandioca, o GT Abelhas nativas, entre outros. O objetivo seria ter por trás de cada ação um grupo de trabalho a pesquisar e aprofundar sobre a problemática em questão, a garantir a segurança dos produtos para a alimentação humana e a fundamentar campanhas e eventos. Um leque diversificado de membros como, pesquisadores, produtores, profissionais do setor, gastrônomos e ativistas, investem estudo e debate nesse sentido.

Um dos grupos mais fortes que, segundo um dos jovens *Slow Food* Brasil, tem uma forte intervenção direta sobre as políticas públicas alimentares é o Grupo de Trabalho sobre Queijos Artesanais.¹²⁸

A defesa do queijo artesanal de leite cru é uma das grandes campanhas do movimento a nível internacional. Assenta no desejo de preservação das técnicas tradicionais de produção de queijo, localizadas principalmente em regiões rurais, ofuscadas pela dinâmica urbana da sociedade moderna e de difícil acesso à população no geral. Não só no Brasil a legislação para a produção de queijo artesanal é inadequada. Países como França ou Itália enfrentam semelhantes contradições e desafios, em que queijos artesanais são produzidos de forma industrial ou pequenos produtores desistem da própria produção, devido aos elevados custos das práticas exigidas por legislação, como condição para o acesso ao mercado comercial.

Segundo o *Slow Food* Brasil,

os poucos produtores “legalizados” em geral se tornam especializados; graças aos preços mais elevados e ao acesso, ainda que parcial, à venda direta conseguem uma evidente melhora sob o ponto de vista material. A especialização, no entanto, os torna mais vulneráveis às oscilações do mercado; além disso são levados a abandonar, por conta do aumento da produção, um modo de viver e produzir mais sustentável, em que as hortas e pequenas criações de animais na propriedade complementavam a produção de queijo e forneciam o alimento cotidiano, contribuindo para a segurança alimentar e nutricional da família. O produtor especializado perde assim a autossuficiência alimentar, tornando-se consumidor do comércio convencional, o que muda seu perfil em relação ao produtor familiar tradicional (*Slow Food* Brasil, 2018).¹²⁹

Essa legislação aborda a questão do queijo de leite cru como algo quase nocivo. Por isso atualmente, no Brasil, mais do que adequar a legislação, percebe-se a necessidade de fazer um trabalho de fundo e investir sobre pesquisa que dê novas bases de conhecimento a tais políticas desconectadas da experiência artesanal de produção.

¹²⁸ Jovem do grupo SYFN Brasil, presente no Congresso Espanhol de Sociologia da Alimentação, setembro 2018, em Gijón/Espanha.

¹²⁹ ‘Queijos artesanais de leite cru – podemos falar de avanços?’ Publicado em 17 junho 2018. Disponível em: <https://www.slowfoodbrasil.com/textos/queijos-artesanais/1437-queijos-artesanais-de-leite-cru-podemos-falar-de-avancos>. Acesso em: 11 agosto 2018.

Em face dessa legislação que exigia do queijo para venda o mínimo de 60 dias de maturação, um grupo de produtores da região do Serro conseguiu, por meio da mobilização junto do IPHAN – Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, no sentido de registrar o modo artesanal de fazer queijo de Minas, o reconhecimento deste queijo como Patrimônio Nacional e o seguinte acréscimo à lei: caso seja apresentado algum estudo científico que comprove a não existência de riscos do queijo com um tempo de maturação inferior a 60 dias, e cumpridas certas condições como a utilização de água potável ou boas práticas de ordenha, ele pode ser comercializado. Foi a partir daí, mas sempre dependente de pesquisa universitária ou privada para comprovação da sua inocuidade, que se conquistou a redução do tempo de maturação do queijo da Canastra de 60 dias para cerca de 27 e do queijo do Serro de 60 para mais ou menos 21 dias.

Nesse momento algumas pessoas do *Slow Food* já estavam presentes e dali decidiu-se criar esse Grupo de Trabalho dos queijos artesanais para poder organizar um pouco do que é a campanha do *Slow Food* no Brasil, mas também, com as próprias pernas, criar os mecanismos para fazer pressão política e trabalhar junto aos produtores.¹³⁰

No entanto a polêmica em torno do leite cru permanece. Por exemplo, em agosto de 2016, foi emitido pela Vigilância Sanitária do Estado de Santa Catarina um alerta sobre os riscos de consumo de derivados lácteos obtidos a partir de leite cru e asseverando a necessidade e obrigação da pasteurização do leite para evitar situações de contaminação. A Associação *Slow Food* Brasil discordou publicamente de tais afirmações e pediu o esclarecimento correto dos consumidores, fundamentando-se na legislação já alterada. Invocações desse tipo denigrem a imagem dos produtos artesanais de qualidade e criam uma ideia incorreta sobre os mesmos aos consumidores.

Em 2011, quando o Grupo de Trabalho sobre Queijos Artesanais de Leite Cru do *Slow Food* foi criado, a pauta voltava-se essencialmente à defesa do “queijo de leite cru como alimento seguro, a legislação, a comercialização, o reconhecimento da qualidade gastronômica, e os aspectos culturais da produção artesanal – gosto, modos de fazer e de ser” (*Slow Food* Brasil, 2018)¹³¹. As grandes conquistas desse GT para a dinâmica de pressão política e valorização da cadeia produtiva do queijo artesanal de leite cru foram dois seminários. Um aconteceu na cidade de Fortaleza, momento em que o grupo foi criado, e outro em Porto Alegre, na qual se criou o prêmio ‘Queijo Brasil’, que concede medalhas aos

¹³⁰ Entrevista concedida à autora por Marcelo de Podestá, em janeiro de 2019.

¹³¹ ‘Queijos artesanais de leite cru – podemos falar de avanços?’ Publicado em 17 junho 2018. Disponível em: <https://www.slowfoodbrasil.com/textos/queijos-artesanais/1437-queijos-artesanais-de-leite-cru-podemos-falar-de-avancos>. Acesso em: 11 agosto 2018.

queijos artesanais. Contudo, “hoje a coisa está um pouco mais calma, digamos assim, o grupo está um pouco mais dissolvido”.¹³²

O *lobby* legislativo sob a temática dos queijos artesanais de leite cru representa a relação de conflito entre o *Slow Food* e o poder público. Um conflito necessário, pois é da relação de forças entre esses atores que resultam novas regras comunicativas e, portanto, mudanças políticas. Relações de cooperação são também possíveis entre esses atores. Mas, como temos percebido, cuidados prévios precisam ser assumidos para não serem corridos riscos de danos irreversíveis.

7. Uma filosofia italiana em solo brasileiro.

Relativamente aos povos e comunidades tradicionais com os quais o *Slow Food* Brasil desenvolve projetos, tais como indígenas, quilombolas, gerazeiros, veredeiros, sertanejos e ribeirinhos, devido aos entendimentos diferentes sobre as suas atividades laborais, perspectivas diferentes sobre estar, ser e ver o mundo, parece não ser simples a identificação imediata com tais nomenclaturas e formas de fazer.

Estes povos, que fazem uso da riqueza dos biomas para se alimentarem, gerar a própria renda, construir utensílios, ferramentas, artesanato ou remédios, enfrentam, infelizmente, muitos desafios.

O acesso e adequação ao mercado consumidor é uma das maiores dificuldades apresentadas não só pelos pequenos produtores e agricultores familiares, como também pelos empreendimentos sociais, como cooperativas, dedicadas ao trabalho com os frutos do Cerrado (pequi, umbu, coquinho azedo, entre outros). Quando se fala de acesso e adequação ao mercado consumidor implica garantir que todas as fases do processo de produção, desde a coleta à distribuição, sejam não só viáveis como realizadas segundo procedimentos que garantam a chegada de um alimento de qualidade à mesa do consumidor. Isso implica, por exemplo, o acesso a equipamentos, financiamento e conhecimento técnico, além do conhecimento tradicional já possuído. Estará o agricultor familiar preparado para responder a essas exigências?

A gente trabalha com as quebradeiras de côco, que a energia chegou agora. Peguemos a região da Chapada Gaúcha. Como vocês visam um certificado digital para uma pessoa poder comercializar um produto se ela não teve oportunidades de educação de qualidade, não teve inclusão digital, não tem energia e você exige que a pessoa tenha um certificado digital para comercializar? Como você transforma culturalmente ou influencia culturalmente uma família que vivia no mato, com todas

¹³² Entrevista concedida à autora por Marcelo de Podestá, em janeiro de 2019.

as suas virtudes, vamos dizer assim, do modo tradicional de se viver. Mas a gente lida com famílias que não têm banheiro dentro de casa. Como vocês exigem uma indústria com banheiro masculino e feminino? Têm famílias que não têm acesso à água. E é exigida água potável para essas indústrias. A água potável é importantíssima. Tem que se trabalhar. Mas o que eu estou dizendo é que muitas vezes se exige do agricultor coisas que na minha visão não é para todo o agricultor.¹³³

Por isso não podemos comparar o agricultor italiano ou europeu com o agricultor ou produtor brasileiro. Um agricultor que antes de pensar na embalagem do seu produto, convive com uma complexa realidade, onde tem de fazer face à falta de água, à destruição dos biomas e à grilagem de terras, preocupar-se em alimentar a sua própria família ou nos suprimentos necessários para o cuidado dos animais.

O contexto agroalimentar brasileiro é cheio de adversidades, tanto para os produtores como para os consumidores e, por isso, para as próprias aspirações do *Slow Food*. Uma cadeia de reconhecimento poderia ser gerada, por exemplo, pela criação de mercados alternativos nas cidades ou acesso à venda em superfícies comerciais alimentares. Mas como garantir um fornecimento regular que responda às exigências dos consumidores face aos inúmeros obstáculos à produção? Com ou sem uma rede de consumidores conscientes, o acesso a esse tipo de produtos, ‘bons, limpos e justos’, ainda é muito incerto. Tanto pela dificuldade de acesso quanto de disponibilidade econômica, agravantes do estado de desigualdade social no Brasil.

Em Itália é perceptível a existência de uma cadeia de valor reconhecida. O movimento é tão valorizado nesse país que os produtos com selo¹³⁴ ou estabelecimentos comerciais com indicação *Slow Food* tornam-se apreciados e procurados pela população. A organização de feiras e eventos como o *Terra Madre*, oportunizados pelo *Slow Food*, oferecem da mesma forma um reconhecimento aos produtores e produtos que expõem nesses espaços, onde os chamados consumidores conscientes gostam de acessar. O selo funciona como uma certificação informal que, para além dos ganhos econômicos essenciais à autossustentabilidade dos produtores, gera um processo de reconhecimento pessoal e valorização crescente do seu trabalho.

¹³³ Trecho da fala de Luis Carraza, da cooperativa ‘Central do Cerrado’, no Seminário ‘Frutos do Cerrado’, em 08 de novembro de 2018, assistida e gravada pela autora.

¹³⁴ Um selo de uma *Fortaleza Slow Food*, conceptualmente, transmite a ideia de um alimento ‘bom, limpo e justo’, de um produto de qualidade excepcional. Relaciona-se com a origem geográfica (certificação de Denominação de Origem), com práticas ‘limpas’ de produção, isto é, sem agrotóxicos (certificação de Orgânico); e com práticas de comércio justo (certificação de *fair trade*).

O *Slow Food*, neste caso, funciona criando os seus próprios mercados, não negligenciando critérios higiênico-sanitários mas, ainda, previligiando as qualidades organolépticas dos alimentos. O seu próprio selo funciona como uma garantia de qualidade e segurança ao consumidor e, dessa forma, os produtores vêm a entrada dos seus produtos no sistema comercial de forma mais facilitada, pela via dos mercados alternativos, inclusive no mercado externo.

Com a extinção do MDA reduziram também as oportunidades de participação em eventos e feiras que as entidades representantes dos produtores e agricultores participavam. Eram espaços importantes de encontro com empresas e organizações, para o estabelecimento de parcerias tanto para apoio técnico quanto de abertura a novos mercados de comercialização. O *Terra Madre* é um dos exemplos que abre oportunidades a estes grupos de produtores.

E aí também nós participamos, em 2004, no *Terra Madre*, lá na Itália, com a *Fortaleza Umbu* e de lá já nasceram novos contatos e também algumas exportações dos nossos produtos de umbu.¹³⁵

Mas lá, no mundo ocidental, cadeias de reconhecimento são mais facilmente construídas, pois *Fortalezas* têm também mais facilidade em obter financiamento. Seja do governo de Itália, da Fundação ou da União Europeia, algum apoio fará com que os seus produtos cheguem a tempo e em quantidade suficiente ao mercado consumidor.

Dessa forma, ainda que os projetos *Slow Food* Internacional sejam radiados para toda a sua rede no mundo, está claro que “o quilômetro zero na Itália corresponde ao quilômetro 200 no Brasil”. Não seria assim possível a implementação dos projetos ao estilo “*copy/paste*”. Optou-se, portanto, pela relativização dessas metodologias e pela criação de algo que fosse mais condizente com a realidade brasileira.

E a realidade brasileira, para além de todas as contrariedades que apresenta atualmente, carrega com um passado histórico colonial com efeitos importantes no sistema agroalimentar. Por isso não é simples falar de preservação da cultura tradicional. Os próprios alimentos cultivados hoje não são os alimentos nativos, capazes de se desenvolver naturalmente nas condições ambientais e características do solo brasileiro, nem as próprias práticas agrícolas as mais adequadas.

¹³⁵ Trecho da fala de José Rodrigues Cardoso, da cooperativa COOPERCUC, no Seminário ‘Frutos do Cerrado’, em 08 de novembro de 2018, assistida e gravada pela autora.

Atualmente, o Brasil é considerado o segundo maior produtor de transgênicos do mundo, registrando o plantio crescente desse tipo de alimento, para além dos tipos e dos níveis de uso de agrotóxicos, proibidos em outros países do mundo (BOMBARDI, 2017).

O *Slow Food* promove a preservação da biodiversidade e incentiva à produção artesanal, conscientizando para a alimentação saudável e sustentável. Apesar de toda essa dedicação e da noção clara dos produtores artesanais ou agricultores sobre os malefícios dos venenos ou dos alimentos ultraprocessados para a saúde, é inevitável afirmar que o acesso a produtos industriais facilita a vida da população. No meio urbano ou rural, com uma rotina mais ou menos corrida, conhecendo ou não o prazer de cozinhar, não há discórdia quando se trata de descomplicar processos, economizar tempo e poupar trabalho. Marcelo conta-nos da sua própria experiência enquanto facilitador *Slow Food*:

A gente vai lá numa comunidade que tem algumas pessoas que produzem óleo de macaúba. Super trabalhoso, um processo artesanal bem difícil, mas é um óleo maravilhoso. Você pode cozinhar, você pode pôr na pele, você pode fazer o que você quiser. Eles usam o de macaúba, eles usam a banha de porco e eles usam o óleo de soja. Todos os três. Tem agricultora lá, produtora, que elas falam que tinha época em que elas tinham que quebrar côco de noite, tirar óleo, para fazer comida no dia seguinte, porque ia ter mutirão, ia ter gente trabalhando na horta e tinham que dar comida. (...) Na hora que chega uma garrafinha de óleo de soja que custa dois reais, todo o mundo passa a usar isso também.¹³⁶

No seminário 'Frutos do Cerrado', um grupo de agricultores ainda fica surpreendido, ao ser abordada a temática dos alimentos orgânicos. Cultivar sem veneno seria realmente a vontade deles. Contudo, dadas as condições climáticas, de solo e a escassez de água, certo tipo de cultivo ou de fase do ano exige inevitavelmente o uso desses produtos, evitando a perda das produções. Além disso, o próprio apoio técnico agrícola de extensionistas tradicionais, como é o caso da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (Emater) e outras agências, ainda não despertou para esse tipo de lógica. Ainda que promova a transição agroecológica, certas crenças agrícolas antigas ainda não foram desconstruídas.

Por outro lado, são as contradições existentes no Brasil, principalmente relativas ao agronegócio, às empresas de químicos agrícolas, ao forte setor da indústria de alimentos nacional e estrangeiro, aos constrangimentos da agricultura familiar, à alta desigualdade na distribuição da posse de terra, ao processo político facilmente corruptível e à sociedade de privilégios que cria as condições favoráveis ao ativismo de resistência, pressão e denúncia do *Slow Food*.

¹³⁶ Entrevista concedida à autora por Marcelo de Podestá, em janeiro de 2019.

8. O projeto “Alimentos bons, limpos e justos” a nível local: uma omelete com poucos ovos.

No Norte de Minas Gerais, a *Fortaleza Slow Food* do Pequi é articulada a partir de ações realizadas junto de cooperativas e associações de produtores e extrativistas de pequi, com uma missão principal: trabalhar a comercialização dos produtos derivados do pequi.

As articulações entre comunidades e a participação em feiras, mercados, seminários e congressos constituíram as principais ações realizadas. Nesses espaços, os produtores encontraram a oportunidade de comercializar os seus produtos, a preço justo e procurando obstruir a criação de redes de atravessadores.

Capacitações em comercialização e comunicação estavam previstas, mas na maioria fracassaram devido a desistências dos produtores ou falta de recursos para pagar formadores, deslocamento dos produtores, hospedagem e alimentação.

O deslocamento num território tão extenso dificultou tanto a periodicidade dos encontros quanto a participação e reunião de todo esse grupo que compunha mais de catorze comunidades. Nos raros encontros possíveis de realizar, nunca os representantes dos empreendimentos presentes eram os mesmos que haviam participado do anterior. Com isso, em toda a reunião, a proposta do projeto tinha necessidade de nova explicação.

Até agora, na fase do protocolo, aquele documento que os produtores assinam no final do projeto, havia gente a quem nós ainda precisámos explicar o que era ‘*Slow Food*’.¹³⁷

Mas esse não era o único motivo que exigia a constante exposição do projeto. A forma como esse foi desenhado não encontrou compreensão nem identificação junto dos representantes dos empreendimentos e dos produtores. A forma de comunicar do movimento revelou-se uma fragilidade caso o desejo fosse realmente a conquista de mudanças nas redes de comercialização de produtos da agricultura familiar no Norte de Minas.

Acho que o projeto foi escrito de uma forma que não alcança a linguagem dos agricultores. (...) O projeto está muito engessado. E acho que, por isso, os produtores tiveram muita dificuldade em entender o que era uma comunidade do alimento, o que era uma *Fortaleza*... E até o nome é estrangeiro. Eles tinham vergonha de tentar pronunciar-lo.¹³⁸

Sem conseguir estabelecer uma comunicação clara com os produtores, como vimos em Melucci (2007), a distinção entre significado instrumental e expressivo da ação não aconteceu. Sem a capacidade de transmitir novos códigos, nem produtores nem demais atores

¹³⁷ Entrevista concedida à autora por Larissa Cardoso, em janeiro de 2019. Larissa Cardoso foi interlocutora local do *Slow Food*, em Montes Claros, mediando comunicações e ações entre a Associação e os produtores rurais da *Fortaleza* do Pequi do Norte de Minas.

¹³⁸ Entrevista concedida à autora por Larissa Cardoso, em janeiro de 2019.

inclusos na rede alimentar tiveram acesso a um novo tipo de experiências, que poderiam ter gerado os reais resultados da ação.

Por outro lado, não somente a comunicação encontrou barreiras a nível de desenho de projeto. A comunicação com os facilitadores regionais dificilmente encontraria boa acessibilidade quando uma só pessoa carregava a responsabilidade de apoiar, capacitar e articular inúmeras *Fortalezas* distribuídas por um território imenso. “A equipe era muito reduzida. Tinha *Fortaleza* que nem tinha essa figura que eu fazia, de articuladora”, conta Larissa.¹³⁹

Enquanto os representantes das cooperativas e associações eram variáveis, a quantidade de produtores associados restringiu-se a um número pequeno e a um grupo nunca renovado ao longo do projeto. As oportunidades que o projeto poderia oferecer ficaram limitadas a um reduzido grupo.

A multiplicidade e sobreposição de projetos idênticos num mesmo território, somando-se em número ao invés de força política e social, e a relação deficitária entre movimento e poder público municipal apresentaram-se também como obstáculos. É o caso dos inúmeros projetos em desenvolvimento no Norte de Minas vocacionados ao apoio da agricultura familiar e dos produtores de povos e comunidades tradicionais que constitui, muitas vezes, antes uma barreira no melhoramento das produções e de benefício para a sustentabilidade desses povos, do que um motivo de avanço. Isto deve-se à falta de profissionalização e sintonia entre organizações e movimentos sociais que, separadamente, investem num esforço para ultrapassar os desafios colocados, possíveis de serem amenizados caso o trabalho fosse realizado em cooperação.

Talvez pela dificuldade de comunicação ou pela multiplicidade de entidades num só campo de atuação, o *Slow Food* é, por exemplo, perspectivado pelas cooperativas como um simples ator do mercado, com o papel de abrir e facilitar caminhos para a comercialização dos produtos.

Este parece ter sido o panorama geral dos projetos desenvolvidos com as *Fortalezas* no Brasil, em que poucas ações foram desenvolvidas, e essas poucas aconteceram à custa de muitas dificuldades, sem o cumprimento dos requisitos e metas pretendidas.

No entanto, algo de interessante tem acontecido nesta região, com a participação das associações, cooperativas e do *Slow Food*. Conferindo visibilidade à diversidade de espécies e aos modos tradicionais de produção, a valorização de alimentos e produtos em risco de

¹³⁹ Entrevista concedida à autora por Larissa Cardoso, em janeiro de 2019.

desaparecimento, no uso e na memória, tem acontecido. É o caso do pequi, fruto característico do Cerrado.¹⁴⁰ Antigamente considerado “comida de pobre”, é hoje um ingrediente de presença obrigatória na refeição dos dias festivos, inclusive na mesa dos mais abastados.

Lá em Janpovar, em 2005, já chegou a custar uma caixa de pequi o valor de uma arroba de boi. a gente já fica feliz porque pequi no passado era comida só de pobre. E hoje estamos conseguindo pôr na mesa dos grandes. Não é só no Brasil! Estamos conseguindo pôr pequi lá nos estrangeiros, como se diz. Eu já tive a felicidade de levar pequi lá na Itália.¹⁴¹

No *Terra Madre* 2018, a *Fortaleza* do Pequi do Norte de Minas esteve presente com produtos diversificados feitos a partir desse fruto. São exemplo as barras energéticas de castanha do pequi da produtora Vicentina. Larissa conta sobre o claro processo de redução do açúcar que esta produtora foi fazendo, derivado da conscientização alimentar que os articuladores *Slow Food* têm levado às comunidades e das trocas promovidas entre produtores quando da participação em feiras e seminários.

Pelo que se percebeu no *Terra Madre*, este fenômeno de revalorização do alimento ou dos modos tradicionais de fazer é comum nas histórias de produtores em toda a rede internacional de comunidades *Slow Food*. Em Moçambique ou no Brasil, algo que antes era inútil ou estava em risco de cair em desuso ganha reconhecimento tanto junto dos produtores como dos consumidores. O aumento da diversidade alimentar e a geração de renda para as famílias são alguns dos resultados desse processo. Tal estratégia confere ainda ao movimento maior consideração dos produtores.

Está claro que pontos positivos derivaram dessa articulação entre *Slow Food* e produtores. Contudo, as dificuldades superaram e limitaram o alcance dos resultados esperados para um projeto de dois anos, de tamanha dimensão e investimento humano e financeiro.

Posto isso, é possível considerar que, segundo o tipo de organização em que o *Slow Food* Internacional se insere, a proposta de capacitar produtores e agricultores familiares parece configurar-se como uma tarefa demasiado ambiciosa e até mesmo prepotente, para as capacidades e recursos de que dispõe. É o mesmo que começar a construir uma casa sem as ferramentas necessárias. Talvez em alternativa, articular formas de levar a capacitação a esses produtores, enquanto ator facilitador desse processo, pudesse apresentar-se como tarefa

¹⁴⁰ No Norte de Minas, no ano 2018, é articulada a criação da *Fortaleza Slow Food* do Pequi junto do Núcleo do Pequi, espaço que congrega as diferentes comunidades extrativistas de pequi da região.

¹⁴¹ Trecho da intervenção de agricultor familiar de Lontra, município de Janpovar/MG, no seminário ‘Frutos do Cerrado’, em 08 de novembro de 2018, assistida e gravada pela autora.

possível, em caso de disponibilidade de financiamento adequado e de uma forte rede de parceiros. Uma intervenção com comunidades é uma fonte geradora de expectativas que, não atendidas, provoca mais danos do que frutos.

9. O *Slow Food* Brasil hoje: de pão velho se faz rabanadas.

Após o momento político e organizacional conturbado dos últimos anos, o movimento no Brasil parece ter caído de novo num limbo.

O projeto consumiu tanto a gente, principalmente o grupo gestor, que não tivemos tempo nem de identificar novas oportunidades e trabalhar nelas para que um projeto acabasse e outra coisa começasse.¹⁴²

Os desafios acarretados pelo projeto ‘Alimentos bons, limpos e justos’ foram exaustivos para todos os envolvidos. O momento presente exige a reorganização interna antes de qualquer ação que envolva atores externos.

Em 2003, o *Slow Food* encontrou um terreno propício à sua expansão no Brasil. Por outro lado, todo o trabalho por si desenvolvido foi atribuído ao poder público. Daí resultou um *Slow Food* Brasil atualmente tímido e pouco visível, com fraca capacidade de pressionar politicamente para a construção de um quadro alimentar político mais consolidado, pois tais mecanismos de pressão não se viram, até então, como uma construção necessária.

Se por um lado encontra maior autonomia e liberdade ao tornar-se operacionalmente independente da Associação *Slow Food* Internacional e do seu financiamento, sujeito a descontinuidade em situações de crise em países da Europa, tornou-se dependente do financiamento do governo nacional, sob risco de situação semelhante.

Por outro lado, o *Slow Food* é muito mais do que o projeto Alimentos ‘bons, limpos e justos’. Perceber como agir localmente, independentemente das condições políticas, deveria ser o foco do movimento. Permanecer dependente de condições externamente impostas continuará a fragilizar e imobilizar a potencialidade do movimento na luta pela democracia alimentar.

A falta de organização interna e a incapacidade de mobilização dos grupos locais apresentaram-se como as principais fraquezas internas do movimento. O personalismo percebido, em que um sujeito específico concentra em si a responsabilidade de criar dinamismo ao movimento, não só restringe a capacidade de autonomia dos seus membros,

¹⁴² Entrevista concedida à autora por Marcelo de Podestá, em janeiro de 2019.

que se limitam ao que ‘já está posto’, como coloca em causa a continuidade de todo o projeto ou ação.

Apesar das contradições que ainda persistem no interior da rede *Slow Food* Internacional, foi perceptível durante o *Terra Madre 2018* o quanto o movimento levanta o debate sobre a questão alimentar, denuncia más práticas, ‘faz falar’ e conscientiza cada vez mais produtores e consumidores para a importância de defender e promover o alimento ‘bom, limpo e justo’.

Ao apoiar os produtores através de formação técnica ao nível do *marketing*, da comercialização e da produção alimentar “boa, limpa e justa”, garante visibilidade aos produtos alimentares, facilita a comunicação dos produtores locais e artesanais com o grupo de consumidores, incluindo-os nesse meio, valoriza a biodiversidade e as técnicas artesanais e tradicionais de produção e, ainda, cria uma ‘bola de neve’ de sensibilização ambiental e alimentar na sociedade, alcançando reconhecimento internacional de organizações e governos. O que parece é que, apesar do alimento se demonstrar um forte artifício usado para a mudança do sistema e, ainda, do fato do movimento internacional ter alcançado uma visibilidade mundial, a Associação *Slow Food* no Brasil precariamente conseguiu usar do seu reconhecimento para obter efeitos de real impacto no campo político alimentar brasileiro.

Atualmente, uma nova fase de oportunidades se abre na história do *Slow Food* Brasil. A mensagem do movimento é cada vez mais atual e a sua intervenção perspectiva-se com forte potencial para a mudança. No entanto, algumas estratégias precisam ser criadas e outras reinventadas.

Aprender com o passado e com as críticas. Construir um caminho original e independente de forças externas. Saber posicionar-se social e politicamente. Focar o seu trabalho em lutas específicas e não tentar abranger a complexidade da realidade social, seguindo o princípio das metas ‘poucas, pequenas e possíveis’. Procurar o melhoramento organizacional e de comunicação da rede. Reinventar o modelo de Associação, de envolvimento e de integração dos membros. Recriar a dinâmica de intervenção local, procurando a aproximação entre as pessoas, principalmente, entre produtor e consumidor. Articular-se em rede de movimentos e organizações, procurando aprender com diferentes experiências e formar força política. Na perspectiva dos entrevistados, estes são alguns dos passos a trilhar daqui para a frente

Focar nos aspetos culturais e sociais do povo brasileiro e posicionar-se politicamente enquanto ator que pretende transformar a desigualdade social em situação do passado parece

ser a nova força do movimento. Construir em rede é uma importante estratégia para solidificar não só a luta política do movimento, mas principalmente a luta por justiça, equidade e dignidade que todo o sujeito procura.

Como vimos, para Julie Guthman (2017), a lógica das alternativas ou das iniciativas sustentáveis não mudará o mundo. Se a manutenção da desigualdade social permanecer, o acesso ao alimento sempre se dará em condições diferentes. Uns serão mercedores de qualidade e outros meramente de quantidade. O acesso implica dignidade no sentido de manter a integridade e o reconhecimento do sujeito. Assim, qual o alcance do *Slow Food* para a mudança real do sistema alimentar global? A pressão sobre o poder público percebe-se como ação imprescindível. Não apenas por políticas alimentares que respondam a princípios de sustentabilidade, qualidade ou justiça. Mas por políticas sociais multidimensionais que incluam a dignidade humana como princípio moral, que concede a todo o sujeito livre a capacidade de se reconhecer pelo seu valor, se respeitar e se honrar, a si próprio e ao outro.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O mundo está em constante mudança. E é do interior do sujeito sempre em busca que provém o alimento para a mudança. Se tal percepção foi o que nos levou a questionar se os movimentos alimentares podem ser terra fértil para uma real transformação da estrutura, das relações e do sistema de produção, é também ela a primeira conclusão desta dissertação. O sujeito insatisfeito inventa inúmeras formas de nutrir a alma. De se realizar e de ser reconhecido. De tornar o mundo onde vive uma culinária na qual se identifica. Percebendo que o alimento, esse simples elemento que está diariamente presente no prato de cada um, tem tamanha potencialidade para mover uma dinâmica global de relações internacionais, de comércio ou ajuda humanitária, e que pode tanto ser motivo de cooperação quanto de conflito, então pode também estar nele a chave para a mudança.

Uma das questões colocadas inicialmente foi se as formas organizadas de participação política, como os movimentos alimentares, já não teriam mais sentido hoje, ao perceber-se o fenômeno crescente da privatização das práticas. O comer tornou-se realmente um ato político e derivou em múltiplas e criativas formas de participação social. No entanto, apesar da preferência dada aos comportamentos individuais, centrados em escolhas conscientes de consumo alimentar, movimentos como o *Slow Food*, que apresentam uma crítica estética sobre os modos de comer, continuam compondo um espaço de troca e partilha entre aqueles que acreditam na revolução do sistema agroalimentar a partir do prato. Os *slowfoodianos* buscam nessa forma de organização o encontro com um outro igualmente apaixonado pelo alimento e pela comida. Buscam também conhecimento para continuar a fundamentar o seu estilo alimentar político. Encontram no *Slow Food* uma forma de levar esse conhecimento a mais gente. Segundo esta lógica, tanto ONGs, associações, movimentos ou qualquer forma coletiva capaz de levantar o debate alimentar na rua ou em casa e conscientizar para práticas alimentares mais saudáveis e com menos impactos sobre o meio, continuam fazendo sentido.

No *Slow Food*, se esta é a maior força do movimento, é lhe exigido que procure o aprofundamento na discussão sobre direitos e temáticas alimentares carentes de visibilidade e de maior compreensão pela população, promovendo o engajamento inclusive de produtores e agricultores familiares, e, dessa forma, procurando colmatar a ‘precária consciência alimentar’ generalizada.

No entanto, o fato do *Slow Food* se caracterizar como movimento social, atribui-lhe ainda outro tipo de ‘funções’. Ao colocar o Estado como ator central na garantia da segurança

alimentar e nutricional da população, a pressão política, através de manifestos, protestos ou campanhas, procurando ao mesmo tempo o confronto e o diálogo com este ator, torna-se necessária para que direitos sejam garantidos, respeitados e alargados.

É neste ponto que políticas públicas para a alimentação e ativismo alimentar se encontram atualmente. De que forma a participação social por via de coletivos organizados incentiva à discussão e construção das políticas públicas alimentares, promotoras do *Direito Humano à Alimentação Adequada*, foi a nossa questão central.

Do campo dos comportamentos individuais, encontra-se um sujeito que se ‘faz ver’ ao mercado e ao poder público a partir das suas práticas públicas intencionais, indiretamente e supostamente capazes de pressionar a mudança do sistema agroalimentar, seja provocando a responsabilização e conscientização social das empresas seja demandando regulações alimentares ou programas sociais públicos.

No entanto, junto do mercado, para quem o fator econômico é priorizado, o ‘fazer-se ver’ apenas acontece caso o poder econômico do sujeito lhe permita. Depois, um sujeito que se aproxima do poder público, ‘fazendo-se ver’, é aquele que sente e vive o ‘público’ como algo, em parte, também por si construído, reconhecendo-se e sendo reconhecido como coautor da sociedade e, portanto, com direito de participar da vida pública.

Mais do que um sujeito alimentar consciente, a cidadania implica um sujeito consciente dos seus direitos e ativo nos seus deveres com o todo. É possível considerar que a desigualdade econômica e de acesso a direitos demanda estruturas formais e informais de organização societária que procuram construir esse sujeito cidadão, por meio do acesso à informação, da capacitação e, principalmente, do típico ditado de que ‘a união faz a força’. Os movimentos alimentares têm como meta, ainda que difusa nos inúmeros argumentos e projetos em que se envolvem, a construção dessa cidadania alimentar.

No entanto, como os autores Gómez-Benito e Lozano (2015) mostram, algumas condições precisam ser garantidas para que a noção de cidadania alimentar seja efetivamente praticada e de acesso a todos. Educação e saúde, articulação entre políticas e entre atores, políticas sociais abrangentes e promotoras de autonomia e emancipação, educação alimentar, regulação das políticas comerciais, informação clara e de fácil acesso ao consumidor ou oportunidades para a participação da sociedade civil, são alguns exemplos. Em resumo, condições essenciais ao desenvolvimento econômico e social de todo e qualquer país.

Ao empreender uma análise sobre o campo institucional, onde interage movimento *Slow Food* nacional e internacional, suas entidades parceiras e governo, com motivações e

olhares diferentes sobre a realidade social, e particularmente, sobre o alimento, diversas questões permearam a reflexão: quais os limites e as possibilidades do *Slow Food* no contexto nacional? As estratégias adotadas pelo movimento têm demonstrado capacidade para estimular a mudança das políticas sobre questões relativas à alimentação? A sua intervenção promove um tipo de desenvolvimento baseado na justiça social e no reconhecimento do outro e das suas liberdades?

Ao longo da nossa análise é possível perceber que o *Slow Food*, ao contrário da sua origem histórica mundial demonstrar uma proposta de confronto direto com forças econômicas e políticas dominantes, apresenta-se atualmente em território nacional, por um ativismo político incipiente, pautado por iniciativas pouco revolucionárias ou, pelo menos, com fraca capacidade organizativa, para delas gerar impactos significativos no sistema alimentar.

É dada preferência a ações de conscientização, educação alimentar, apoio a pequenos produtores ou projetos de consumo ‘alternativo’. A estratégia de estímulo ao consumo político do cidadão está também bastante presente nos seus documentos, pois para o *Slow Food*, a ação individual do sujeito é interdependente da ação coletiva e aliar o consumidor consciente às suas causas é também fortalecer o próprio movimento.

Ações como protestos e manifestações não têm sido o foco do movimento. No entanto, com a sua politização, no contexto da crise política gerada com a destituição do governo Dilma, tornaram-se mais recorrentes algumas ações desse tipo, face à percepção de necessário posicionamento político, tais como: cartas e manifestos, articulação em redes da sociedade civil, ações de protesto levadas a cabo por membros de convívios *Slow Food*, como é exemplo o ‘Banquetaço’, ou ainda o *lobby* legislativo exercido no âmbito dos grupos de trabalho.

Tal ativismo mais reivindicador acontece em algumas representações do *Slow Food* pelo mundo, mas até hoje, não tem sido o tipo de estratégia mais priorizada nem no Brasil nem em Itália. Como vimos, no seu país de origem, o movimento acabou sendo absorvido por uma classe de condições econômicas estáveis, apreciadoras do prazer de estar à mesa e do poder de desfrutar uma boa comida e um bom vinho, admiradoras do estilo gastronômico *gourmet*. No Brasil, ainda que parte do movimento também tenha simpatizado com esse modo *Slow Food* italiano, todo o contexto socioeconômico, cultural e geográfico reclamava diferentes demandas. Demandas essas carentes de um modo *Slow Food* socialmente e politicamente mais atuante. Dar voz ao ‘bom’ alimento, orgânico, local, fresco, de características gustativas prazerosas, hoje apropriado por cadeias de produtos alternativos de

preços não alcançáveis por todos, no máximo geraria mudança sobre a forma de alimentar das classes média e alta. Alargar o acesso a esse ‘bom’ alimento é prioridade. Tornar boas as condições de trabalho de quem o ‘produz’ é imperativo. Reduzir os efeitos negativos da produção desse alimento é condição necessária à sustentabilidade dos recursos do planeta. Respeitar as culturas alimentares que lhe dão significado fortalece os laços afetivos e de respeito entre sujeito e alimento.

Daí resulta a eticização do movimento. Tal derivou de uma reflexão interna, conduzida para uma discussão mais humanizada e atenta às desigualdades e injustiças sociais e levou ainda o produtor ao lugar de protagonista dos projetos do *Slow Food* no Brasil. No entanto, é ilusório pensar que, na prática, *chefs* e produtores ou produtores e consumidores se colocam no mesmo nível de acesso a direitos, participação, poder de fala ou representatividade, tanto fora quanto dentro do movimento.

No Brasil, o *Slow Food* enfrenta um contexto cheio de contrariedades. Por um lado, os *lobbies* ruralistas e a pressão das indústrias alimentares, por outro uma agricultura familiar que sofre com falta de água e desigualdade na distribuição da terra, um cidadão-consumidor com fraco acesso educacional e precárias condições econômicas, e um passado colonial com fortes marcas no presente.

Ainda assim, são também essas contrariedades que dão impulso à participação e reivindicação social. Juntamente à riqueza da biodiversidade, às fortes raízes históricas de organização popular e aos grupos fortemente engajados na construção do projeto democrático nacional, o Brasil torna-se para o *Slow Food* um país com diversas condições favoráveis ao ativismo alimentar.

A par disso, a situação política que encontrou em 2003 foi a mesma na qual o próprio movimento cresceu e se expandiu em contexto nacional, com políticas públicas alinhadas à sua filosofia e propostas de ação. Portanto, ainda que a percepção não seja geral, qualquer conquista do movimento esteve sempre sujeita ao seu não reconhecimento por uma população beneficiada por políticas de governo, à época presidido por Lula da Silva.

No entanto, esse não é o mesmo Brasil de hoje e, por isso, diferentes desafios políticos se colocam. Ameaça à democracia e criminalização dos movimentos sociais, fazem parte da experiência política atual. O tipo de ativismo do *Slow Food* desenvolvido até então reclama renovação das suas estratégias.

Com a formalização da Associação *Slow Food* Brasil, o movimento tornou-se independente do *Slow Food* internacional, tanto na gestão quanto no financiamento. A

constituição de um grupo de facilitadores gerou um sistema de representatividade regional, que facilitou a mobilização e organização nacional. No entanto, nesse momento, com possibilidade de captar mais facilmente recursos de outras fontes, tornou-se dependente do financiamento do governo nacional ao estabelecer acordo de cooperação no projeto ‘Alimentos bons, limpos e justos’, depositando todas as expectativas e sonhos do movimento sobre esse sujeito.

O acordo com o governo para a realização do projeto ‘Alimentos bons, limpos e justos’ foi desenhado e desenvolvido em comum acordo e com financiamento público garantido para os dois anos de sua operacionalização. Da instabilidade política nacional, num primeiro momento, com a mudança de governo em 2016 e, a consequente destituição do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), o financiamento foi interrompido; num segundo momento, e após a retoma do projeto, fiscalizações públicas apertadas, posições do governo contrárias aos valores do movimento e cortes nas prestações, resultaram numa crise interna do *Slow Food* Brasil.

Da crise resultou uma fase de reflexão política, que levou a ponderar sobre os riscos de um acordo com o governo, acordo esse que comprometeu a sustentabilidade e os resultados do projeto e gerou um movimento pouco mobilizado, com fraca capacidade de confrontar e pressionar o poder público por respostas às problemáticas alimentares vividas pela população.

Desse momento, a polarização política da sociedade emergiu também no interior da Associação que percebeu a necessidade de se posicionar, segundo a sua filosofia, princípios éticos, causas e populações com as quais estava comprometido.

A partir dos discursos dos entrevistados foi possível perceber um leque de obstáculos na organização interna do movimento, entre os quais:

- a. Dificuldade de mobilização nacional e local na dinamização de ações (eventos, feiras, redes de compras, protestos, etc.), em consequência de uma ‘atitude paternalista’ do movimento, que não promove a autonomia dos grupos e seus membros;
- b. Um sistema de sócios ineficaz no contexto nacional, dado que a rede de membros não tem estrutura capaz de desenvolver um trabalho de retorno, acompanhamento e envolvimento desses sócios nos projetos do movimento;
- c. Da ineficiência do sistema de sócios e da dificuldade em captar recursos resulta a incapacidade em desenvolver projetos sustentáveis, suportar e acompanhar de perto os grupos locais e construir uma comunicação forte entre a rede nacional;

- d. Uma lógica de voluntariado que sobrecarrega os membros, não estimula, motiva ou gera qualquer tipo de gratificação simbólica pela dedicação de cada um;
- e. Uma dinâmica de ações assentes sobre um conjunto pequeno de membros, sendo que, na ausência dos mesmos as ações esmorecem ou não se realizam;
- f. Dificuldade de comunicação interna, gerando pouco envolvimento e conhecimento dos membros sobre as propostas, objetivos e metodologias dos projetos;
- g. E falta de representatividade nos grupos e comunidades.

Outros fatores que limitam a capacidade de atuação do movimento e percebidos tanto pela participação nos eventos como pelas entrevistas são:

- h. A extensão geográfica do Brasil, com grandes distâncias entre grupos e entre os facilitadores e os grupos;
- i. Linguagem e nomes dos projetos de difícil compreensão e projetos desenhados sem ter em conta a população-alvo, os seus níveis de escolaridade e as condições econômicas;
- j. Dificuldade de comunicar para fora, isto é, divulgar, convidar e atrair novos membros *Slow Food*;
- k. Dificuldade em criar estratégias de articulação entre produtor e consumidor;
- l. E, ambição de querer abraçar todas as causas sem avaliar previamente a capacidade de operacionalização possível dado os recursos humanos e econômicos disponíveis. O projeto ‘Alimentos bons, limpos e justos’ foi exemplo disso, com objetivos e metas maiores do que aquelas que foram possíveis alcançar.

A constituição da Associação *Slow Food* Brasil, em 2013, gerou um processo de independência da sede internacional, mas que acabou por servir apenas à necessidade de captação e gestão de recursos de forma autônoma, pois, ao assumir o desenvolvimento do projeto ‘Alimento bom, limpo e justo’, em 2015, perpetuou uma intervenção dependente do estilo de intervenção internacional do movimento. A construção de novas e criativas ações ficou ofuscada por um projeto supostamente de maior alcance, posto em causa inúmeras vezes por desafios conjunturais.

Pelo analisado, o *Slow Food* é entendido como um ator que age tipicamente ao modo de Organização Não-Governamental, procurando alternativas que colmatem os constrangimentos sociais sem que a estrutura sofra alterações significativas. Apesar disso, mostra-se com potencial para enfrentar os desafios postos atualmente ao sistema

agroalimentar global, seja pela denúncia de comportamentos do setor privado seja pela pressão política nos órgãos públicos. Contudo, no Brasil, a potencialidade do *Slow Food* influenciar as políticas públicas para a alimentação parece que vem sendo limitada, desde 2003, pela dependência constante a projetos de cooperação com o governo e à conjuntura política do próprio país.

A forma como o *Slow Food* Brasil tem alcançado as políticas alimentares desde o seu surgimento no Brasil, tem sido feita à base de uma relação de cooperação com o Estado Nacional, em que limites relacionais supostamente intransponíveis entre estas categorias de atores têm sido violados. O caráter de autonomia e de exercício da cidadania do movimento foi desvirtuado pela lógica paternalista do poder público.

O que aconteceu com o *Slow Food* insere-se no processo apresentado por Gohn (2011), que o descreve como a aceitação do movimento ao papel de executor de políticas públicas, em parceria com o Estado. Ao sujeitar-se a isso, perdeu espaço de intervenção política através de práticas mais reivindicativas. Daí a necessidade de se unir a outros atores, como ONGs, associações e outros movimentos sociais, nas chamadas redes articuladas.

Na altura, o *Slow Food* Brasil viu avanços e resultados devidos à atenção e estímulo dado pelo poder político. Contudo, de forma discreta, foi perdendo autonomia e passou a ser controlado por uma estrutura vertical pública. Do impulso e dinamismo que caracteriza os movimentos sociais, inclusive o *Slow Food* em países do Norte da Europa, no Brasil a sua participação social é enquadrada no que é e não é permitido pelo governo, sendo as suas ações minuciosamente fiscalizadas. Ainda que submetido a formas de controle distintas, isto caracteriza a sua atuação em todos os governos, desde 2003.

Em parceria, o projeto ‘Alimentos bons, limpos e justos’ foi totalmente amarrado às linhas do Estado, igualmente sob um diagnóstico das necessidades da agricultura familiar que partiu de cima. Fenômeno que vai à contramão do que Paarlberg (2010) nos alertou no capítulo II, em que, em sociedades democráticas, seria suposto que tais ações partissem da relação de forças entre Estado e sociedade civil. Um exemplo deste tipo de relação de conflito seria o trabalho desenvolvido sobre a questão dos queijos artesanais de leite cru, em que nova legislação foi conquistada em favor dos produtores artesanais.

Ao observarmos o contexto da construção da Política de Segurança Alimentar e Nutricional ocorrida nesses mesmos anos em que o *Slow Food* surgiu e se expandiu pelo Brasil, percebem-se muitos avanços, sobre os quais o governo brasileiro da época é, ainda hoje, justamente vangloriado. No entanto, essa política não foi capaz de abranger dimensões

como a nutrição, os direitos das mulheres e as questões de gênero, a soberania alimentar e os direitos étnico-raciais, nas quais violações a esses direitos têm colocado em causa a garantia plena dos Direitos Humanos e, logo, o *Direito Humano à Alimentação Adequada* (SANTARELLI; BURITY, et al., 2017).

A Política em Segurança Alimentar no Brasil assente num modelo de desenvolvimento capaz de “tornar ‘humana’ a vida social” (COHN, 2016), deveria acima de tudo garantir condições econômicas que permitissem a cada indivíduo obter o alimento de forma digna; pois, perpetuar um modelo assistencialista de garantir os direitos às populações mais pobres, é eternizar a exclusão social e continuar a alimentar o sistema de privilégios (MALUF; MENEZES; MARQUES, 2000).

Percebe-se assim um campo alimentar permeado por desafios à construção da cidadania alimentar. O campo alimentar precisa ser percebido através de uma análise socialmente abrangente e olhado como campo essencial ao modelo de desenvolvimento econômico nacional. Para Gómez-Benito e Lozano (2015), tal situação atual dos movimentos alimentares parece sinalizar uma ausência de maturidade política para intervirem sobre esse campo, pois não têm tido a capacidade de perceber as desigualdades sociais como primeiros obstáculos à garantia do direito à alimentação.

Centrados na mudança através das escolhas alimentares do consumidor, os movimentos têm-se esquecido do lado da produção e daqueles que produzem o alimento que chega à nossa mesa. Muitas alternativas ao sistema alimentar convencional são desenhadas segundo a lógica neoliberal ou cooptadas por esta, acabando por gerar novas formas de exclusão social.

O *Slow Food* não ficou de fora desta dinâmica. Confiante na mudança através do consumo, delega a terceiros a sua missão de ativista político. Cria um mercado aliado a um consumidor consciente, responsável pelas suas próprias escolhas e capaz de (re)orientar a ação pública e privada.

Pela necessidade de ser visto, aceite e, acima de tudo, financiado, procura por alternativas que caibam nos parâmetros estabelecidos pela modernidade e pelo sistema comercial. Uma alternativa e uma luta que pareciam ir contra o sistema agroalimentar, acabam por ser absorvidas pela mesma lógica. Tentando ajustar-se aos critérios de todo e qualquer possível parceiro, afasta-se da essência das suas causas e perde o seu caráter político. Esta tem sido a maior ameaça ao ativismo alimentar do *Slow Food*.

Como referiu Julie Guthman (2017), a razão da própria despolitização dos movimentos de ativismo alimentar foi terem-se esquecido de associar às suas lutas questões de justiça social.

Se o *Slow Food* tem fracassado e se mostrado imaturo politicamente para intervir sobre o campo alimentar no Brasil, será inútil continuar a apostar nesse movimento? Como repolitizá-lo e torná-lo força transformadora? Que ferramentas e estratégias de intervenção podem ser adotadas?

Se o fortalecimento da sociedade civil na sua dimensão política é a resposta para as problemáticas que permeiam o campo da alimentação, ao exemplo de grandes ONGs internacionais de sucesso, apostar em ações como *advocacy*, práticas de contestação, denúncia, reivindicação, pressão política para melhor regulação da cadeia alimentar e garantia do acesso universal e digno ao alimento, são essenciais para tornar os movimentos alimentares verdadeiramente responsáveis pela construção da democracia e da justiça alimentar.

O Estado torna-se então um ator central neste processo. A articulação entre sociedade civil e poder político implica confronto. Do confronto pode emergir o diálogo e, do diálogo, respostas às inquietações dos cidadãos. Conceder visibilidade às verdadeiras necessidades das comunidades mais excluídas da sociedade e denunciar o sistema de trabalho precário a que milhares de indivíduos estão sujeitos, com baixos salários e expostos a situações prejudiciais à saúde, são ações que poderão ter consequência direta sobre a revalorização de toda a cadeia alimentar e seus integrantes, sobre as políticas alimentares e sobre o estado alimentar da população.

O sistema alimentar está constantemente em mudança o que gera, a todo o tempo, novos desafios à ação política. Compreender como é moldada a economia e o território é a primeira tarefa a empreender para a estipulação de regulação que vislumbre um ‘projeto de futuro’ para o sistema alimentar.

Seria talvez hora de olhar também para novas estratégias de intervenção pública, para experiências como o Rendimento Básico Incondicional (RBI), sugerido por Honneth (2017). Uma prestação social distribuída igualmente por todos os cidadãos, independentemente da sua condição social, familiar ou profissional alargaria as possibilidades do sujeito comunicar, participar da luta política e escolher segundo as suas preferências, sem maiores condicionamentos, para além de garantir o acesso em condições dignas à alimentação, sem necessidade de se sujeitar a relevante apoio de caráter assistencialistas

Apesar do *Slow Food* apresentar um projeto surpreendente, entusiástico e atrativo de intervenção social e, até mesmo, a ser assumido individualmente, a mudança que almeja no mundo nunca acontecerá se o sistema de privilégios não for enfrentado, nem direitos de vida digna demandados. Portanto, mais do que alternativas, a luta por um alimento ‘bom, limpo e justo’ exige um Estado que garanta o acesso digno e universal a esse alimento. A procura de justiça social é então a chave para a repolitização dos movimentos alimentares e para o alcance de reais transformações sociais em torno do alimento.

REFERÊNCIAS

- ANDREWS, G. **The Slow Food Story. Politics and Pleasure.** London: Pluto Press. 2008.
- AZEVEDO, E. O ativismo alimentar na perspectiva do Locavorismo. **Ambient. Soc.**, São Paulo, v.18, n.3, p.81-98, setembro 2015.
- AZEVEDO, E; PELED, Y. “Artevismo” alimentar. **Contemporânea – Revista de Sociologia da UFSCar.** São Carlos, v. 5, n. 2, jul.-dez. 2015, pp. 495-520.
- BOMBARDI, L. M. **Atlas Geografia do Uso de Agrotóxicos no Brasil e Conexões com a União Europeia.** Laboratório de Geografia Agrária. FFLCH – USP. 2017, 296 p.
- BRASIL. Medida Provisória (MP Nº 870, de 01/01/2019). Estabelece a organização básica dos órgãos da Presidência da República e dos Ministérios. **Diário Oficial da União.** 2019. 1º jan.
- BRASIL. Lei Orgânica de Segurança Alimentar Nutricional (LOSAN). Lei nº 11.346, de 15 de setembro de 2006. Cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional-SISAN com vistas em assegurar o *Direito Humano à Alimentação Adequada* e dá outras providências. **Diário Oficial da União.** 2006.
- BRASIL. Portal do FNDE. **Sobre o PNAE.** 2018. Disponível em: <<https://www.fnde.gov.br/programas/pnae>>. Acesso: 15 de dezembro 2018
- BRASIL. **Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional.** Publicado em 29 de maio de 2017. 2017a. Disponível em: <<http://www4.planalto.gov.br/consea/acesso-a-informacao/institucional/conceitos/sistema-nacional-de-seguranca-alimentar-e-nutricional>>. Acesso: 14 dezembro 2018.
- CASTELLS, Manuel. **O poder da identidade.** 3ª Ed. São Paulo: Editora Paz e Terra, 2002.
- CONSEA. Lei de Segurança Alimentar e Nutricional. 2006. Disponível em: <http://www.epsjv.fiocruz.br/sites/default/files/documentos/pagina/lei_11346-06.pdf>. Acesso: 04 janeiro 2019
- DAGNINO, E. Os movimentos sociais e a emergência de uma nova cidadania. In: E. Dagnino, E. (Ed.). **Anos 90: Política e sociedade no Brasil.** São Paulo: Brasiliense. 1994. pp. 103-118.
- DELLA PORTA, D; DIANI, M. **Social movements: an introduction.** Oxford: Blackwell Publishing, 2006.
- ELIAS, N. **Introdução à Sociologia.** São Paulo: Martins Fontes, 1980.
- ELIAS, N. **O processo civilizador: Formação do Estado e Civilização.** Rio de Janeiro: Zahar, 1993, v. II.
- ELIAS, N. **O processo civilizador: Uma história dos costumes.** Rio de Janeiro: Zahar, 1994, v I.
- FAO; IFAD; UNICEF; WFP; e WHO. **The State of Food Security and Nutrition in the World 2018. Building climate resilience for food security and nutrition.** Roma: ONU.2018.
- FISCHLER, C. **L’omnivore.** Paris: Poche Odile Jacob, 2001.

- GENTILE, C. **Slow Food na Itália e no Brasil. História, projetos e processos de valorização dos recursos locais.** Tese de doutorado. Centro de Desenvolvimento Sustentável, Universidade de Brasília, Brasília. 2016. 412 p.
- GIDDENS, A. **A transformação da intimidade.** São Paulo: Ed. Unesp, 1994.
- GIDDENS, A. **As consequências da modernidade.** Tradução de Raul Fiker. São Paulo: Unesp, 1991
- GIDDENS, A. **Dimensões da modernidade.** Tradução de Rui Pena Pires. Conferência proferida no CIES/ISCTE. 28 de novembro de 1987.
- GOHN, M. G. **Movimentos sociais na contemporaneidade.** *Revista Brasileira de Educação.* v. 16, n.47 maio-ago. 2011.
- GOHN, M. G. **O protagonismo da sociedade civil: movimentos sociais, ONGs e redes solidárias.** 2.ed. São Paulo: Cortez. 2008.
- GÓMEZ-BENITO, C.; LOZANO, C. ¿Consumidores o ciudadanos? Reflexiones preliminares sobre el concepto de ciudadanía alimentaria, **Working Paper, nº 1 del Proyecto I-D-I CSO2010-22070-C03-02.** 2014a.
- GÓMEZ-BENITO, C.; LOZANO, C. Constructing Food Citizenship: Theoretical Premises and Social Practices, **Italian Sociological Review (en prensa).** 2014b.
- GÓMEZ-BENITO, C.; LOZANO, C. Construyendo la Ciudadanía Alimentaria. **Trabajo parte del proyecto de investigación: “La comida invisible. Representaciones sociales de los sistemas alimentarios: causas, consecuencias y transformaciones”, I+D+i CSO2010-22074-C03-02,** Ministerio de Ciencia e Innovación de España y Fondos FEDER. 2015.
- HONNETH, A. **A Ideia de Socialismo. Tentativa de Atualização.** Lisboa: Edições 70. 2017, 174 p.
- IBGE, Coordenação de População e Indicadores Sociais **Síntese de indicadores sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira: 2017.** Rio de Janeiro: IBGE, 2017, 147p.
- IBGE, Coordenação de Trabalho e Rendimento. **Pesquisa de orçamentos familiares 2008-2009: análise do consumo alimentar pessoal no Brasil.** Rio de Janeiro: IBGE, 2011. 150 p.
- INQUÉRITO ALIMENTAR NACIONAL E DE ATIVIDADE FÍSICA. 2017. Disponível em: <<https://ian-af.up.pt/resultados>>. Acesso em: 08 maio 2018.
- IRVING, J.; CERIANI, S. **Manual do Slow Food Brasil.** Associação *Slow Food* Internacional. 2013.
- LANG, Tim. Food Policy for the 21st Century: Can It Be Both Radical and Reasonable? In: KOC, M.; MACRAE, R; MOUGEOT, L. J.A.; WELSH, J. (ed). **For hunger-proof cities: sustainable urban food systems.** Ottawa: International Development Research Centre. 1999. pp.216-224.
- MAKUTA, G. **Biodiversidade, Arca do Gosto e Fortalezas Slow Food: um guia para entender o que são, como se relacionam com o que comemos e como podemos apoiá-las.** São Paulo. Associação *Slow Food* do Brasil, 2018. 128p.

- MALUF, R. S. **‘Food Thinkers: Renato Maluf’**. Conferência proferida no Centre for Food Policy, University of London. Publicado a 03 de julho 2017. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=hsP4PJRiarA>>. Acesso: 10 dezembro 2018.
- MALUF, R. S. Segurança Alimentar e Desenvolvimento Econômico na América Latina: o caso do Brasil. **Revista de Economia Política**, São Paulo, n.15, p.134-140, 1995.
- MALUF, R. S.; MENEZES, F.; MARQUES, S. B. **Caderno “Segurança Alimentar”**. 2000.
- MANIGLIA, E. **As interfaces do direito agrário e dos direitos humanos e a segurança alimentar** [online]. São Paulo: Editora UNESP. 2009. 277 p.
- MAXWELL, S. Food security: a post-modern perspective. **Food Policy**. V.21 (2), 1996, pp. 155-170.
- MAXWELL, S.; SLATER, R. Food policy old and new. **Development Policy Review**, v.21 (5-6), 2003. pp 531-553.
- MELUCCI, A. Juventude, Tempo e Movimentos Sociais. In: FÁVERO, O.; SPÓSITO, M. P.; CARRANO, P.; NOVAES, R. R. (Orgs.). **Juventude e Contemporaneidade**. Coleção Educação para Todos. Tradução de Angelina Teixeira Peralva. Brasília: UNESCO, MEC, ANPED. n.16, 2007. 284 p.
- MENASCHE, R. O ato de comer enquanto prática política. **IHU On-Line** (UNISINOS. Online), v. XIV, p. 31-34, 2014.
- MICHELETTI, M. **Political Virtue and Shopping: Individuals, Consumerism, and Collective Action**. New York: Palgrave. 2003.
- MICHELETTI, M. Why More Women? Issues of Gender and Political Consumerism. In: MICHELETTI M.; FOLLESDAL, A.; STOLLE, D. (ed). **Politics, Products and Markets. Exploring Political Consumerism Past and Present**. New Brunswick: Transaction Publishers. 2006
- MINTZ, S. Comida e Antropologia: uma breve revisão. **RBCS**, 16 (47): 3141, 2001.
- OLIVEIRA, D. C. de. **Comida, carisma e prazer: um estudo sobre a constituição do *Slow Food* no Brasil**. Tese de doutorado. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Instituto de Ciências Humanas e Sociais. 2014. 210 p.
- ONU. Organização das Nações Unidas. **Transformando Nosso Mundo: A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável**. 2015. Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/wp-content/uploads/2015/10/agenda2030-pt-br.pdf>>. Acesso: 06 janeiro 2018
- PAARLBERG, R. **Food Politics. What everyone needs to know**. New York: Oxford University Press. 2010.
- PELIANO, A. Lições da história: avanços e retrocessos na trajetória das políticas públicas de combate à fome e à pobreza no Brasil. In: BRASIL. **Fome Zero: uma história brasileira**. Brasília: MDS, 2010. v. 1.
- PORTILHO, Fátima; CASTAÑEDA, Marcelo e CASTRO, Inês Rugani Ribeiro de. A alimentação no contexto contemporâneo: consumo, ação política e sustentabilidade. **Revista Ciência e Saúde Coletiva**. Número Temático Alimentação e Nutrição em Saúde Coletiva. 2011, vol.16, n.1, pp. 99-106.
- POULAIN, J.-P. **Sociologias da alimentação: os comedores e o espaço social alimentar**. Florianópolis: Ed. Da UFSC, 2013. 285 p.

- POULAIN, J.-P.; PROENÇA, R. P. C.. Reflexões metodológicas para o estudo das práticas alimentares. **Revista de Nutrição**, Campinas, v. 16, n. 4, p. 365-386, Dez. 2003.
- RÁDIO CÂMARA. **Como o Slow Food atua no Brasil. Entrevista a Margarida Nogueira**. Publicada a 14 de março de 2011. Disponível em: <[http://www2.camara.leg.br/camaranoticias/radio/materias/REPORTAGEM-ESPECIAL/394186--COMO-O-SLOW-FOOD-ATUA-NO-BRASIL--\(1014\).html](http://www2.camara.leg.br/camaranoticias/radio/materias/REPORTAGEM-ESPECIAL/394186--COMO-O-SLOW-FOOD-ATUA-NO-BRASIL--(1014).html)>. Acesso a: 9 maio 2018.
- RIBEIRO, D. **América Latina: a pátria grande**. Rio de Janeiro: Fundação Darcy Ribeiro, 2012.
- SACHS, I. **Desenvolvimento: incluyente, sustentável, sustentado**. Rio de Janeiro: Garamond, 2008.
- SANTARELLI, M.; BURITY, V., et al. Da democratização ao golpe: avanços e retrocessos na garantia do Direito Humano à Alimentação e à nutrição adequadas no Brasil. Brasília: FIAN Brasil, 2017. 75 p.
- SASSATELLI, R. Contestação e Consumo Alternativo: a moralidade política da comida. **TESSITURAS: Revista de Antropologia e Arqueologia**. Vol. 18, 2015.
- SCHERER-WARREN, I. Das mobilizações às redes de movimentos sociais. **Sociedade e Estado**. Brasília, v.21, n.1, p.109-130, abril 2006.
- SILVA, S. P. A trajetória histórica da Segurança Alimentar e Nutricional na agenda política nacional: Projetos, descontinuidades e consolidação. **Texto para Discussão**, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – Brasília – Rio de Janeiro, 2014.
- SIMMEL, G. A divisão do trabalho como causa da diferenciação da cultura subjetiva e objetiva. In: SOUZA, J, OELZE, B. (Orgs.). **Simmel e a modernidade**. Brasília: Editora da UnB, 2005b
- SIMMEL, G. A metrópole e a vida mental. In: VELHO, O. G. **O fenômeno urbano**. Rio de Janeiro: Zahar, 1976.
- SIMMEL, G. **Filosofia do amor**. São Paulo: Martins Fontes. 2001
- SIMMEL, G. O dinheiro na cultura moderna. In: SOUZA, J, OELZE, B. (Orgs.). **Simmel e a modernidade**. Brasília: Editora da UnB, 2005a
- SLOW FOOD BRASIL. **FAO e Slow Food assinam acordo de cooperação**. Publicado a 21 maio 2013. Disponível em: <<https://www.slowfoodbrasil.com/textos/slow-food-na-midia/667-fao-e-slow-food-assinam-acordo-de-cooperacao>>. Acesso: 20 abril 2018.
- SLOW FOOD BRASIL. **Filosofia Slow Food**. Publicado a 04 julho 2007. Disponível em: <<http://www.slowfoodbrasil.com/slowfood/filosofia>>. Acesso: 20 abril 2018.
- SLOW FOOD BRASIL. **Projeto “Alimentos Bons, Limpos e Justos: ampliação e Qualificação da Participação da Agricultura Familiar Brasileira no Movimento Slow Food**. Disponível em: <<https://www.slowfoodbrasil.com/arca-do-gosto/produtos-do-brasil/146-sobre-o-slow-food/1199-projeto>>. Acesso: 2 maio de 2018.
- SLOW FOOD INTERNACIONAL. **A nossa estrutura**. Disponível em: <<https://www.slowfood.com/pt-pt/quem-somos/a-nossa-estrutura/>>. Acesso: 21 abril 2018
- SLOW FOOD INTERNACIONAL. **A nossa Filosofia**. Disponível em: <<https://www.slowfood.com/pt-pt/quem-somos/a-nossa-filosofia/>>. Acesso: 20 de abril de 2018.

- SLOW FOOD INTERNACIONAL. **Nossa Rede.** Disponível em: <<https://www.slowfood.com/pt-pt/nossa-rede/>>. Acesso: 20 abril 2018.
- SLOW FOOD INTERNACIONAL. **Rede de associados.** Disponível em: <<https://www.slowfood.com/pt-pt/nossa-rede/rede-de-associados/>>. Acesso: 20 abril 2018.
- TIMMER, C. P.; FALSON, W. P.; PEARSON, S.R. **Food policy analysis.** Baltimore: Johns Hopkins University Press for the World Bank, 1983. pp. 1-301.
- TIMMER, C.P. Preventing food crises using a food policy approach. **The Journal of Nutrition.** v.140(1), 2010, pp. 224-228.
- TOURAINÉ, A. **Crítica da modernidade.** Petrópolis: Vozes, 1994.
- TOURAINÉ, A. Os novos conflitos sociais. Para evitar mal entendidos. **Lua Nova.** São Paulo. n.17. p.5-18. jun. 1989. (Capítulo do livro *Le retour de l'acier*, Fayard, Paris, 1983. Tradução de Marili da Cunha Bezerra).
- TOURAINÉ, A. **Poderemos viver juntos? – iguais e diferentes.** Petrópolis/RJ: Editora Vozes, 1999.
- WARDE, A. Consumption and theories of practice. **Journal of Consumer Culture**, v. 5(2). pp. 131-153. 2005.
- ZIMMERMANN, Silvia A. A pauta do povo e o povo em pauta: as Conferências Nacionais de Segurança Alimentar e Nutricional. Brasil – democracia, participação e decisão política. **Tese (Doutorado).** Rio de Janeiro: UFRRJ, 2011. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, 2011.